

ISSN 1413-9987

Revista de Filosofia e Ciências Humanas  
da Universidade Federal de Roraima

# TEXTOS & DEBATES

# 12



# TEXTO & DEBATES

Revista de Filosofia e Ciências Humanas  
da Universidade Federal de Roraima

NÚMERO 12  
JANEIRO A JUNHO DE 2007

EDITORA V\*fe \*\*%  
**UFRR**

# UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

**Reitor:** Roberto Ramos  
**Vice-Reitora:** Gioconda Martinez  
**Diretor da Editora da UFRR:** Rafael da Silva Oliveira

## CONSELHO EDITORIAL PROFESSORES CONSELHEIROS

Alexander Sibajev	Nilza Pereira de Araújo
Armando José da Silva	Rafael da Silva Oliveira
Fábio L. Wankler	Robson Fernandes Farias
Jaci Guilherme Vieira	Rubens Savaris Leal
Marlene Grade	Simão Farias Almeida

## TEXTO & DEBATES

REVISTA DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANOS  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

### Comité Editorial

Ana Lúcia de Sousa  
Maria Luiza Fernandes

### Conselho Editorial

Profa. Dra. Ana Lúcia de Sousa (UFRR)	pr <sub>o</sub> fa. Dra. Madalena Vange M. C. Borges (UFRR)
Profa. Dra. Carla Monteiro de Souza (UFRR)	pr <sub>o</sub> fa. Dra. Maria das Graças S. D. Magalhães (UFRR)
Prof. Dr. Carlos Alberto Marinho Cirino (UFRR)	pr <sub>o</sub> fa. Dra. Maria Luiza Fernandes (UFRR)
Profa. Dra. Déborah de B. A. P. Freitas (UFRR)	pr <sub>o</sub> f. Dr. Nélvio Paulo Dutra Santos (UFRR)
Prof. Dr. Erwin Frank (UFRR)	pr <sub>o</sub> f. Dr. Reginaldo Gomes de Oliveira (UFRR)
Prof. Dr. Jaci Guilherme Vieira (UFRR)	pr <sub>o</sub> f. Dr. Roberto Ramos Santos (UFRR)

### Conselho Consultivo

Prof. Dr. Antônio Emílio Morga (UFAM)	pr <sub>o</sub> f. Dr. Manoel Luiz Salgado Guimarães (UFRJ)
Prof. Dr. Antônio Paulo Rezende (UFPE)	pr <sub>o</sub> fa. Dra. Maria Denise Guedes (UFSCar)
Prof. Dr. Durval Muniz de A. Júnior (UFRN)	pr <sub>o</sub> f. Dr. Nilson Cortez Crócia de Barros (UFPE)
Prof. Dr. José Ribamar Bessa Freire (UERJ)	pr <sub>o</sub> f. Dr. Ramón Pena Castro (UFScar)

### Ilustração de Capa

Rafaella Ráfea da Silva Pereira

### Editoração

Hefrayn Costa Lopes  
Rafael da Silva Oliveira

A exatidão das informações, conceitos e opiniões são de exclusiva responsabilidade dos autores

Dados Internacionais e Catalogação na Publicação (CIP)

TEXTOS e Debates/Universidade Federal de Roraima,

Centro de Ciências Humanas-V.I,n.I(Ago- Dez L995)  
Boa Vista/RR: Editora UFRR, CCH, 1995.

Periodicidade Semestral  
ISSN 1413-9987

1. Periódicos. 2.Ciências Sociais. 3.História -  
Universidade Federal de Roraima

CDU:0 (05)

**8** MEMÓRIA E ORALIDADE:  
**ENTRE O INDIVIDUAL E O SOCIAL**  
CARLA MONTEIRO DE SOUZA

A / ^ POLÍTICAS DE REFORMA  
O DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO:  
**GOVERNO DE LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA,**  
**PERÍODO 2002/2006**  
CEZAR LUIZ DE MARI E SANDRA TAVEIRA DO NASCIMENTO

/•% A A PERCEPÇÃO DE AMEAÇA ESTATAL NO  
\*%ZL CONTEXTO DA GUERRA FRIA:

w • **APROXIMAÇÕES POLÍTICO-HISTÓRICAS DO**  
**COMPORTAMENTO ESTATAL BRASILEIRO**  
FELIPE KERN MOREIRA

**CZ** O ° ESTADO DE RORAIMA E AS FRONTEIRAS

**Tj Q COM A VENEZUELA E A GUIANA**

%\*T V^ MARÍA DAS GRAÇAS S. D. MAGALHÃES

£í O REFLEXOS DA CAATINGA NA SELVA AMAZÔNICA:  
O O ° **REGIMENTO MILITAR DO PARÁ VAI À GUERRA**  
^ ^# GREGÓRIO FERREIRA GOMES FILHO

REPRESENTAÇÃO SOCIAL E BELEZA:

^•4 « **LL CONSTRUINDO A ACEPÇÃO DE BELEZA IMEDIATA**  
^ " ^ • LEANDRO ROBERTO NEVES

^ **AQ O CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**L / O NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE**  
**RORAIMA-UFRR**  
JOANI SILVANA CAPIBERIBE DE LYRA

A O O SOCIEDADE E SEGURANÇA:  
/ O FORMAS DE **ABORDAGENS POLICIAIS**  
**NA ZONA OESTE E LESTE DE BOA VISTA/RR**  
SAMUEL OLIVEIRA NETO

I A A O MINICONTO E A SÉRIE FOTOGRÁFICA:  
s | YI **A ARTE ENTRE A REPRESENTAÇÃO**  
**E O SIMULACRO**  
TATIANA DA SILVA CAPIVERDE

A **ET Â MITOSE REALIDADES NA "ILHA DE GUAYANA":**  
IIZIL A **AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS**  
VJ I VICTOR HUGO VEPPU BURGÁRD

# APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que o Centro de Ciências Humanas, em conjunto com a Editora da UFRR, proporciona à comunidade universitária a edição número 12 da Revista Textos & Debates.

Após o forte empenho do comité Editorial da Revista e da Editora da UFRR estamos garantindo a regularidade e a qualidade da mesma. Deste modo, cumprimos com o principal objetivo da Revista que é estimular a produção e garantir aos professores, pesquisadores e estudantes um espaço adequado para mostrar seu trabalho. É com grande satisfação também que observamos a imensa procura e, conseqüentemente, as contribuições de outros profissionais do país, que cada vez mais têm enviado textos para serem publicados em nossa Revista, ampliando o debate tão necessário para a retomada de posições críticas e para a constituição do processo de produção do conhecimento.

Agradecemos a todas as pessoas que contribuíram com seus artigos para a publicação desse número, desejando aos leitores uma boa leitura e que se sintam estimulados a contribuir com suas produções acadêmicas para os próximos números.

As editoras

## ARTIGO

# MEMÓRIA E ORALIDADE: ENTRE O INDIVIDUAL E O SOCIAL

A oralidade constitui-se, nos dias de hoje, em um importante campo de investigação histórica. É impossível negar o seu avanço e evolução na historiografia brasileira, cumprindo função cada vez mais destacada nos estudos regionais. Se tratando de Roraima - inclusive a par das dificuldades relacionadas à exiguidade, dispersão ou inexistência de fontes - e pelo fato de lidarmos muito com acontecimentos recentes, com uma realidade situada em um tempo muito próximo, a constituição de fontes orais se colocou como recurso bastante frutífero.

Mesmo que já exaustivamente discutidas, algumas questões sempre devem ser lembradas quando se trabalha com fontes orais. A História Oral (HO) é uma metodologia que permite a constituição de fontes históricas e documentais por meio do registro de testemunhos, depoimentos e narrativas. Como afirma Verena Alberti, o uso da HO possibilita o acesso a "histórias dentro da História" (2005, 155), visto que as narrativas coletadas serão sempre visões ou versões subjetivas da realidade. Justamente por isso, o uso da HO oferece ao pesquisador a possibilidade de ampliar os horizontes de sua pesquisa, ou seja, de interpretar, explicar e compreender de forma mais ampla e aprofundada seu objeto de estudo.

Na atualidade, a aplicação da história oral é um importante instrumento nas ciências humanas e sociais.

Segundo Meihy as versões e visões apresentadas nas narrativas devem ser encaradas como "um legado de domínio público" (2005, 24). Ao incorporar ao trabalho visões e versões permite dar voz e ouvir aqueles que tem algo a dizer sobre o assunto.

A vinculação direta com a História - inclusive no nome - não anula seu caráter abrangente, pois a história oral é uma metodologia de uso multidisciplinar, aplicada hoje áreas consideradas anteriormente díspares. Neste sentido, o seu uso vem se difundindo principalmente em função: do questionamento das abordagens tradicionais, nas quais havia uma supervalorização do escrito, do oficial, da objetividade; e da busca por novas possibilidades de pesquisa, que resultem em trabalhos mais aprofundados e que apresentem visões mais criativas do objeto. Pode-se dizer, então, que ampliação do uso da HO liga-se a uma inquietação dos pesquisadores em relação ao seu fazer.

Uma das questões que cumpre destacar, são aquelas relativas à memória, à sua credibilidade na constituição de documentos e a suas peculiaridades no que tange as demais fontes. Trabalhar com fontes orais, então, não é gravar uma série de testemunhos e relatos e depois citá-los. Delas se espera o mesmo que dos outros tipos de fontes: que permitam obter o máximo de informação o mais confiável possível. A sua incorporação ao trabalho acadêmico e científico implica um esforço de crítica apurado, não por serem consideradas fontes pouco confiáveis - posição há muito ultrapassada - mas por estarem geneticamente vinculadas aos meandros da memória e da oralidade, elementos estes que colocam o pesquisador diante de uma riqueza ímpar mas, também, de armadilhas resultantes de sua fluidez, flexibilidade e particularidade. Requerem que cada entrevista seja confrontada com as outras e com os demais tipos de documentação selecionada, que se forme um corpus documental coerente e eficiente aos objetivos da pesquisa.

Ronald Fraser, em artigo intitulado História Oral, História Social (1993, 131-139), discute a questão da constituição das fontes orais e propõe uma diferenciação entre estas e as fontes escritas, tomando como base os seguintes elementos constituintes: a subjetividade, a auto-representação, a forma narrativa e o fato de se construírem com a intervenção do investigador. Os quatro elementos arrolados devem ser examinados de maneira integrada, pois aparecem entrelaçados nas narrativas.

Em relação à subjetividade, afirma que não se refere a subjetividade em si, encarada como algo genuíno e íntimo, mas aquela acessível ao historiador. Só se o investigador a reconhece assim, e a separa de forma metodológica da informação factual, pode apreciar a condição congnotiva da subjetividade. A subjetividade definida pelo autor, então, não é aquela concebida como característica pessoal, sob uma perspectiva eminentemente comportamental ou personalística, mas aquela concebida como representação, resultado do cruzamento do público com o privado, da formação sociocultural do indivíduo, das exigências e ajustes requeridos pelo cotidiano e requisitadas pela narração. A questão da objetividade passa, portanto, por minimizar o subjetivismo e a espontaneísmo, sem excluir o sujeito, sua historicidade, bagagem, interesses, ações, elementos que o narrador lança mão para constituir seu texto oral.

Quando se tem acesso a fontes orais fica claro que o narrador busca representar-se como um ser coerente no tempo e no espaço. A narrativa é a representação da vida e do mundo no qual o sujeito está inserido. Racionalidade e irracionalidade, consciente e inconsciente, presente e passado, subjetivo e coletivo interagem na configuração que o indivíduo dá a si, aos fatos que viveu e que vai narrar, tendo como mediadora permanente a memória.

Por outro lado é, também, uma auto-representação, que é dotada de um certo essencialismo, algo naturalizado. Através dela o sujeito se define, nomeia a si e os "outros", se posicionando em relação a isso e emitindo opiniões, juízos de valor, criando laços de pertencimento, interação, integração, os vínculos produzidos pela vivência e pela convivência mediados pelos elementos ligados à cultura, à posições na escala social etc.

Quanto à forma que assume, a narração revela bastante da subjetividade do autor e daquilo que o mobiliza a falar. Ao se ativar a memória, quando o indivíduo é chamado a narrar, busca as suas lembranças sobre o tema suscitado, mas também tudo aquilo que a ele está ligado, expondo conexões que nem sempre são percebidas através de uma leitura comum. No momento da narração o autor busca também a códigos linguísticos e semânticos socialmente conhecidos para se fazer entender. Este processo de elaboração intelectual, consciente e/ou inconscientemente condicionado, dará a narrativa um estilo que é muito importante na abordagem do texto oral. O que deseja comunicar também vai condicionar a forma que assume a narrativa,

ou seja, o género escolhido, sendo importante identificar palavras e frases-chaves, repetições, omissões, modelos narrativos. A forma da narrativa é permeada pela bagagem cultural do narrador, que deve ser conhecida e investigada pelo ouvinte/pesquisador.

Fraser explica que o momento da narração é um encontro em que o passado e o presente, o cultural e o pessoal, o individual e o social, o eu e o outro se conjugam. As experiências e a subjetividade do falante e do ouvinte se cruzam. A conversa que se estabelece entre o entrevistador e o entrevistado, o diálogo, as trocas entre os dois, interferem na forma que assume a narrativa, na qual atuam as indagações feitas pelo investigador, o problema investigado e os interesses que o movem. A forma e o conteúdo da narrativa estão vinculados à mediação entre narrador e ouvinte. Nenhuma narrativa oral é pura, desinterrada, isenta ou neutra. É sempre permeada pela visão de mundo do narrador, por interesses e objetivos alicerçados no presente e não no passado.

Entre a memória e a transmissão das lembranças intervém uma série de mediações que imprimem sua própria lógica ao processo de rememoração na forma como será expressada, destacando a participação direta do ouvinte. Não há objetividade pura e simples nas lembranças, os fatos e acontecimentos podem ser os mesmos, mas a significação dada pelo narrador é trabalhada e transformada em função do tempo e da sua situação de vida (Fernandes, 1993, 220). Pode-se dizer que cada narrativa é dotada de objetividade, traduzida em termos subjetivos.

Como em qualquer outro tipo de narrativa, é a memória que incorpora o real, entendido como tudo que é considerado concreto, palpável e relevante. A memória faz conexões, realiza trabalho incessante, dinâmico, produtivo e seletivo. Nem tudo que é vivido pelo indivíduo será guardado e armazenado tal como foi. Pode-se dizer que o relato não tem estatuto de verdade, sendo antes uma verdade relativa, subjetivizada. Ao transmitir a sua versão/construção oralmente, o narrador o faz de acordo com as necessidades e possibilidades do presente, e é nesse momento que as lembranças deixam de ser memórias para tornarem-se histórias.

Sobre os processos da memória existe farta discussão, envolvendo várias áreas do conhecimento. Para a história o mais importante é a abordagem da memória como fenómeno social, como instância produtora de sentidos e de representações, como o espaço privilegiado onde o individual e o social, o

privado e o coletivo, o passado e o presente se articulam, adquirindo significado único.

Esta concepção sobre os processos da memória se baseiam nos escritos de Maurice Halbwachs, segundo o qual a memória é um fenômeno basicamente social. O trabalho psíquico e psicológico é necessário para a sua existência, mas o social predomina sobre o individual, o que não significa a sua rejeição. Então, tudo o que está guardado na memória, que vai ser lembrado e narrado pelos indivíduos, é produto das relações engendradas com um mundo preexistente, com o sistema social. Para Halbwachs a memória deve ser abordada por meio dos "quadros sociais da memória" e não em si mesma. Segundo o autor, "cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que o mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes" (2006,69).

A lembrança não é um ato individual, mas estaria relacionada com toda a vida material e moral das sociedades da qual o indivíduo fez ou faz parte (Santos, 1993, 70). Halbwachs explica que "para evocar o próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência fora de si, determinados pela sociedade" (2006, 72). Rememorar requer um contínuo relacionamento solidário e interativo com outras lembranças, no qual busca amparo, confirmação, coerência e legitimidade, o que justifica a abordagem dos contextos nos quais se constitui e expressa, os chamados quadros sociais da memória.

Lembrar, assim como narrar, é um processo consciente, informado pelo que "aí está" e não pelo "que foi". É o presente que solicita o passado, que é construído e reconstruído incessantemente. Este processo é motivado pela necessidade que o indivíduo tem de compreender a si mesmo e pelas demandas, indagações e consciência atuais, ou seja, por uma variedade de estímulos externos.

Note-se, no entanto, que apesar de Halbwachs não negligenciar o papel do passado na constituição das lembranças, atribui a ele uma certa flexibilidade perigosa, o que implica dizer que ao lembrar o indivíduo refere-se mais ao presente que a ao passado, como se o passado fosse um dado. Não resta dúvida que no seu trabalho incessante a memória seleciona, resignifica, apaga, reprocessa, silencia o passado vivido. Contudo, não há como negar que

quando o indivíduo é chamado a lembrar é a este passado - de experiências vividas e introjetadas, composto de uma bagagem repleta de fatos, nomes, datas, costumes, situações, e que interessa muito ao pesquisador acessar - que ele recorre. A forma como essas vivências sedimentadas no passado aparecem nas narrativas da memória pode variar conforme as condições do presente, mas o passado sempre estará ali - representado de maneira mais ou menos evidente, com maior ou menor intensidade -, cabendo ao pesquisador munir-se de instrumental teórico e metodológico que propicie o seu desvelamento.

Pode-se dizer, então que a memória constitui-se através da interação de diferentes instâncias, individuais e coletivas. Nas narrativas engendradas pela memória os fatos, pessoas, acontecimentos aparecem de forma explícita, visível, verificável, manifesta e/ou encobertos, velados, implícitos, revestidos de silêncios e de esquecimentos.

Neste sentido, o passado não é passível de resgate. A experiência humana, o vivido e todos os seus elementos constituintes só sobrevivem se lembrados e contados. Halbwachs afirma que "o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toam emprestado de seu ambiente" (2006, 72). Linguagem e memória são parceiras inseparáveis. A linguagem é a grande mediadora dos processos sociais e sem ela não existiria contato entre o presente e o passado, entre o eu e o outro, entre o individual e o coletivo.

É através da linguagem, portanto, que se processa o único "resgate" possível do passado, isto é, através dos indícios, dos vestígios, dos sinais de um real vivido, sentido, experienciado apresentados na narrativa oral. Paul Thompson afirma que, ao solicitar a memória, a história oral pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar nesta história, mediante suas próprias palavras (199, 22). Rememorar e narrar é, portanto, mais que produzir uma espécie de biografia, em que cada narrador produz uma interpretação pessoal do que viveu, mas textos carregados de novos e surpreendentes significados. Pode-se dizer que a memória expressa nas narrativas orais é atemporal.

Paul Thompson explica que "o processo da memória depende do da percepção". A compreensão antecede a apreensão, a qual se dá através de categorias, segundo as quais as informações se ajustam. Esse processo

mental possibilita que em uma ocasião futura esta memória possa ser reconstruída, constituindo, geralmente, uma aproximação daquilo que foi compreendido. O processo de descarte, ou seja, de seleção do que será guardado e lembrado, depende não só da capacidade de percepção e compreensão do indivíduo, mas também de seu interesse. Sendo assim é mais provável que uma lembrança seja fidedigna quando corresponde a um interesse ou necessidade social ou individual (199,150-153).

O mesmo autor explica que nos relatos orais "a construção e a narração da memória do passado, tanto coletiva quanto individual, constituiu um processo social ativo que exige ao mesmo tempo engenho e arte, aprendizado com os outros e vigor imaginativo". Por isso, deve-se procurar nas narrativas não só eventos, estruturas, padrões de comportamento, mas, acima de tudo, experiências vivenciadas e lembradas com imaginação (199,184-185).

Neste sentido, torna-se essencial a busca de novas maneiras de analisar a narrativa oral nas suas várias modalidades. Da mesma forma, a sua incorporação como fontes enriquece o trabalho de pesquisa em ciências humanas e sociais, no sentido da construção de um conhecimento plural, multifacetado, polifônico, onde indivíduo e sociedade interagem, onde ambos têm voz e expressão.

**RESUMO:** O presente artigo apresenta uma breve discussão sobre as potencialidades do uso da metodologia da história oral na constituição de fontes para a pesquisa. Aborda aspectos e elementos relativos à este tipo de fontes e a sua relação intrínseca com a memória.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassenegi (org). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. Manual de História Oral. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

BOSI, Ecléa. O tempo vivido da memória: ensaios de psicologia social. 2. ed. São Paulo: Atelier Editorial, 2004.

BRAGA, Elizabeth dos Santos. A constituição social da memória: uma perspectiva histórico-cultural. Ijuí/RS:Ed.UNIJUI,2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O sentimento do mundo: memória, destino e cenários da vida entre errantes mineiros. In: As Faces da Memória. Campinas: CMU/Unicamp. (Coleção Seminários 2).

FERNANDES, Maria Esther. A "História de Vida" como instrumento de captação da realidade social. História (UNESP). São Paulo, v.12, p.217-224,1993.

- FRASER, Ronald. História Oral, História Social. História Social, n° 17, outono 1993 (Inst. História Social, UNED, Valência) pp. 131-139.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Rio de Janeiro, Estudos Históricos, v. 2, n.3, 1989, pp. 3-15
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Rio de Janeiro, Estudos Históricos, v. 5, n. 10, 1992, pp. 200-212
- PORTELLI, Alessandra. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, FERNANDES, Tânia e ALBERTI, Verena (orgs.). História Oral: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000. pp.67-71.
- SANTOS, Myriam. O Pesadelo da Amnésia Coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 23, ano 8, out.1993, pp.70-84.
- SOUZA, Carla M. de. História, História Oral e os Historiadores. História, Porto Alegre, n. 6, 2002.
- THOMPSON, Paul. A Voz do Passado. Rio de Janeiro: Paze Terra, 1992.

ARTiSO

---

**POLÍTICAS DE REFORMA  
DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO:  
GOVERNO DE LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA,  
PERÍODO 2002/2006.**

**INTRODUÇÃO**

Esse estudo procura analisar as políticas que estão promovendo a reforma do ensino superior brasileiro, no período do primeiro mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2002-2006), procurando definir quais os caminhos pensados e concepções de universidade presentes nesta reforma. Tem como objetivo principal entender quais as consequências dessa reforma para o ensino Público brasileiro.

O trabalho se baseia numa pesquisa documental e bibliográfica, buscando ampliar a visão sobre o contexto geral das ideias fazendo uma análise crítica sobre o tema, especificando para estudo os seguintes pontos: o Programa Universidade para todos - Prouni, o sistema de cotas, o incentivo da educação a distância e as políticas de Parceria público-privadas-PPPs.

Esse processo de reforma do ensino superior no Brasil, que vem se desenrolando desde meados dos anos 1990, tem suas questões fundamentais baseadas nas propostas feitas pelos organismos internacionais, especialmente o Banco Mundial\*.

<sup>1</sup>Professor do curso de pedagogia do Centro de Educação da UFRR.

<sup>2</sup>Graduanda no 6º período do curso de licenciatura plena em pedagogia CEDUC/UFRR.

Mundial, aceitas pelo governo brasileiro e aplicadas conforme as necessidades nacionais e internacionais, de caráter económico e da nova concepção de desregulamentação do mundo do trabalho<sup>3</sup>.

Nos discursos oficiais, projetos de leis e medidas provisórias analisados percebe-se que durante o primeiro mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva confirmou-se o conceito de Universidade proposto na década de 1990 e manteve-se a continuidade das propostas oferecidas pelos organismos internacionais, porém com menor intensidade de privatização, uma vez que a mesma tendência ocorre por outras vias, como a ampliação de vagas pelo ProUni, pelo sistema de cotas e educação a distância.

Estas políticas vêm fortalecer a tendência nas universidades de aligeiramento na formação e a entrada no campo tecnológico pela porta dos fundos.

## **EDUCAÇÃO SUPERIOR EM QUESTÃO NO PERÍODO LULA**

Ao assumir o governo em 2002, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva apresentou em seu plano de governo objetivos relacionados a reforma do ensino superior com uma roupagem mais humanística, contudo este foi substituído pela Carta ao povo brasileiro de julho de 2002 (SGUISSARDI, 2006, p.1040) que se veio concretizar o que já era defendido pelo governo Fernando Henrique Cardoso: a efetivação de um projeto de educação superior que visa diluir as fronteiras entre o público e privado, atendendo aos interesses internacionais vinculados ao campo económico.

Foram reforçadas as políticas de equidade<sup>4</sup>, atendendo as propostas feitas por forças internacionais, que cobram a adequação da formação superior para o atendimento do sistema económico.

Para justificar esse projeto de reforma o governo defende a tônica do BM de que o investimento na educação superior é excessivo em comparação ao que se verifica em outros países (BRASIL, 2003), voltando os valores da Educação superior brasileira para uma adequação a "sociedade do

<sup>3</sup>A aplicação das indicações do Banco Mundial não são mecânicas, mas adaptadas as condições da realidade nacional.

<sup>4</sup>Que não significam políticas de igualdade, mas espécie de reguladores de tensões, através de projetos pontuais e fragmentários.

conhecimento", onde o conhecimento tem valor comercial e a formação é voltada para atender rapidamente as necessidades da oferta de empregos<sup>5</sup>.

No Brasil a trajetória de consolidação do conceito de universidade foi um percurso longo de lutas até a conquista do espaço como instituição social, pública e autônoma. Porém, na década de 1990, o Estado brasileiro fez a opção pela Universidade re-conceituada como organização social<sup>6</sup>, quando da reforma introduzida pelo governo Fernando Henrique Cardoso (1996-2002), imprimindo uma nova maneira de pensar a universidade. Diante dessa opção as conquistas de uma universidade pública precisam ser mantidas, a sociedade precisa fazer memória e refletir sobre essa luta, para que se possa compreender o que essas mudanças podem acarretar no sistema de educação superior no país.

Em seu discurso na abertura da Conferência da ANPED em 2003, Marilena Chauí (2003) nos ajuda a refletir sobre a necessidade de se pensar a Universidade Pública sob essa nova perspectiva. Ela sugere alguns pontos de reflexão para que essa ponderação seja feita e que a mudança aconteça sob a perspectiva da formação de qualidade e da democratização se posicionando da seguinte forma:

Colocar-se contra a exclusão como forma de relação social defendida pelo neoliberalismo e pela globalização; Tomar a educação superior como um direito do cidadão (de qualidade); Definir a autonomia universitária não só pelos chamados critérios de gestão, mas pelo direito e pelo poder de definir suas normas de formação ou de políticas acadêmicas; Desfazer a confusão atual entre democratização da educação superior e massificação (CHAUÍ 2003, p.5-6).

Para a autora, ver essa Universidade sob nova perspectiva significa exigir que o Estado não veja a educação sob o ponto de vista do gasto público, e

<sup>5</sup>A terminologia "Sociedade do conhecimento" é polissêmica e se originada na leitura de que a tecnologia revoluciona as relações sociais. Questão polêmica sob a qual têm-se debruçado muitos pensadores (Cf. MARI, 2006).

<sup>6</sup>A organização social indica o modo de organização de empresa, dirigido por princípios operacionais, e a instituição social se caracteriza como entidade com fins públicos.

sim como um investimento social e político, que só será possível se a educação for considerada um direito e não um privilégio (CHAUÍ, 2003, p. 5) e que se defina com clareza, o que significa exatamente formação para a Educação superior no Brasil, se esta valida uma formação integral do homem na perspectiva da formação humanística e técnica, conforme Gramsci (2000) ou somente como meio de atender as necessidades do mercado.

Uma das propostas apresentadas no plano de governo Lula (2002/2006), no início do seu mandato, foi um amplo debate, que ocorreu entre 2002 e 2004 (SGUISSARDI, 2006 p.1023) em que esteve aberta a discussão na sociedade civil, da qual faz parte O Seminário Internacional - Universidade XXI - Novos Caminhos para a Educação Superior (BRASIL, 2004) realizado pelo Ministério da Educação, com o objetivo de promover um amplo debate sobre o panorama da educação superior no mundo contemporâneo, visando obter subsídios para uma reforma do sistema brasileiro de educação superior (BRASIL, 2004, p. 2). Nesse diagnóstico da Educação Superior no Brasil, foram identificados os principais pontos de tensão sobre a reforma, a seguir:

1. Massificação do ensino superior e excelência acadêmica;
2. Participação social e mérito acadêmico;
3. Educação pública e educação privada;
4. Investimento público no ensino fundamental e no ensino superior;
5. Autonomia e Avaliação Externa.
6. Políticas nacionais para a educação superior e internacionalização dos sistemas educacionais (BRASIL, 2004 p. 3-5).

Partindo do cenário apresentado focalizaremos um pouco sobre o processo de elaboração do projeto de Reforma do ensino superior no Brasil, que está acontecendo, de forma mais intensa, nos últimos cinco anos e que vem sendo aprovada de forma fragmentada, onde só uma análise mais ampla é que permite perceber as definições construídas a partir desses fragmentos aprovados. Para isso nos apoiaremos em análises feitas pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior-ANDES-SN.

O ANDES-SN (2006, p. 4) insiste desde a apresentação da primeira versão do Projeto de Reforma que o mesmo vem se distanciando do sentido de conjunto do Sistema Nacional de educação preconizado pelos educadores brasileiros

nos cinco Congressos Nacionais de Educação (CONEDs)<sup>7</sup>, eles alertam para os sentidos distintos entre o projeto apresentado para o nível superior e, os demais níveis de ensino.

A entidade entende ainda que uma parcela importante do parlamento trabalha para complementar a mudança da lei (art.6º da Constituição Federal de 1988) que reconhece a educação como um direito social. No documento da reforma desejam suprimir a expressão "bem público", que ainda incomoda aos empresários da educação.

Daí a importância da sociedade estar ciente de que as iniciativas governamentais tomadas na área da Educação superior no país estão acontecendo de forma a atender a instância do setor internacional de serviços, como confirmam os embates na Organização Mundial do Comércio - OMC, que demonstram junto com o Banco Mundial - BM, um constante e preocupante empenho pela educação superior no Brasil, cobrando do governo medidas que reforcem os seus interesses.

## **AS POLÍTICAS DE MASSIFICAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**

Com as políticas de reforma promovidas pelo governo Lula objetivava-se atender as metas do Plano Nacional de Educação - PNE (2000) que visava atender até 2010, a pelo menos 30% da população na faixa etária de 18 a 24 anos na educação superior, pois, hoje somente 10,4% tem acesso a ela. As reformas pretendem atingir metas de inserção e matrículas aos moldes dos países participantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico - OCDE. Porém as implementações das mesmas parecem longe de atingir tais metas, e mesmo se atingidas há questões polémicas e problemas a serem levantados como os que faremos a seguir.

## **O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS**

O Programa Universidade para Todos - ProUni - foi criado pela MP n. 213/2004 e institucionalizado pela Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005, tem por objetivo a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais, em

<sup>7</sup>CONEDs: congressos realizados por setores da sociedade brasileira, sobretudo aquelas parcelas historicamente organizadas por meio do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública.

cursos de graduação e sequenciais de formação específica, para estudantes de baixa renda, em instituições privadas de educação superior, como política de incentivo ao acesso à universidade, oferecendo como compensação à rede de educação superior privada a suspensão de alguns tributos. Para complementar esse projeto, segundo o governo, foram criadas 10 Universidades Federais e 48 novos Campus universitários, buscando aumentar significativamente o número de vagas na Educação superior e interiorizar a educação pública gratuita, como forma de combater as desigualdades regionais referentes à formação superior.

De acordo com dados do MEC no primeiro processo seletivo do ProUni foram oferecidas 112 mil bolsas em 1.142 instituições de Ensino superior de todo o país, e se espera que após quatro anos de sua criação, o programa ofereça 400 mil novas bolsas de estudo (BRASIL, 2007).

No ano de 2006, a bolsa integral foi concedida a cada 10,7 estudantes pagantes, os demais tiveram que se conformar com bolsas de 25% ou 50% do valor da mensalidade. Com esses recursos direcionados para as universidades Federais, novos professores poderiam ser contratados e cursos de graduação poderiam ser oferecidos no horário noturno. A tendência seria de chegar em três ou quatro anos a 1 milhão de novas matrículas nas universidades públicas e não 120.000 bolsas como pressupõe o ProUni (BRASIL, 2007). No entanto o que mais preocupa em relação a esse programa é que não foram previstos mecanismos de controle sobre a qualidade dos cursos oferecidos.

Com a escolha de financiamento das instituições superiores privadas, voltadas em maioria para o ensino e que apresentam baixa qualidade de formação, deixa-se de lado o sentido de uma formação superior de qualidade, voltada para atividades de ensino, pesquisa e extensão, que as universidades públicas ainda priorizam.

Segundo documento do AN DES-SN (2005, p.13) o ProUni, simplesmente cumpre o papel de operacionalizar as Parcerias público-privadas na Educação Superior, pois estes acordos ajudam estas instituições a superarem a alta taxa de evasão nas vagas oferecidas.

Diante dessa política de acesso a educação superior no Brasil, LEHER (2004, p. 2) pondera:

Qual a melhor alternativa: estabelecer a políticas de acesso vinculadas a expansão do ensino público, de alta

qualidade, esforço que fortalecerá a capacidade de produção de conhecimento socialmente relevante ou inflar as estatísticas com cursos sequenciais aligeirados, sufocando o setor público? Há dez anos, o Banco Mundial elaborou um documento afirmando que, no caso dos países latino-americanos, a única alternativa era esta última opção.

Em resposta a exigência de expansão, como o Brasil é um país latino americano, restou a segunda opção, inflar as estatísticas sugeridas, mesmo que para isso ocorra, como estamos presenciando, um acesso precarizado sem garantias da manutenção desse aluno no curso escolhido.

## POLÍTICA DE COTAS

Entre 1982 e 1996, aproximadamente 25 países adotaram, de acordo com dados fornecidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), intervenções políticas visando eliminar a discriminação sexual e racial ou implementando mecanismos de discriminação positiva nas relações de trabalho. Nos anos noventa, em países como Ilhas Fiji, Malásia, Canadá, Índia e Austrália foram adotadas políticas de ação afirmativa no combate às desigualdades culturais e na Europa.

Essas iniciativas têm gerado grande expectativa em relação as ações afirmativas que estão sendo implementadas no Brasil, inclusive porque o país conta com uma porcentagem de negros na sua população que atinge quase 50%. A justificativa central do incentivo ao sistema de cotas no país vem no sentido de uma política de discriminação positiva para reparar as assimetrias promovidas pela intervenção do Estado ao longo da história do país.

No Brasil, como podemos perceber o debate sobre cotas não é novo, haja vista

a determinação de que 30% das vagas para eleições proporcionais sejam ocupadas por mulheres; que o serviço público deva empregar pelo menos 5% de funcionários portadores de deficiências; ou que sejam

reservados lugares especiais para idosos em locais e transportes públicos (PRIORI, 2004, p. 1).

Porém em relação ao sistema de cotas para negros e minorias étnicas nas universidades o tema divide opiniões. A incerteza, no entanto, tem um ponto sólido: a reserva de vagas gera um debate importante sobre o racismo no Brasil onde o preconceito existe, ainda que de forma velada.

Já do ponto de vista da eficácia a política das cotas é limitada e pode carregar consigo uma tendência também polêmica, a de estacionarem-se os debates nas cotas e na questão racial sem considerar as relações sociais onde a Universidade e a escola estão inseridas, ou seja, se a discussão da cota não for acompanhada pela reforma da escola pública em termos de séries iniciais, fundamental maior e médio, na sua qualidade e acesso, o risco é que a política de cotas perca seu efeito agregador.

Da mesma forma é polêmica a definição de política a partir de critérios raciais, uma vez que critérios cor, raça, envolvem uma série de complexidades e estudos ainda não conclusivos sobre sua natureza, de modo a levantar questões sobre o caráter de sua universalidade<sup>8</sup>.

A partir de 2005 é esperado pelo governo, que nos próximos 10 anos, nas instituições Federais sejam reservadas no mínimo 50% das vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, privilegiando grupos étnicos raciais de acordo com a sua percentagem na unidade federada. Porém também fica estabelecido que somente

no caso de não serem preenchidas todas as vagas oferecidas em conformidade com a composição étnica da população da unidade federada é que as vagas remanescentes serão revertidas em favor dos estudantes de escolas públicas" (CORBUCCI, 2004, p. 695).

Estudos do professor José Jorge de Carvalho (apud. PRIORI, 2004 p.1) do Departamento de Antropologia da UNB, demonstram dados sobre esta

<sup>8</sup>Pesquisas recentes têm levantado questões sobre a existência de raças, e de que a cor não designaria própria mente o grupo ao qual a composição genética dos indivíduos.

exclusão no ensino superior, onde 97% dos atuais universitários brasileiros são brancos, contra 2% de negros e 1% de amarelos. O desequilíbrio, num país em que 45% da população é negra, deixa claro que são necessárias medidas urgentes para inserção do negro no ensino superior.

Sabemos, porém, que as políticas de cotas da maneira que foram implementadas não resolverão o problema, pois uma universidade que recebe apenas 9% dos alunos em condições de estudar nela, sempre será uma universidade voltada para educação da classe privilegiada, com cotas ou sem cotas. Deve-se pensar em uma maneira de acesso mais ampla e universal, privilegiando principalmente os níveis socioeconômicos mais baixos da população, levando-se em conta a necessidade real da comunidade onde os cursos superiores estão inseridos.

Em entrevista para PEIXOTO (2006), o reitor da UFRJ, Aloísio Teixeira defende que o sistema de cotas é uma solução que não resolve a questão do acesso desses grupos excluídos, pois em um país onde apenas 2% dos jovens entre 18 e 24 anos estão cursando universidades públicas se for reservada uma cota de 20%, apenas 0,4% dos jovens que vão poder se beneficiar desse instrumento e isso vai além da simples apresentação dos números percentuais.

Os números mostram que 60% dos jovens concluem o ensino médio em escolas públicas, mas apenas 40% deles se inscrevem no vestibular das instituições públicas. Isso é um mal que revela que o estudante do ensino médio não se sente seguro em participar desse processo e, por outro lado, que a universidade está suficientemente atenta para dar conta desse problema (TEIXEIRA apud. PEIXOTO, 2006).

Em comparação com outros países da América latina esse percentual é muito baixo e se levarmos em conta que alguns são tão ou até menos desenvolvidos do que nós a questão se torna mais grave ainda. Em países como o Equador e o Panamá, 30% dos jovens estão na universidade; na Argentina, no Uruguai e no Chile, esse percentual é ainda maior. Na verdade o que percebemos é que historicamente criou-se uma organização na universidade brasileira que não favorece o acesso de toda a população a esse nível de

ensino, como um direito do cidadão.

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Aloísio Teixeira (apud. PEIXOTO, 2006) ainda diz que enquanto existir o vestibular vai haver uma barreira intransponível para o povo entrar na universidade, com isso ele sugere que a melhor maneira de facilitar o acesso à universidade seria conceber um novo sistema de ensino, criando critérios de egresso para esses indivíduos excluídos na universidade, independente de sua condição racial /étnica ou sócio-econômica.

Para se tratar com seriedade a inclusão educacional é necessária a adoção de políticas públicas voltadas para proteger o ensino fundamental e médio e para uma ampla expansão de vagas públicas e gratuitas no ensino superior para os jovens, elegendo meios de permanência e formação que garantam a qualidade do conhecimento oferecido e não como vem sendo apregoado pelo governo, através de cursos de EaD, que de certa forma, por não estarem bem claras as regras de fiscalização dessa forma de ensino, não garantem a qualidade, nem o mérito acadêmico desses discentes.

#### A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - EAD

A proposta do MEC de criação da Universidade aberta do Brasil - UAB - como uma instituição de direito privado e não gratuita, é determinada pela minuta de decreto que regulamenta o art. 80 da LDB 9.394/96 que diz: "O poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada". O que torna essa afirmação mais preocupante ainda é o que no Decreto nº 5622, de 19 de dezembro de 2005, essa modalidade de ensino é tratada com a mesma amplitude da modalidade presencial, permitindo que a educação a distância seja utilizada de forma ampla, geral e irrestrita, em todas as atividades de instituições de educação superior, tais como o ensino da graduação, de pós-graduação, a extensão e a educação continuada, inclusive em cursos que exigem um treinamento prático, como por exemplo, a medicina.

Segundo documento do ANDES-SN (2005) fica claro que o MEC vê a EaD como uma forma de ampliar a oferta da educação superior pública em 40%, em um prazo de 10 anos, sem modificar os recursos aplicados nas instituições federais de ensino superior. Ainda de acordo com o texto citado, essa medida terá resultados negativos em todo o sistema educacional de ensino, visto que

75% das matrículas nessa modalidade são em licenciaturas e cursos de pedagogia, professores que trabalhar?o com pobres não necessitam de formação qualificada parece ser o mote mais decantado na última década (ANDES-SN. 2005, p. 2). A partir das referidas citaç?es podemos perceber que se trata claramente de uma forma de abrir o comércio da educação para o mercado internacional, desejo a muito reclamado por alguns pafses pertencentes a OMC.

Este anteprojeto institui a Educação a Distância como uma modalidade de ensino e a inclui como instrumento para atender ao projeto de responsabilidade social das instituições de ensino superior, permitindo pela primeira vez o reconhecimento de diplomas de cursos de pós-graduação stricto sensu emitidos por instituições estrangeiras e por universidades privadas, também admite a entrada de capital estrangeiro nas instituições privadas (restrita a cerca de 30%).

É importante enfatizar que o setor de serviços é considerado o maior da economia americana, motivo pelo qual o governo Federal vem dando especial atenção a esse setor no Brasil. Acoplando a educação ao setor de serviços, já que, segundo a OMC, ela deve ser vista como um produto, a abertura de um mercado emergente como o Brasil pode representar muito lucro. Daí o interesse do governo americano em integrar o Brasil na ALÇA ena OMC.

Segundo LEHER (2004 p. 1),

a partir do tripé constituído pelo Banco Mundial, pelo próprio governo Lula da Silva e pelo ORUS (...), está sendo erigido um falso consenso que poderá redefinir profundamente a universidade brasileira e quiçá de diversos países latino-americanos, representando a vitória de um projeto asperamente combatido por sindicatos, estudantes, reitores, entidades científicas, fóruns de educadores e partidos, no curso da última década: a conexão com o mercado e, mais amplamente, a conversão da educação em um mercado.

Para LEHER (2004 p.1) este modelo representa um ensino massificado que se caracteriza por uma estratégia de estabelecer graus diferenciados de cidadania aos que se formam pelo ensino tradicional e ao que se forma à

distância, isso pode vir a ser manipulado pelo mercado no momento de oferta de empregos. Podemos confirmar isso com essa medida onde o governo Federal coloca o Brasil no círculo da mercantilização da educação, sem cuidar da qualidade de formação oferecida. É a regularização da comercialização de diplomas, transformando a educação em commodity<sup>9</sup>.

Observando todo esse contexto o ANDES-SN em sua análise salienta as modificações introduzidas no PLn° 7200/2006. No texto estudado ela mostra que de acordo com esse documento existe uma grande fragmentação na subdivisão da Educação superior em Universidades, Universidades tecnológicas, Faculdades, Centros universitários e Centros tecnológicos, contrapondo-se ao conceito de padrão unitário de qualidade defendido pelo movimento docente.

É perceptível na análise do ANDES-SN, que o conjunto do PL n. 7200/2006 e os outros instrumentos normativos ultimamente aprovados ou em trâmite tendem a atrelar a educação à lógica do capital, via captação e utilização de recursos públicos com a finalidade de atender aos interesses empresariais, a política industrial, a inovação tecnológica e ao comércio exterior, dentre outros interesses. Desse modo a Educação superior deixa de ser concebida como direito social, ou seja, direito de todos e dever do Estado, e passa a ser encarada como uma atraente fatia do mercado de serviços (ANDES-SN, 2006, p.5-6), porém parece que apesar da desqualificação desse direito, a expressão "bem público" ainda incomoda aos empresários da educação, que se articulam via legislativo para a , desse termo através de emendas parlamentares.

Outro ponto apresentado como preocupante pelo ANDES-SN é a ênfase que o artigo 5º do PL 7200/06 confere à educação a distância, abrindo possibilidade para que todos os cursos superiores, de graduação à pós-graduação, mestrados e doutorados possam ser oferecidos por essa modalidade de ensino. Essa mudança implica em saber a quem está submetido o interesse de quem financia e avalia a produção dessa formação, já que não existe contato presencial com o pesquisador ea formação é aligeirada.

A análise que nos é apresentada pelo ANDES (2006) sobre o PL

<sup>9</sup>Corriodí1y:n as relaçõ escora ercia is internacionais, o termo designa um tipo particular de mercadoria em esta do bruto ou produto primário de importância comercial, como é o caso do café, algodão, estanho, cobre, etc... (<http://www.ens.ijfsc.br/~soares/dicionario.rhtm>)

7200/06 nos revela um quadro de reforma que descaracteriza a formação continuada limitando-a a aspectos instrumentais para a formação profissional e retira do Estado a responsabilidade por essa etapa da educação e abre o precedente para a cobrança de taxas diversas sobre o que deveria ser direito de todo o cidadão.

## AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

O Projeto de Lei PL n. 2546/03 trata do que conhecemos como Políticas das Parcerias Público-Privadas - PPPs. Nos termos da Exposição de Motivos esse PL conceitua essa parceria como uma

modalidade de contratação em que os entes públicos e as organizações privadas, mediante o compartilhamento de riscos e com financiamento obtido pelo setor privado, assumem a realização de serviços ou empreendimentos públicos como sistema de contratação pelo Poder Público ante a falta de disponibilidade de recursos financeiros e aproveitamento da eficiência de gestão do setor privado.

Apesar de não ser uma norma voltada especificamente para a Educação superior, as IFES como parte integrante das instituições públicas vêm sendo cobradas a participar continuamente das intenções propostas por esse PL, como está previsto no Art. I, Parágrafo Único:

Esta Lei se aplica aos órgãos da administração direta, aos fundos especiais, às autarquias, às fundações públicas, às empresas públicas, às sociedades de economia mista e às demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A principal dificuldade não prevista no PL n. 2546/03 são as decisões que não fazem parte dos domínios de responsabilidade governamental, como as decisões de investimentos, que ficarão por conta dos investidores privados, que os selecionarão de acordo com os critérios de mercado e maior possibilidade de lucratividade. Algumas medidas foram tomadas para

operacionalizar esse PL dentro do Ensino superior, tais como o Pro-Uni e a lei de Inovação tecnológica<sup>10</sup>.

Apesar das PPPs serem amplamente divulgadas pelos meios de comunicações, o que não se falou foi de que ao Estado ficou reservado apenas o papel de distribuidor e de pagador. Ao parceiro privado cabe gastar, contratar obras e serviços e gerir o projeto, podendo para levar a efeito suas atribuições, até contrair empréstimos no mercadofinanceiro, porém se a instituição pública (parceira) envolvida tiver direito a alguma receita, os valores só poderão ser utilizados em gastos de investimentos, sendo proibida a utilização em gastos correntes para a sua manutenção.

Concordamos com MARI (2006, p.10) quando ele afirma que com as PPPs, o professor toma para si a responsabilidade de se tornar um empreendedor, tendo até legitimidade para deixar suas atividades acadêmicas em função de parcerias com a empresa, pois cabe a ele buscar recursos para a pesquisa, e como o processo de financiamento ocorrerá via projetos de parceria com empresas privadas, temos então definitivamente a interconexão da universidade com ela de modo intransparente, onde os papéis se misturam. Eis a realização proposta pelo BM se concretizando de maneira firme em nosso sistema de formação superior inserindo a educação da periferia do capitalismo para a produção de conhecimentos operacionais e pragmáticos (SILVAJr.2005).

Estamos então diante do principal questionamento sobre a privatização da Universidade, que não é só sobre pagamento de mensalidade ou de taxas, é sobre a ideia de a Universidade se voltar para os interesses privados e a privatização do conhecimento.

## **ITEM CONCLUSIVO**

Através do estudo realizado, percebemos que o Governo de Lu?s Inácio Lula da Silva, nesse mandato de 2002 a 2006, vem dar continuidade ao processo iniciado no governo anterior, primando pela aceitação das condições orientadas pelas organizações que defendem os interesses de mercado e não

<sup>10</sup>A lei de Inovação tecnológica propõe uma parceria entre a universidade e a produção tecnológica de inovação, que difere da tecnologia de produção básica por ser apuela que atende mais rapidamente às demandas do mercadoflexibilizado.

pela autonomia do país no que se refere à produção de conhecimento.

Acompanhamos a implementação em nosso país de pacotes oferecidos pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, que revelam a consonância do atual governo Federal com os interesses internacionais. Essas determinações são apresentadas à população como se a educação fosse a principal maneira de superar os problemas de desenvolvimento económico e da pobreza. Atribui-se a educação uma responsabilidade que não se origina e tampouco se resolverá nela. Problemas de crescimento e desenvolvimento económico são problemas de Estado, a educação é importante componente, porém é posta como a solução.

A universidade configura-se como um locus da construção e elaboração reflexiva da dinâmica desta sociedade, propiciando processos de conhecimento e cidadania muito além do simples economicismo, grassado com feições humanitárias (MARI, 2006, p. 20).

Apesar de tentar concretizar as políticas de mercado de forma naturalizada para que a sociedade não perceba de forma clara o resultado final dessas implementações, alguns setores da sociedade acompanham atentamente todo esse processo, como as principais entidades que organizam profissionais da educação e estudantes do ensino superior no país. Podemos citar como exemplos a Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES- SN, Associação Nacional de Pesquisadores em educação - ANPED, Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação - ANFOPE, Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES, Fórum Nacional de Diretores de Faculdades e os Centros de Educação da Universidades Públicas - FORUNDIR. Estas instituições promovem debates, publicam artigos, e fazem intervenções e questionamentos junto ao MEC em defesa da universidade pública e para a educação superior que vise a formação unitária do indivíduo.

O discurso do governo Federal é voltado à resolução do problema do acesso, da formação de qualidade e produção de conhecimento que atenda às necessidades da população, porém em relação a isso a legislação proposta pelos anteprojetos de lei, as emendas e decretos governamentais voltados para a reforma não atingem esses objetivos.

Desvelar essa face é uma maneira de tentar pensar a Universidade sob a perspectiva do direito público como defende CHAÚÍ (2003), e não apenas como resposta rápida para a integração ao mundo globalizado e pragmático

como defendem os interesses empresariais. A democracia e autonomia são princípios em permanente contradição no ensino superior e sua garantia ou fragmentação ocorre dentro delas.

O financiamento da educação superior não pode ser visto como "gasto" e sim como investimento da sociedade para a sociedade, uma vez que contribui significativamente para a soberania da nação e preservação de sua identidade cultural, promovendo um diálogo real com os segmentos organizados da sociedade. Sabemos que a reforma é uma necessidade, mas para que isso aconteça, realmente, de forma democrática é imperativo que se promova um debate permanente em torno do público versus privado, onde as propostas sejam definidas em função de interesses universais.

**RESUMO:** O presente estudo analisa as políticas de reforma do ensino superior no primeiro governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2002-2006), para compreender quais os caminhos, definições e concepções de educação presentes nesta reforma. Tem como objetivo principal entender quais as consequências dessa reforma para o ensino público brasileiro em relação a ampliação de vagas e a manutenção dos direitos a educação. O trabalho se baseia na pesquisa documental e bibliográfica, procurando fundamentar teoricamente as ideias e a análise crítica sobre o tema, especificando alguns pontos de estudo: o Programa universidade para todos - ProUni, o Sistema de cotas, o incentivo da Educação a distância e as Parcerias Público-Privadas - PPPs. Esse processo de reforma do ensino superior no Brasil tem suas questões fundamentais baseadas nas propostas feitas pelos organismos internacionais, especialmente o Banco Mundial. Diante dos documentos analisados, projetos de leis e medidas provisórias pode-se averiguar a grande influência dessas orientações exógenas, como por exemplo, quando se trata dos fins da formação superior e da forma administrativa proposta para as IFES. Percebe-se que durante o primeiro mandato do Presidente Luis Inácio Lula da Silva reafirmou o conceito de universidade proposto na década de 1990 e manteve-se a continuidade das propostas oferecidas pelos organismos internacionais. Essa pesquisa foi viabilizada por bolsa PIBIC vinculada ao projeto de estudos sobre o Banco Mundial e as políticas de orientação para o ensino superior brasileiro<sup>11</sup>.

<sup>11</sup>Trabalho orientado pelo Prof. Dr. Cezar Luiz de Mari, financiado pelo MEC/UFRR via bolsa PIBIC.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação, Ensino Superior, Reforma.

## REFERÊNCIAS

ANDES-SN, (2006). Circular 299-06 - Análise do Projeto de Lei nº 7200/2006 - A Educação Superior em Perigo! Disponível em <[www.andes.br](http://www.andes.br)> 20/02/2007.

\_\_\_\_\_, (2005). Circular 290-05 - Educação a distância, abertura do mercado educacional ao capital estrangeiro e ampliação espúria da educação superior: uma crítica à política de EAD do governo Lula da Silva. Disponível em <[www.andes.br](http://www.andes.br)> 20/02/2007.

\_\_\_\_\_, (2005). Análise do GTPE/ANDES-SN do anteprojeto de lei da Educação Superior do MEC - Versão dezembro de 2004. Publicação do Grupo de Trabalho de Política Educacional - GTPE/ANDES-SN, 2005. Disponível em <[www.andes.br](http://www.andes.br)> 20/02/2007.

BRASIL (2003). Ministério da Fazenda - Secretaria de Política Econômica. Gasto Social do Governo Central: 2001 e 2002, novembro de 2003. Disponível em <http://www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/2003/Gasto%20Social%20do%20Governo%20Central%202001-2002.pdf>.

\_\_\_\_\_, (2004) Ministério da Educação e Cultura (MEC). Seminário Internacional Universidade século XXI: novos caminhos para a educação superior: Brasília, 25 a 28 de novembro de 2003 (Documentos ?ntese). Brasília, 2004. Disponível em <[www.portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/novoscaminhoseducac7osuperior.pdf](http://www.portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/novoscaminhoseducac7osuperior.pdf)>.

\_\_\_\_\_, (2006) PL n.7200/06. Estabelece normas gerais da educação superior, regula a educação superior no sistema federal de ensino, altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996; 8.958, de 20 de dezembro de 1994; 9.504, de 30 de setembro de 1997; 9.532, de 10 de dezembro de 1997; 9.870, de 23 de novembro de 1999; e dá outras providências. Disponível em [http://www2.camara.gov.br/internet/proposicoes/chamadaExterna.html?link=http://www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop\\_Detalhe.asp?id=327390](http://www2.camara.gov.br/internet/proposicoes/chamadaExterna.html?link=http://www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=327390).

\_\_\_\_\_, (2005) Decreto n. 5622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em [portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec\\_5622.pdf](http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf).

\_\_\_\_\_, (2000). Lei n.10.172, de 09 de janeiro de 2001. Projeto de Lei n. 4.173/1999, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2000. Parecer sobre o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 4.173, de 1998 (apenso o Projeto de Lei nº 4.155/1998), que aprova o Plano Nacional de Educação. Redação final na Comissão de Educação, Cultura e Desporto, aprovado em 15/12/1999. Disponível em <http://www.camara.gov.br>, 03/02/2000.

\_\_\_\_\_, (2004). Lei n.11.096, de 13 de janeiro de 2005 institui o Programa Universidade para Todos - Pro-Uni, regula a atuação de entidades de assistência social no ensino superior, altera a Lei n. 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, 2005. Disponível em [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03\\_Ato2004-2005/2005/Lei/L11.096.pdf](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03_Ato2004-2005/2005/Lei/L11.096.pdf).

\_\_\_\_\_, (2003). Senado Federal. Projeto de Lei n. 2546 de 2003. Institui normas gerais para licitação e contratação de parcerias público-privadas, no âmbito da administração pública. Disponível em <[www.senado.gov.br/web/relat7rios/Rel/Presi/2004/SL-A-ConvocaçãoEInstalaçãoDa3aSes.pdf](http://www.senado.gov.br/web/relat7rios/Rel/Presi/2004/SL-A-ConvocaçãoEInstalaçãoDa3aSes.pdf)>.

\_\_\_\_\_, (2007). Ministério da Educação e Cultura. Site de entrada do MEC. Disponível em <<http://prouni-inscricao.rnec.gov.br/prouni/0programa.shtm>>.

CHAU?, Marilena, (2003). A Universidade Pública sob Nova Perspectiva. Conferência de Abertura da ANPEd - Poços de Caldas 05/10/2003, disponível em [www.andes.org.br/CONFERNANCIA\\_DE\\_ABERTURA\\_DA\\_ANPEd.doc](http://www.andes.org.br/CONFERNANCIA_DE_ABERTURA_DA_ANPEd.doc).

CORBUCCI, Paulo Roberto, (2004). Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do estado ao projeto de reforma. Educ. Sociedade. Campinas, vol. 25, n.88, p.677-701, especial - Out. 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

GRAMSCI, Antônio, (2000). Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MARI, Cezar Luiz de, (2006). "Conta-Gotas" no Governo Lula: O Lado Averso da Cidadania. Educação e Cidadania. São Carlos: edUFSCar, 2006.

\_\_\_\_\_, (2006). "Sociedade do Conhecimento" e Educação Superior na década de 1990: O Banco Mundial e a produção do desejo irrealizável de Medidas. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina.

LEHER, Roberto, (2004). Reforma Universitária do governo Lula: retorno do protagonismo do Banco Mundial e das lutas antineoliberais. Disponível em:

[http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/Reforma\\_universit\\_governo\\_LULA.htm](http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/Reforma_universit_governo_LULA.htm)  
12/10/2006.

\_\_\_\_\_, (2004). Por que tamanho apreço pela privatização da educação superior? ADUFEPE, 21/09/2004 Disponível em <<http://sbpcpe.sites.uol.com.br>> 12/10/2006

MORAIS, Maria Célia Marcondes, (2003). Recuo da Teoria: Dilemas na Pesquisa em Educação. Iluminismo às avessas - produção de conhecimento e políticas de formação docente. RJ: DP&A.

PEIXOTO Carlos, (2006). Acesso à UFRJ sem vestibular ser? para alunos da rede pública. VeVculo: [Globo.com](http://Globo.com) Data: 30/11/2006 Editoria: Vestibular. Disponível em [http://www.olharvirtual.ufrj.br/2006/imprimir.php?id\\_edicao=143&codigo=211/03/2007](http://www.olharvirtual.ufrj.br/2006/imprimir.php?id_edicao=143&codigo=211/03/2007).

PRIORI, Ângelo, (2004). COTAS: Estimular o debate, subverter o preconceito. Revista Espaço Acadêmico, n.40, SET/2004. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/>> 22/03/2007.

SGUISSARDI, Valdemar, (2006). Reforma universitária no Brasil -1995-2006: Precária trajetória e incerto futuro. Educ. soe. Campinas, vol 27 - Especial, p. 1021-1056, out. 2006. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

SILVA JR., João dos Reis da, (2005). A racionalidade mercantil da pós-graduação. In: QUARTIERO, Maria E., e BIANCHETTI, Lucídio (Orgs.). Educação corporativa mundo do trabalho e do conhecimento: aproximações. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; São Paulo: Cortez, p. 287-312.

## **CONTATO/ENDEREÇO:**

Cezar Luiz de Mari: Rua Domingos Maciel Costa, 672, Bairro Jardim Floresta, CEP: 69312-012, Boa Vista, Roraima. E-mail - [cezardemari@uol.com.br](mailto:cezardemari@uol.com.br)

Sandra Taveira do Nascimento: Rua Amâncio Ferreira de Lucena 419, Bairro Asa Branca, CEP: 69312-245- Boa Vista, Roraima. E-mail-[sandrinhatata@click21.com.br](mailto:sandrinhatata@click21.com.br)

A PERCEPÇÃO DE AMEAÇA ESTATAL NO  
CONTEXTO DA GUERRA FRIA:  
**APROXIMAÇÕES POLÍTICO-HISTÓRICAS DO  
COMPORTAMENTO ESTATAL BRASILEIRO**

INTRODUÇÃO

O presente artigo destina-se a identificar os padrões históricos e políticos nacionais ocorridos no período denominado Guerra Fria. Para tal, o modo como a política brasileira reagiu aos estímulos externos, bem como o papel de uma visão estratégica por parte da comunidade decisória com forte influência do pensamento militar, são elementos fundamentais para tornar possível a análise dos fatores que o processo decisório brasileiro considerava ameaças e as estratégias que foram estabelecidas para combatê-las.

Este trabalho possui uma finalidade eminentemente pedagógica ao que avança na contribuição aos esforços historiográficos nacionais. Esforça-se para ir além da repetição das categorias narrativas e assumir o desafio de responder aos questionamentos: se o comportamento estatal brasileiro movera-se segundo padrões do sistema internacional no período da denominada Guerra Fria e em que medida isso acontecia. Muitos outros livros e estudos poderiam ter sido mencionados neste trabalho. Na verdade muito do que está escrito aqui é resultado

\*Professora de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima - UFRR e doutoranda em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.

de um ouvido atento aos mestres e colegas. Entre a apresentação de estudo que contivesse o 'estado da arte' do debate historiográfico acerca do assunto e a escrita de opúsculo didático e objetivo que conseguisse refletir a complexidade do tema proposto escolhi este último.

## **GUERRA FRIA**

A Guerra Fria é um dos períodos que mais mereceu reflexões por parte dos historiadores e cientistas políticos ligados ao campo das Relações Internacionais, enquanto campo de estudo, principalmente por parte da escola norte-americana. As linhas ulteriores privilegiarão o debate em torno de dois eixos temáticos que permitem a compreensão da Guerra Fria com maior acuidade: ideologia e alinhamento.

Inegavelmente a II Grande Guerra determinou e abriu reais perspectivas para um novo panorama geográfico e estratégico mundial que só viria sofrer substanciais mudanças com a queda do Muro de Berlim. Em certo sentido, de 1939 a 1945, ocorreu um fenômeno de contestação interna à liderança do sistema (GUIMARÃES, 2000,65), ou seja, matizado por um desequilíbrio global de forças, o novo desenho geográfico-político mundial, a partir de um conceito de países protagonistas vencidos e vencedores, delineou as novas estruturas de poder mundial.

À narrativa histórica impõe-se o desafio da periodização temporal enquanto convenção ou sistematização científica. Neste sentido, pode-se sugerir o apoio financeiro do Presidente Harry Truman à Grécia e à Turquia como o início do período denominado Guerra Fria. Estamos em fevereiro de 1947. Outro marco mencionado pela literatura é o da Conferência de Yalta, em fevereiro de 1945, onde Winston Churchill, Stalin e Roosevelt decidiram sobre questões do pós-guerra, cujo enfoque era a Europa e a questão da Alemanha. Já em 1944, em Dumbarton Oaks, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS avançava no campo do poder político mundial a ponto de querer barganhar o privilégio de veto ilimitado e de incluir como membros individuais da ONU todas as dezesseis Repúblicas unidas, na base de sua autonomia constitucional. Em Yalta, o papel protagônico e a posição política das duas potências começaram a se acentuar, o que pode ser entendido naquele momento, onde a disputa ideológica ainda não era predominante no sistema internacional, a partir da questão da divisão alemã e do

enfraquecimento do poder decisório inglês (DERVORT, 1998,43-44).

Stalin, em Yalta, aceitou a fórmula do veto - que excluía as matérias procedimentais e determinava a abstenção do membro permanente quando chamado a manifestar-se acerca de disputa em que é parte - em troca da aceitação da Ucrânia e da Bielorrússia como países membros na Assembleia Geral. Além do aumento expressivo do poder político no cenário internacional que se formava, há que se considerar que Stalin levou a efeito a constituição do marxismo-leninista como ideologia oficial da União Soviética (REALE; ANTISERI, 1986,804). As teses de Marx e Engels de que a filosofia não deve contemplar o mundo, mas transformá-lo, somadas aos pressupostos da expansão da ideologia comunista como fator de transformação mundial, fizeram com que nos anos subsequentes a comunidade ocidental fosse norteada por um conceito de que a URSS se movia segundo uma lógica expansionista (MAGNOLI, 2000, 66). A reação a este fenómeno materializou-se em parte na formulação de doutrina Truman e do Plano Marshall, o qual intentava, mediante montantes financeiros expressivos, reconstruir as economias capitalistas aniquiladas pela destruição carregada com a guerra.

O cenário internacional, sob a perspectiva maniqueísta, que, na época, servia aos interesses das duas potências, acabou por acarretar uma postura de alinhamento, principalmente dos países que viriam então a se chamar 'Terceiro Mundo'. Historicamente, sabe-se hoje que a separação, milimetricamente delimitada dos flancos, em democráticos e autoritários, ou capitalistas e planificados, não correspondeu à realidade. A postura da União Soviética em relação ao Afeganistão, e dos Estados Unidos da América em relação ao Chile de Pinochet, são realidades que só levam a crer em objetivos circunstanciais preponderantes se comparados à propagação e à implementação de um ideário político. Assim, como o viés ideológico não era determinista em relação às posturas das potências do sistema bipolar, o sistema internacional também oscilou entre a lógica determinística da ideologia e do alinhamento e posturas mais autónomas e pragmáticas.

Assim, a Guerra Fria baseou-se em parte na percepção da ameaça de um expansionismo do poder soviético. Formula-se toda uma teoria elaborada pelos norte-americanos, e com a qual o Brasil anuíra, de que a principal função da contenção estratégica da União Soviética tinha de caber, indubitavelmente, à grande potência militar, que era os EUA, sendo o papel das potências militares de menor alcance, como obviamente era o caso brasileiro, o de

sustentar internamente a luta contra a 'subversão' (JAGUARIBE, 1993, 125), muito embora isto não prescindisse do aporte militar (CONN; FAIRCHILD, 231). O embate ideológico pressupõe então o fator cultural onde elementos sociais como a crença e a defesa de valores é mais determinante do que a competição económica e militar, o que será determinante para alguns teóricos diferenciarem o império da hegemonia, o hard do soft power. Com a formação de dois pólos distintos e em certa medida hegemônicos, a Guerra Fria é funcional para a manutenção da coesão do bloco e da hegemonia dos Estados dominantes dentro dele (HALLIDAY, 1999, 190) muito embora tenha sido contra a lógica determinística do bipolarismo, que pugnam Nasser, do Egito, Nehru, da Índia, e Tito, da Iugoslávia, no movimento dos países não-alinhados.

Contudo, a pesquisa histórica acerca do período da Guerra Fria continua a merecer uma constante renovação do debate, em busca do repensar das categorias histórico-explicativas ou histórico-interpretativas da Guerra Fria. Um autor que se destaca neste contexto é John Lewis Gaddis, que, após a abertura de arquivos até então secretos e de interesse nacional no Kremlin, publica, em 1997, a obra *We Now Know - Rethinking Cold War History*, em que procura repensar a história e as consequências desta no contexto da bipolaridade, o que oferece outros padrões de análise úteis à presente pesquisa. Existem atualmente moções no sentido da sofisticação do argumento narrativo histórico, da periodização dos marcos históricos do período bipolar e da análise mais cuidadosa do comportamento estatal neste período. Além da revisão de Gaddis merecem distinções as proposições de René Girault e a renovação historiográfica produzida pelo grupo argentino brasileiro, procurando re-situar a América Latina no contexto bipolar (SARAIVA, 2001, 15).

No sentido da sofisticação do argumento narrativo, hoje parece mais evidente que a promoção dos ideais democráticos por parte dos EUA assumiu diferentes matizes regionais. Entende-se que o distanciamento entre o observador e o contexto histórico - político observado foi fundamental para a revisão das categorias. A promoção do modelo foi, por assim dizer, exercido efetivamente na Europa ocidental, que séculos antes informara culturalmente os ideais iluministas norte-americanos. Já na América Latina, a influência política gerou comportamentos sociais altamente ambíguos e no Oriente Médio e na África clivagens profundas, considerando-se a situação do Irã e no Afeganistão.

A tentativa de influência regional no extremo oriente também causou

cicatrizes como o Vietnã, Laos e Coreia do Norte. Principalmente no período compreendido de Eisenhower até Nixon e sob a influência da realpolitik levada a cabo por Kissinger os EUA privilegiaram o equilíbrio do sistema em detrimento da promoção de um modelo democrático na América Latina. Quanto às incongruências, embora houvesse a cobrança por parte dos EUA sobre a violação de direitos humanos no Brasil, a superpotência ocidental anuiu e apoiou a implantação do sistema ditatorial castrense na Argentina, Brasil e Chile, motivada pelo receio de uma infiltração e disseminação do ideário comunista nestes, o que implicaria um novo desenho da projeção de poder mundial.

No que diz respeito ao expansionismo socialista, principalmente oriundo das ideias stalinistas, não se pode colocar em um mesmo bojo o exercício promovido no Leste Europeu, com delineamentos autoritários muito claros, e a influência exercida sobre a China, já que Mao, a partir dos conflitos coreanos e das críticas de Krushchev às mortes promovidas pelo regime chinês, promoveu o distanciamento político sino-soviético. Mesmo a atuação soviética em Angola, Moçambique, Somália, Etiópia e Afeganistão, por parte de Brezhnev, não necessariamente promoveu a expansão ideológica ou territorial (GADDIS, 1997, 187). Considerando o bloco comunista, a China também apresentou seus descompassos, abandonando seus planos em Taiwan e desconsiderando a atuação coligada com os kameraden no Norte da Coreia e na Indochina. A ruptura no eixo sino-soviético fora tamanha que avalia-se que o maior risco de uma guerra entre grandes potências poderia ter sido entre os dos grandes estados marxistas (idem, 187).

O marco do fim da Guerra Fria, por sua vez, é apontado, em termos de convenções históricas, na queda do Muro de Berlim, em 1989. Porém, a transformação das economias planificadas em economias de mercado foi um processo gradual. As reformas económicas na China no final dos anos '70, e os processos políticos e económicos na URSS em meados do '80 acabaram por desencadear um efeito dominó no leste europeu (ALMEIDA, 2001). Assim, a liberalização do regime soviético constitui a mais efetiva mudança no sistema de relações internacionais vigente desde o final da Segunda Grande Guerra. Contudo, se se considerar o aspecto da segurança internacional, a requisição do Conselho de Segurança, em 1992, ao Secretário-Geral Boutros-Ghali, para preparar uma análise e recomendações acerca do papel da ONU quanto à questão da segurança internacional, programa que ficou conhecido como

Agenda para Paz, foi estabelecido outro marco histórico importante no sentido do reconhecimento de que os padrões utilizados para análise da segurança internacional e, conseqüentemente, a percepção compartilhada de ameaça havia mudado. De certa forma, a 'Agenda para Paz' reflete também um novo sistema internacional, que viria após o congelamento do papel da ONU, em função do bipolarismo (PATRIOTA, 1998,48).

Com os ataques à torres gêmeas e a intensificação dos conflitos no Oriente Médio outros marcos passam a ser mencionados como a Revolução Islâmica no Irã ou o choque do Petróleo em 1979 que já indicariam características prevalentes do sistema internacional no início do século XXI. Se, é certo que não houve previsibilidade científica acerca da fragmentação da URSS no começo da década de '90, também não é incorreto afirmar que continua viva a crítica à cosmofagia do capital, que destrói homem e natureza e coloca o conhecimento e a crítica do mundo a serviço do mercado. Encerra-se este tópico evidenciando que a periodização universalmente utilizada de início e fim do período da Guerra Fria é passível de revisão e a falta de homogeneidade nas características do sistema internacional durante o período proposto sugere que o comportamento estatal delimitava-se por uma rede de multicausalidades que extrapolava a denominada lógica bipolar.

## IDEOLOGIA E EQUIVALÊNCIA MORAL

Para entender o processo decisório estatal durante o período da Guerra Fria, determinados fundamentos políticos da bipolaridade merecem uma dedicação especial, que são ideologia e equivalência moral. O estudo destes temas em muito elucidará a avaliação das dimensões das mudanças do conceito de segurança e do sistema internacional após a queda do Muro de Berlim, em 1989. A análise resta complexa, considerando que a bipolaridade não significa somente a relação entre duas superpotências, mas entre maneiras de delimitar o papel do Estado, exercer o poder decisório e promover a influência extrafronteiras: uma capitalista-liberal e outra socialista-planificada.

Como resultado de uma ótica determinista, conforme o explorado no tópico anterior, as situações que não se enquadravam no sistema, por reducionismos ou por exclusão dos dados de análise, acabavam por não servir ao modelo proposto. Dessa maneira, não poucas vezes a ciência incorria em

erros de análise, pelo fato de adotar modelos de análise que não detinham capacidade explicativa. Nesse caso, os estímulos dados por uma realidade fática ficam diminuídos no foco, em vista da ideologia (VERZERBERGER, 1990, 24), ou seja, os tomadores de decisão possuem uma interpretação limitada da realidade, pois é impossível captar todo o cabedal de informações sobre um fato específico e, se for considerada ainda a incidência ideológica sobre esta fatia já diminuta das percepções dos fatores em política externa, ter-se-á um processo decisório constituído sobre as bases frágeis da informação fragmentada e sem a sustentabilidade necessária.

A questão da equivalência moral foi matéria de grandes discussões na esfera académica internacional. Talvez a mais conhecida foi entre o historiador marxista E.P. Thompson e o Secretário de Defesa americano, Caspar Weinberger, em 1984, em Oxford. A controvérsia é sobre haver ou não equivalência moral entre as políticas externas dos EUA e URSS durante a Guerra Fria. Thompson descrevia ambos os pólos como "dois estados terroristas" (GADDIS, 2002). A questão da abstenção de uma ótica moralista ou utópica na academia americana é atribuída por Gaddis à falha dos 14 pontos de Woodrow Wilson e do projeto de paz perpétua de inspiração kantiana na prevenção da Segunda Guerra. As teses wilsonianas obtiveram grande impacto sobre as elites americanas e sua falha na manutenção da paz mundial provocou uma reação à proposta moral-legalista tanto na academia como na política. A reação é perceptível na obra de Morgenthau, E.H. Carr e George F. Kennan, que dissociaram do discurso político a avaliação moral. Com a deténção, quando as armas nucleares trocaram seu papel de destrutividade pela durabilidade, a diversificação gradual de poder mundial passou a tomar o lugar do congelamento bipolar.

A estratégia americana não foi, na visão de Gaddis, um plano deliberado e pragmático no que tange à capilaridade. O conjunto de medidas do pós-guerra aplicado a diferentes setores constituiu para o virtuosismo da capilaridade político-cultural americana: (i) Bretton Woods, que criava um sistema em rede de prevalência do dólar e expansão de um sistema económico mundial de expansão do capitalismo e da economia de mercado; (ii) o Plano Marshall, que definia a trilateral EUA, Japão e Europa; e (iii) a difusão da cultura democrática (GADDIS, 1997, 192 a 198). Assim, os EUA e a URSS constituíram impérios após a Segunda Grande Guerra, mas não no mesmo sentido; aquele exerceu alta capilaridade política e a URSS restringiu-se a uma maior

imposição ideológica. O modo como a América Latina, *latu sensu*, e em particular o Brasil reagiram às características do sistema mencionadas até aqui será matéria das considerações subsequentes.

### **O TERCEIRO MUNDO NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA.**

A denominação Terceiro Mundo, embora aceita como um conceito instrumental, compreende uma série de países com realidades bem diferenciadas. Inserido neste conjunto não homogêneo está um grupo de países que, em vista do contexto ideológico, buscava identificar alinhamentos de caráter centro-periferia. O tema "Terceiro Mundo" passa então a ser uma chave hermenêutica para o tema Brasil, no contexto da Guerra Fria.

Com o final da Segunda Guerra e a criação do Estado de Israel, somados à questão do petróleo, o foco das atenções políticas ficou muito mais voltado para o conflito entre judeus e palestinos, o que hoje continua a ser um desafio para as políticas externas dos EUA, Europa e Rússia. Quando Truman reconheceu o novo Estado de Israel, em maio de 1948, muitos burocratas em Washington temiam que a decisão oferecesse à URSS uma enorme vantagem, haja vista os interesses vitais dos EUA no Oriente Médio e no Mediterrâneo (GADDIS, 1997, 164). E assim foi. Motivado por um entendimento já oriundo do entre-guerras, referente a um fatalismo geográfico - leia-se esfera de influência ocidental pela superpotência do pólo -, somado ao suposto alinhamento militar promovido pelo Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), assinado em uma Conferência realizada no Rio de Janeiro, em 1947, e a atuação do consórcio das elites latino-americanas, da Igreja Católica, com alta influência anticomunista; a América Latina não era ofoco de atenção prioritário das políticas externas das superpotências. Havia um alinhamento de interesses com os EUA, resultante da cooperação em tempos de guerra que gerou dividendos mútuos. Já no que diz respeito à URSS, o Brasil parecia estar longe da área de influência segundo as teorias geo-estratégicas amplamente adotadas pelas academias militares da época. Quatro fatores são dignos de menção neste contexto: (i) a esfera de atenções geopolíticas era o continente europeu porque aí mais provavelmente poderia geograficamente desenvolver-se um conflito com a utilização de armamento nuclear; (ii) a questão da revolução cubana foi uma surpresa, mesmo para a URSS, e, a partir da Crise dos Mísseis, a tendência da possibilidade de conflitos passou a ser de

territorialidade mais periférica; (iii) a questão de Nasser, no Egito, não assumiu proporções como Cuba, porque o foco era mais o Canal de Suez, enquanto que na ilha centro-americana houve a planificação total, atingindo investimentos de cidadãos norte-americanos e com uma área de influência geográfica russa mais usada.

No que diz respeito ao processo decisório em política externa na América Latina, é reconhecida a existência de um impulso na década de 70, em virtude de um relativo declínio econômico e político dos Estados Unidos da América, conjugado com o crescimento das economias latinas, que se estendeu dos anos 50 até final dos anos 70. Nessa época, também, os governos erigiram um corpo diplomático coeso o suficiente para atuar pragmaticamente na busca de projeção de poder. Apesar do cenário da década de '70 ter sido favorável, as políticas externas dos países latino-americanos continuavam condicionadas a três constrangimentos. O primeiro é a postura de alinhamento; o segundo é que industrialmente a região é marginalmente industrializada, o que faz a economia permanecer subdesenvolvida; o terceiro é que os processos de tomada de decisão tenderam a ser centralizados politicamente, o que não dissera respeito somente aos países autoritários (DOMINGUES; LINDAU, 1984, 113-115).

## **0 BRASIL NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA**

A atuação da política externa brasileira no período compreendido desde o final da Segunda Grande Guerra, em 1945, até a queda do Muro de Berlim, em 1989, compreende um eixo descontínuo e em parte reflexo de políticas públicas internas oscilantes. Há uma percepção histórica de que, em virtude de um fatalismo geográfico, a América Latina estaria sob uma influência predominante dos EUA, o que não constitui um determinismo absoluto: provou-o Cuba. O fato do período da Guerra Fria ser marcado predominantemente no Brasil, pelo exercício ditatorial do poder por parte dos militares, também conduziria à raciocínio equivocado de homogeneidade nas políticas públicas adotadas.

A assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca - TIAR, no Rio de Janeiro, em 1947 é significativo para compreender-se o compartilhamento de valores entre Brasil e EUA. A concepção de segurança após a Segunda Guerra Mundial era, portanto, majoritariamente coletiva, o que

se materializou na Europa na implementação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). No mesmo ano de 1947, o Brasil rompe relações diplomáticas com a URSS e, internamente, declara a ilegalidade do partido comunista. Estava-se em uma época nacionalista, que iria ser sucedida por uma política mais desenvolvimentista, com Kubitschek, na qual se procura estender as alianças militares a uma ajuda económica mais efetiva, o que não ocorreu.

O período de Kubitschek, em termos de política externa, foi marcado por uma busca de abertura do Brasil para o mundo, consubstanciado nas inúmeras viagens que fez enquanto Presidente da República e por uma postura de alinhamento, embora criticasse a "obsessão anticomunista da política exterior americana", enfatizando o discurso desenvolvimentista e argumentando que as tradições católicas exerciam um papel de contenção da "subversão totalitária" (CAMPOS, 2001, 286). Interessante referir que Juscelino Kubitschek, em 1960, cria o Serviço Federal de Informação e Contra-Informação, bem como as Seções de Segurança Nacional nos ministérios civis, subordinados à Secretaria Geral do Conselho Nacional. A criação foi em parte motivada por apelos do Presidente Eisenhower, no sentido de evitar a infiltração comunista no Brasil.

No mesmo ano da tomada de poder de Cuba por Fidel Castro, 1961, implantando o primeiro regime comunista na América Latina, Jânio Quadros assume a Presidência, propondo uma política externa independente. O Brasil preparava-se para restabelecer relações diplomáticas com a URSS e aproximava-se da China, constituindo-se uma discrepância a mácula do voto na ONU a favor do colonialismo impetrado por Portugal em Angola, por claros motivos ideológicos. O voto brasileiro aponta para a influência dos laços culturais na política externa brasileira, neste caso com Portugal, conforme o asseverado pelo chefe da delegação brasileira (CERVO, 1992, 309); por outro lado identifica-se claramente a postura de alinhamento já que o Movimento Popular de Libertação de Angola recebia ajuda financeira e militar da URSS (SARAIVA, 1999, 227). A posição brasileira é discutida internacionalmente e motivada por setores internos conservadores e pró-EUA, o que levou à renúncia de Jânio oito meses após a posse. Mesmo assim, os traços de independentismo são continuados por João Goulart, principalmente com a oposição brasileira ao embargo coletivo a Cuba.

0 momento da transição do regime democrático para o regime

castrense, em 1964, demonstra o quanto que a ideologia incidia sobre os militares no Brasil, ou seja, a percepção nos círculos militares era de que o expansionismo soviético ou as teses comunistas constituíam ameaça de tal expressão que justificavam a implantação do regime autoritário. De fato, a percepção da ameaça não era exclusiva dos militares, já que não houve resistência popular à "Revolução", que foi apoiada por setores expressivos da sociedade como a Igreja Católica e os ruralistas, como demonstrou a mobilização de setores conservadores que organizaram a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, reunindo mais de 250 mil pessoas em São Paulo (CAMPOS; DOLHNIKOFF, 1988, 267). Assistia razão ao Presidente Juscelino quando mencionava a religião católica como um fator de contenção do comunismo no Brasil.

Há que se considerar também a fragilidade institucional brasileira que corroborou para a tomada do poder pelos militares. Os governos de Vargas e Kubitschek sofreram tentativas golpistas que foram seguidas de sublevações militares de 1956 a 1959. O raciocínio é acompanhado por GASPARI: "Todos os generais falavam em disciplina, mas naqueles dois anos agitados esquerda e direita mostraram suas concepções utilitárias da ordem e da desordem militar" (2003, 64). Roberto Campos também afirma que "se o populismo de Goulart foi o detonador imediato da crise, ela vinha de mais longe" (CAMPOS, 2001, 568). Depreende-se então, da dinâmica histórica, que a Revolução de 1964 possui tanto raízes na formação sociológica-cultural brasileira, no que diz respeito à instabilidade institucional como na questão ideológica.

O período temporal subsequente - de 1964 a 1985 - e que compreende a época ditatorial - encontra simpatia e apoio dos EUA. Embora prematura, não aparece como um caso isolado, considerando os que ocorreram posteriormente: Indonésia, 1966; Grécia, 1967; Peru, 1968; Equador, 1972; Uruguai, 1973; Chile, 1973 e Argentina, 1976. Quanto à política externa, se no período anterior ao regime ditatorial, pode-se encontrar um período de maior alinhamento com os EUA (Vargas/ Kubitschek), seguido de uma tentativa de gradual autonomia na política externa brasileira (Quadros/Goulart), o período subsequente ao Golpe Militar de 1964 é de especial importância para o presente trabalho, pois apresenta, de forma clara, o papel da ideologia na percepção brasileira de segurança, bem como o padrão político brasileiro durante o período ditatorial até a abertura democrática, momento em que o processo decisório mudará substancialmente.

Politicamente, a ditadura compreende a fase que se propôs a ser de transição e de salvaguarda dos valores ocidentais. A linha de Castello Branco, se comparada com a dos sucessores, é moderada e referenciada pelo chamado Grupo da Sorbonne, ligado à Escola Superior de Guerra. Quem assume o Ministério das Relações Exteriores é o Chanceler Vasco Leitão da Cunha. Assinala-se a ruptura de relações com Cuba, que teria se afastado do sistema interamericano, tornando-se marxista, e a não-admissão da atuação comunista em território nacional. Por outro lado foi a partir de 64 que o Brasil expandiu suas relações comerciais com os países socialistas. Esta independência manifestar-se-á estritamente em termos de interesse nacional, na perspectiva da aproximação comercial, técnica e financeira com os países socialistas, condicionada pela não ingerência dos mesmos em assuntos internos (SEITENFUS, 1994,61).

O general Costa e Silva, Ministro do Exército do governo Castello Branco, não abre mão da permanência dos militares no poder e impõe-se como sucessor. Destaca-se no panorama internacional a revolta estudantil da Sorbonne, em 1968, que colocou em cheque o governo do general Charles de Gaulle e que fez reforçar a luta anticomunista em território nacional, materializada principalmente no Ato institucional nº 5. As discontinuidades na política externa são visíveis. A postura previsível de alinhamento não se coaduna com o termo aos exercícios navais conjuntos com Portugal e África do Sul, para intimidar os movimentos independentistas (Operação Cabrália), com o voto na Assembleia das Nações Unidas pela retirada das forças israelenses dos territórios ocupados na Guerra dos Seis Dias - tendo em vista a relação de Israel com os EUA - e a não-adesão ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, repudiando a imposição das potências nucleares.

Ministro do governo Castello Branco, Mediei é um dos generais de maior preparo intelectual, integrante do citado Grupo da Sorbonne. É um governo duro e severo, com o enfraquecimento do Congresso, do Judiciário e amordaçamento da imprensa, em resposta principalmente aos focos de guerrilhas internas no Rio de Janeiro e em São Paulo. O período é o da mais estreita colaboração com os EUA, no sentido da prevenção à ameaça comunista. Por outro lado, com o chanceler Gibson Barbosa, buscou-se um exercício mais efetivo de autonomia na política exterior. Aqui é importante a observação alocada por José Flávio Saraiva no sentido dos atores presentes no protagonismo do processo decisório em política externa: "Apesar das

características fechadas do regime, a presidência da República e o Conselho de Segurança Nacional não foram os únicos formuladores de política externa. Em primeiro lugar, o governo Mediei tinha um estilo de administração descentralizada" (SARAIVA, 1999, 231). Nesse período, encontra-se o ajuste nuclear ao Acordo de cooperação tecnológica de 1969 entre o Brasil e a Alemanha (que iria ser firmado em sua plenitude em 27 de junho de 1975), e ações multilateralistas (CERVO, 1992, 371), algumas das quais na contramão dos interesses americanos, como na formação de um regime para o uso dos oceanos, de grande interesse estratégico para o Brasil.

O governo de Geisel é marcado no panorama internacional por um arrefecimento do embate ideológico entre as superpotências. Diversos fatores contribuem para este entendimento: a detente, que foi um retrocesso das duas superpotências em relação à possibilidade do uso efetivo de armas nucleares, principalmente após os 13 dias em outubro de 1962, em Cuba. Também o expansionismo soviético passa, gradualmente, a não mais ser visto como uma ameaça e a ditadura a não se sustentar teleologicamente. O regime castrense começa a refrear seus próprios abusos, como no caso da exoneração do general-de-exército Ednardo D'Ávila Mello, comandante do II Exército em São Paulo, no episódio da morte por tortura do operário Manuel Fiel Filho, em janeiro de 1976.

A atuação de Golbery do Couto Silva, nos ditames da política externa, agora sobre os auspícios intelectuais do pragmatismo responsável, capitaneado pelas ideias de Henry Kissinger. A figura de Golbery do Couto e Silva não pode ser dissociada do regime militar brasileiro. Primeiramente por ser este o maior expoente de teses geopolíticas no Brasil e também por ser, durante o governo Castelo Branco, criador do Serviço Nacional de Informação (SNI) - órgão este extinto por Collor. Na linha de raciocínio do descompasso contínuo, após a Revolução dos Cravos, em Portugal, e a consequente democratização deste, o Brasil, ao lado de Cuba e dos URSS, é o primeiro país a reconhecer o novo governo de Angola. Portugal criticou a atitude brasileira nas declarações de Mário Soares. Em 1974, Azeredo da Silveira referiu que não havia motivo para o adiamento da descolonização na África e condenou o apartheid na África do Sul. Importante também assinalar uma dicotomia onde incidem controvérsias de que o Brasil teria enviado secretamente armas para o MPLA que atuava em bloco com a URSS.

Com Azeredo da Silveira como chanceler, são nestes anos que, sob forte

pressão contrária americana, o Brasil assina, em Bonn, o Acordo de Cooperação Nuclear e, em 1974. São reatadas as relações diplomáticas com a China comunista, já que, até então, o Brasil reconhecia como legítimo o governo nacionalista de ilha de Formosa. O que parece ser uma política de distanciamento ideológico na realidade pode ser compreendido a partir da convergência de diversos fatores como o estilo autocrático de Geisel, o choque do petróleo com a consequente recessão mundial e valorização de primários, a detente e multilateralismo (PINHEIRO, 1993) o que gerou posturas como a da • abstenção brasileira na OEA em relação à suspensão do embargo económico a Cuba apesar de o voto brasileiro ter sido inicialmente ajustado a favor de Cuba.

Na seara da ONU, o voto brasileiro de aceitação do pressuposto que sionismo e racismo se equivalem foi o maior marco da diplomacia brasileira em relação a Israel. Atribui-se a causalidade do polémico voto à crise do petróleo e à possibilidade de venda de armas para os árabes. A vulnerabilidade brasileira quando do primeiro choque do petróleo - já que nesta época importava-se 70% do petróleo consumido - de fato justifica o voto favorável à Resolução 3.379; mas, por outro lado, a venda de armas, a partir de estudos tanto da política bilateral por Breda dos Santos como acerca do mito da indústria bélica brasileira por Proença Jr tornou-se uma causalidade insustentável na narrativa histórica. Considerando-se a sensibilidade das elites americanas, principalmente após a Segunda Grande Guerra, a um partidarismo pró Israel é possível avaliar o impacto que os votos brasileiros possuíram no sentido de um distanciamento político dos EUA.

No entanto, a mais expressiva distância entre a postura brasileira e norte-americana foi em 1977, quando o Brasil rompeu o acordo de cooperação bilateral militar com os EUA, em vigência desde 1952. Para que o Brasil fosse incluído no Plano de Assistência Militar dos EUA, era preciso entregar ao Congresso Americano um relatório sobre a questão dos direitos humanos. Os militares no Brasil, que, a pretexto ideológico, foram auxiliados pelos EUA a tomar o poder, e que, em nome da mesma ideologia pró-ocidente capitalista democrática, haviam cometido exageros na repressão à 'subversão', sentiriam-se traídos se rompendo o acordo, o Planalto alegou, por método Itamaraty, que a exigência do relatório seria uma ingerência nos assuntos internos.

O Presidente Figueiredo marcou a transição para o regime democrático e iniciou uma substancial contribuição para o estreitamento de laços e uma gradual confiança mútua com os países da Bacia do Prata, especial mente com

n Aiiivnim,). Estes fatores conjugados com a abertura democrática gradual . iM H(-cl'in a percepção da ameaça comunista que compassava o regime, o que ii. H... Ju/ir a um repensar das prioridades estratégicas brasileiras.

A mudança do eixo de percepção de ameaça, que se situava na região platina e que justificava o emprego acentuado do Exército na região, se comparado com outras faixas fronteiriças, iniciou-se neste período em boa parte devido a solução para a questão de Itaipu-Corpus, que consistiu em um conflito político entre Argentina e Brasil sobre um acordo na área energética. À Opoca era difícil a harmonização das posições entre os dois países, pois a Argentina defendia a tese de consultas prévias para realização da obra onquanto que o Brasil defendia que as mesmas não eram necessárias já que o princípio da responsabilidade por danos causados seria uma garantia suficiente. Por fim o Itamaraty definiu padrões técnicos mínimos de exigência para as negociações, visando a demonstrar a intenção conciliatória da parte brasileira (VIZENTINI, 1998, 294). O Acordo Tripartite que colocou fim à controvérsia de Itaipu estabeleceu bases de confiança mútua que foram significativas após 11 anos de impasse diplomático. Significativo também foi que Figueiredo realizou a primeira visita de um presidente brasileiro à Argentina, desde 1935. Contudo, o direcionamento da política externa na área econômica renunciava um fator de desprestígio do corpo diplomático brasileiro, que iria ocorrer no período posterior com a abertura democrática.

## A PERCEPÇÃO DA AMEAÇA NA POLÍTICA DE DEFESA BRASILEIRA DURANTE A GUERRA FRIA

Podem-se estabelecer dois focos de ameaça percebidos pelo processo decisório brasileiro durante a Guerra Fria: a Argentina - esta ainda antes do conflito bipolar - e a ameaça comunista, principalmente advinda do embate ideológico entre as duas superpotências e agravada em sua rigidez durante o regime castrense no Brasil. Em relação à Argentina, durante um bom tempo, a vontade política direcionou-se mais no sentido de impedir a naturalidade de processos de aproximação do que de estimulá-la, já que, considerando-se o ponto de partida, a rivalidade fronteiriça possui suas raízes nos conflitos entre as Coroas da Espanha e de Portugal. Digno de menção que em momento algum o Brasil teve como ameaça o Estado Argentino, sendo a quase totalidade das controvérsias com a Província de Buenos Aires, constando como aliadas as

províncias do litoral argentino: Entre Rios, Santa Fé e Corrientes. A competição militar entre os dois países vizinhos deu-se em muito motivada pelo desejo argentino de estabelecer uma superioridade naval na América do Sul (BANDEIRA, 1993, 31). A fricção fronteiriça assumiria, como já mencionado, matizes económicas e diplomáticas no contencioso sobre o aproveitamento hidrelétrico dos rios na década de 70 que na realidade figurou como um zénite de disputas estratégicas e rativas ao ressurgir brasileiro nas décadas de 60 e 70 (ZUGAIB, 2007, 89ss; TRAVASSOS, 1935), e político, frente às declarações do Presidente Figueiredo, durante a Guerra das Malvinas, nos anos 80 (SEINTENFUS, 1994, 66).

Com o advento da Guerra Fria, outra ameaça passou a constar pragmaticamente nos planos de segurança nacional: o comunismo. Parcela significativa da sociedade brasileira passou a sustentar a ideia da incompatibilidade da ideologia marxista com os ideais da nação brasileira, sendo, para tal, exacerbados os ideais soviéticos, como se pode verificar em um artigo de uma revista nacional das Forças Armadas que sintetiza o imaginário coletivo em referência: 1º. Filosofia materialista; massificação do indivíduo, intolerância e aceitação da violência; 2º. Internacionalismo; sujeição aos centros mundiais do comunismo internacional; 3º. Totalitarismo ditatorial. O mesmo texto contrapõe o esposado aos ideais brasileiros: 1º. Filosofia cristã de vida, na qual se inclui o respeito à dignidade da pessoa, o espírito de tolerância e a aversão à violência. 2º. Manutenção de nossa independência e soberania. 3º. Ideais democráticos (MELLO, 1971, 68).

Nos sentido do combate ao comunismo, a ameaça irá ser confrontada no plano interno, o que não invalida uma preocupação com o sistema internacional, que é pragmaticamente pormenorizada nas obras do pensamento estratégico-militar setentista. Na realidade, a política de defesa brasileira ficaria muito influenciada pela escola geopolítica tanto no entendimento dos eixos estratégicos da Bacia do Prata e Amazônica como num pragmatismo alinhado na relação com os EUA. A percepção americana, por sua vez, entendia e anuía com o papel de contenção exercido pelas Forças Armadas brasileiras. Lincon Gordon oferece subsídios para o entendimento da percepção americana e a relação entre as forças: "Tradicionalmente os militares brasileiros têm sido um fator estabilizador e moderador na cena política brasileira. (...) A orientação básica da grande maioria é moderadamente nacionalista, mas não anti-EUA; anti comunista, mas não

...)" (in PRIORE; VENÂNCIO, 2001, 351) A percepção das elites militares brasileiras coadunou-se com o interesse estratégico americano pelo modelo americano, por motivações diferentes. Enquanto nos círculos políticos brasileiros o apoio ao regime ditatorial era a projeção de influência internacional, no Brasil, a cultura católica, baseada nas Encíclicas papais sobre a doutrina social da Igreja, anatematizava o ateísmo marxista e os líderes diários evitavam a reforma agrária proposta por Jango.

A política de segurança nacional é um instrumento estratégico para a manutenção presente e constitui um instrumento mediante o qual o governo coordena, dentro de um conceito estratégico fundamental todas as atividades políticas, econômicas, psicossociais e militares (GASPARI, 2003, 130). O fato de sob a política de segurança nacional incidir o fator ideológico de alinhamento com os EUA e, conseqüentemente, resultar no comprometimento com a contenção da subversão comunista, também possuía dimensões contrárias ao interesse nacional, na medida em que os EUA não queriam que o Brasil desenvolvesse uma capacidade industrial competitiva..

Aqui se encontra a motivação do fator ideologia influenciar a percepção da ameaça. Com a chegada de Costa e Silva ao poder, a doutrina de segurança nacional passa a ser um instrumento de manutenção da segurança e da ordem interna, que revela a face do que os círculos decisórios brasileiros (intendiam por ameaça. É fortalecida a doutrina da segurança nacional, que tornava prioridade entre as FFAA a luta contra a ameaça interna e não mais a defesa contra inimigos estrangeiros. Assiste também a ampliações das redes de espionagem e de repressão. Paralelamente ao Serviço Nacional de Informações (SNI), criado em 1964, atuam agora outras organizações, como o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), a Operação Bandeirantes (OBAN) e o DOI-CODI, somente para citarmos algumas delas.

Em termos de processo decisório, havia uma situação institucional burocrática única: enquanto o comando militar para defesa não detinha coerência suficiente entre as forças singulares, o que ensejou diversos choques burocráticos, o comando militar na esfera interna, para garantir a ordem e a segurança, lançava mão de um sistema repressivo altamente institucionalizado, incluindo o uso sistemático da inteligência governamental para atuar na identificação da ameaça. A Constituição de 1946 apontava para a necessidade de um único Ministério Militar que possuía justificativa na economia para os cofres públicos e no estímulo à cooperação entre as forças,

que é um aspecto interessante do processo decisório, já que na análise sociológica importam não somente as relações civis militares, mas também as diferenças entre as forças. A ideia de um Ministério unificado não se concretizou, porém houve concordância dos militares em montar um Estado-Maior conjunto, batizado com o nome de Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), que nunca conseguiu situar-se hierarquicamente acima das forças singulares.

Em uma perspectiva privilegiadamente histórica, a intervenção militar de 1964 visava ser um interlúdio político frente às mazelas da infiltração do ideário esquerdista no País. Com o fortalecimento e ampliação das prerrogativas do Executivo, o denominado grupo de Sorbonne, tendo como líder o Gal. Castello Branco, intentava o restabelecimento da democracia frente à ameaça de um imperialismo soviético, no prazo que se estenderia até o término do mandato de Goulart. Ao mesmo tempo, a Guerra Fria chegava ao seu zênite com a crise dos mísseis em Cuba e começavam a ser assinados os tratados internacionais com o escopo de restringir o acesso às armas nucleares. É neste sentido que se afirma que a ameaça de uma guerra nuclear era a principal razão para se opor à Guerra Fria, dado que as probabilidades de uma catástrofe eram elevadas (HOBSBAWN, 2000,6).

O General Golbery Couto e Silva surge neste contexto como o mais expressivo pensador brasileiro na área estratégica e militar durante o regime ditatorial, até porque estava ligado diretamente à condução da política de segurança nacional. O fato de ter articulado a estratégia política e militar dos governos Geisel e Castelo Branco e ter sido ainda Chefe da Casa Civil de Figueiredo o colocam em uma situação dúbia de anuência com o sistema ditatorial e articuladora da abertura democrática (GASPARI, 2003).

Além da gestão burocrática Golbery formulou pensamento estratégico que sintetizaria muito da produção intelectual levada cabo por seus pares que até hoje além de citada influencia o pensamento estratégico nacional. Interessa a este trabalho no quanto o poder telúrico da obra de Golbery reunia características comuns da percepção da ameaça nacional. Buscando uma forma organizacional pragmática, os eixos basilares para uma política nacional interna - em uma perspectiva geopolítica e, portanto, não dispensando os aspectos fronteiros - são: as duas grandes bacias, a Amazônica e a do Prata, o fenômeno do êxodo rural, as zonas marginais e a migração das elites. Para tal, propõe-se um tamponamento eficaz de possíveis vias de penetração; a

inicial, i.e., nacional, principalmente a partir da região Centro-Oeste, i.e., permitindo a inundação de civilização da Híleia Amazônica (COUTO e SILVA, 1967,92).

As Bacias Platina e Amazônica merecem uma atenção especial: esta [ ] apresenta-se como uma ilha distante, cuja conquista nem sequer se • http .< .II. empreender em bases sólidas (ibidem, 90), e aquela porque aparece **Como** principal área de fricção sul-americana, dada a sua maior vulnerabilidade e ameaças mais diretas e imediatas (ibidem, 59). A confrontação é considerada nitidamente favorável em relação à abertura litorânea para o oceano, o que causa uma preocupação ainda hoje presente em relação à defesa costeira. Por outro lado, há, em virtude da magnitude territorial, um balanceamento equitativo entre acesso continental e marítimo (ibidem, 48).

A preferência das povoações e do comércio marcadamente concentrado na zona litorânea, desde as Capitâneas Hereditárias, acaba por apresentar desafios de cultura histórica. Se, por um lado, o Brasil possuía uma população jovem, em acelerado ritmo de crescimento e apreciável grau de heterogeneidade, por outro, o êxodo rural desordenado é fator de subdesenvolvimento (ibidem, 47). Jaguaribe retoma o tema argumentando como um ato de insensatez do governo brasileiro o fato de se ter uma reserva florestal na fronteira norte e não uma divisa das Forças Armadas do País. Os silvícolas passam a ser presas fáceis, frente à atuação externa, do invasor e dos traficantes ligados à violência urbana do Rio de Janeiro e de São Paulo. Assevera também que o maior risco brasileiro hoje não é a Bacia do Prata, mas a abertura do Atlântico Sul: disso decorre que o sistema de defesa brasileiro tem que ser aeronaval, com adequado apoio terrestre (JAGUARIBE, 1993, 129-130). Por isso, além do tamponamento das áreas de fricção, do povoamento da Amazônia, o processo civilizatório brasileiro em direção a regiões inóspitas era meta emergencial o que revela um conjunto de metas estratégicas nacionais desvinculadas da ameaça política do contexto bipolar.

Já na esfera internacional, e dizendo respeito diretamente à percepção da ameaça, Golbery classifica sob diferentes perspectivas um Hemisfério Interior que possui relações de confiabilidade, inofensibilidade ou pacifismo para com o Brasil, compreendendo os EUA, a África e a Antártida. Esta zona constitui a inteira placa giratória para uma manobra para qualquer estratégia de defesa (opus cit, 84). Um Hemisfério Exterior representaria as nações com

potencial ameaçador como Alemanha, URSS ou a China, e outras com variáveis de estabilidade, como a Europa reconstruída pela OTAN, o Oriente Médio, a Índia, o Sudoeste Asiático, a Austrália e as alianças nos Golfos do Pacífico. Ao mesmo tempo que esta síntese do pensamento estratégico nacional presente na obra de Golbery do Couto e Silva aponta para as possibilidades e desafios geográficos e sugere a cooperação latina nas áreas econômica e também militar, mais como zonas de integração geopolítica, com vistas a uma conjunção voluntária de esforços nacionais para tarefas construtivas de paz. O importante nestas últimas considerações é o entendimento de como o Estado brasileiro pensava suas ameaças a partir de um pensamento paradigmático e sobrevivente nas atuais políticas de energia, defesa e planejamento nacional que permitem diminuir o volume da menção ao alinhamento automático e interpretar o comportamento estatal prevalentemente como um resgate da ideia de projeto nacional (VIZENTINI, 2004, 251-252).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo das narrativas históricas e das políticas estratégicas que se interrelacionam com o comportamento estatal brasileiro durante o período convencionalmente chamado Guerra Fria sugere algumas considerações que pontuam o sentido da contribuição deste trabalho. Apesar da parcimônia dos argumentos utilizados crê-se não ter sido desavisadamente prodígio.

Primeiramente, o estudo histórico das relações internacionais no Brasil permite aos estudos históricos periodizações mais sofisticadas do que a amplamente utilizada, dos anos de 1945 até 1989 como período da Guerra Fria. Neste sentido três períodos parecem bem distintos em termos de comportamento do sistema internacional: (i) do final da Guerra em 1945 até a crise dos Mísseis em Cuba em 1962 que pode ser denominado com mais propriedade de Guerra Fria por compreender intensivamente as características atribuídas ao período como corrida armamentista e tecnológica e influência efetiva no tabuleiro político mundial capaz de influenciar cabalmente o comportamento estatal; (ii) o período de arrefecimento bipolar, credibilidade econômica internacional e intensificação do multilateralismo até o segundo choque do petróleo em 1979 - alguns enfatizariam já o primeiro de 1973 mas prefiro esta data pela conjugação com a Revolução Islâmica no Irã - e; (iii) a década das grandes transformações, principalmente no Leste Europeu - que

culminariam com a queda do Muro de Berlim. Entende-se que o distanciamento do período estudado que implica o isolamento maior do objeto de estudo somado ao afastamento da influência ideológica proporcionam releituras que gradualmente serão incorporadas aos instrumentos pedagógicos.

A segunda consideração diz respeito à ameaça e ao comportamento estatal brasileiro: A prática de política externa brasileira permite reconhecer que existem diversas iniciativas na esfera diplomática e militar que não obedeceram a uma racionalidade orgânica, pelo menos não à racionalidade da Guerra Fria. Neste contexto, a revolução de 1964 não é explicada somente pelo temor causado em influentes setores do tecido social brasileiro de que a ideologia socialista influenciasse as cúpulas decisórias nacionais. Como teoria de relações internacionais resulta de um tempo e de um espaço social e político determinado (BERNÁL-MEZA, 2005, 254) entende-se que a pesquisa historiográfica na América do Sul tem avançado a passos largos em direção à revisão das categorias da narrativa histórica. O fato das relações internacionais brasileiras não se pautarem pelas características predominantes atribuídas à grande periodização e generalização compreendida entre 45 e 89 revela o entendimento circunstancial da ameaça estatal segundo categorias simplificadoras que não desvelam a complexidade da fenomenologia das relações internacionais conforme levadas a efeito.

**RESUMO:** O presente trabalho busca compreender, em linhas gerais, o comportamento estatal brasileiro a partir dos condicionamentos do sistema internacional no período denominado 'Guerra Fria'. Com base nas narrativas históricas pretende também evidenciar que a periodização histórica é ainda passível de contribuições e reestruturações, que o comportamento estatal brasileiro foi condicionado, em parte, por padrões ideológicos e que o argumento cultural é relevante na compreensão dos fenômenos históricos relativos à estruturação do sistema internacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Guerra Fria - ameaça estatal - história da política externa brasileira.

## **BIBLIOGRAFIA**

BANDEIRA, Moniz. Estado nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992). São Paulo: Ensaio, 1993

- CAMPOS, Roberto de Oliveira. A Lanterna na Popa: Memórias. 4 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- CARVALHO, Leonardo Arquimino de (Coord.). Geopolítica e Relações Internacionais. Curitiba: Juruá, 2002.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. São Paulo: Editora Ática S.A., 1992.
- CONN, Stetson, FAIRCHILD, Byron. A estrutura da defesa do hemisfério ocidental. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.
- DERVORT, Thomas R. Van. International Law and Organization - an introduction. Thousand Oaks: Sage Publications Inc., 1998.
- DIAMINT, Rut. Democracia y Seguridad em América Latina. Buenos Aires: NuevoHacer, 2001.
- DOLHNKOFF, Mirian, CAMPOS, Fláviode. Historiadi Brasil. Brasília: FUNAG, 1995.
- GADDIS, John Lewis. We now know: rethinking cold war history. New York: Oxford University Press Inc., 1997.
- HOBSBAWN, Eric. O NovoSéculo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- GASPARI, Elio. A Ditadura Derrotada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Quinhentos anos de Periferia. 2. ed. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Editora da UFRGS/Contraponto, 2000.
- HALLIDAY, Fred. Repensando as relações internacionais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.
- JAGUARIBE, Hélio. Crise na República: 100 anos depois, primeiro ou quarto mundo? Rio de Janeiro: Biblioteca EstáciodeSá:ThexEd., 1993.
- MAGNOLI, Demétrio. Questões Internacionais Contemporâneas. 2. ed. Brasília: Fundação AlexandreGusmão, 2000.
- NEVES, Décio Vignoli das. Vultos do Rio Grande: da cidade e do município. Santa Maria/RS: Editora Palotti, 1981
- PATRIOTA, António de Aguiar. O Conselho deSegurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma desegurança coletiva. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre Gusmão; Centrode Estudos Estratégicos, 1998.
- PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato Pinto.O Livro de Ouro da História do Brasil. Rio de Janeiro: Ediourò, 2001.
- RAMONETJgnácio. Geopolítica do Ca os. 3ª ed.. Petrópolis: Vozes, 1999.
- REALE, Gionanni;ANTISERI, Dário. História da Filosofia. Vol. III. São Paul o: Edições Pa ulinas, 1991.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. Relações Internacionais: dois séculos de história; entre a ordem bipolar e o pol icentrismo. Vol. II. Brasília: Instituto Brasi leiro de Relações Interna cionais, 2001.
- SEINTENFUS, Ricardo A. S.. Para uma nova política externa brasileira. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1994-.
- SILVA, Goibery Couto e. Geopolítica do Brasi 1.2. edição. Ri o de Janeiro: José Olym pi o Editora, 1967.
- TRAVASSOS, Mário. Projeção Internacional do Brasil. 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1935.
- VIZEIMTINI, Paulo Fagundes. A Política Externa do Regime Militar Brasileiro: Multilateralização, Desenvolvimento e Construção de uma Potência Média. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.
- \_\_\_\_\_, Relações Exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- VERTHBERGER, Yaacov Y. I. The World in their Minds: Information Processing, Cognition, and Perception in Foreign PolicyDecisionmaking.Stanford: Stanford University Press, 1990.
- ZUGAIB, Eliana. A Hidrovia Paraguai-Paraná. Brasília: FUNAG, 2006.

## ANTIOOS E DOCUMENTOS

Al MUI IA An iiii últimas décadas do século XX: fim do socialismo e retomada da globalização, JIHH, In 'AHAVA, José Flávio Sombra Saraiva. Relações Internacionais: dois séculos de história; . . . .M nidimi bipolar e o policentrismo. Vol. II. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Iliimim ioniiis,2001.

NHNAI MI IA, Raul. Síntese da Evolução do pensamento Latino-Americano em Relações IIBI I iri li H Í lis. In: PROCÓPIO, Argemiro. Os Excluídos da Arca de Noé. 2ª edição. São Paulo: Editora HUOIII 0,2005.

(( HINC A, Luís Felipe de Seixas Corrêa. Diplomacia e História política externa e identidade nacional Iiiffm. In: Política Externa, vol. 9, n. 1,2000, pp.22-33.

I ii iMINUJEZ, Jorge, LINDAU, Juan.The primacyof Politics: Comparingthe Foreign Policies of Cuba mui MMXICO. In: How Foreign Policy Decisions are made in the Third World. Colorado: Westview hi in, IOH6.

tíAUDIS, John Lewis. On Moral Equivalency and Cold War History. Disponível em hllj://[www.mtholyoke.edu/acad/intrel/qaddis.htm](http://www.mtholyoke.edu/acad/intrel/qaddis.htm). Acesso em 12/05/2002.

MiriS, Roberto. Penúria vai afetar defesa. Disponível em <http://Jbonline.terra.com.br/jb/papel/brasil/2002/p8/04/jorbra20020804005.html>. Acesso em 07/07/2004.

Mi 11 o, Nilson Ferreira. A incompatibilidade da ideologia comunista com os ideais da nação Iiimtluira. Defesa Nacional, n. 640, nov./dez. 1971, pp. 61-68.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Geopolítica do Brasil: algumas considerações. In: CARVALHO, Leonardo An Iiilmino de (Coord.). Geopolítica e Relações Internacionais. Curitiba: Juruá, 2002, pp. 59-79.

1'NIUIRO, Letícia. Reestabelecimento de Relações Diplomáticas com a República Popular da (Jiliiii. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 6, n. 12, 1993, p. 247-270.

## **ARTIGO**

---

# **O ESTADO DE RORAIMA E AS FRONTEIRAS COM A VENEZUELA E A GUIANA**

Esta análise procura situar o Estado de Roraima no contexto geográfico, considerando que sua posição estratégica, possibilita sua inserção no processo de abertura de fronteiras, pelo qual passa o Brasil. Nesse sentido, o Estado, faz fronteira política com a Venezuela e Guiana. Em geral sobre fronteiras, identificamos dois aspectos conceitualmente diferenciados, mas não excludentes. O primeiro é o "formal ou linear" e o segundo é a "zona de contato"<sup>1</sup>, esta conhecida também como "zonalidade".

Nesse passo, Marcano (1996, p. 26) define a "fronteira linear" ou "fronteira política" como, geralmente, produto de um tratado internacional entre países vizinhos que se concretiza através de demarcação. Já para Pujol (1985, p. 37), a noção de fronteira é espacial, significando uma faixa de território sem limite geográfico, que se define mais por seus atributos sócio-econômicos que por sua realidade física.

A fronteira, em seu caráter de espaço ou zonalidade, constitui um campo em que se desenvolvem processos econômicos, sociais, tecnológicos, culturais e políticos, que criam

<sup>1</sup>Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Departamento de História da UFRR

<sup>1</sup>O conceito "zona de contato" é uma tentativa de se inovar a presença espacial e temporal conjunta dos sujeitos anteriormente separados por descontinuidades históricas e geográficas e cujas trajetórias agora se cruzam. Uma "perspectiva de contato" põe em relevo a questão de como os sujeitos são constituídos nas relações uns com os outros. In: PRATT, Mary Louise. Os Olhos do Império: Relatos de Viagem e Transculturação. Tradução Hernâni Bonfim Gutierre. Editora da Universidade Sagrado Corajie-EDUSC, s.l. p. 32.

e fortalecem categorias que dão um sentido diversificado ao termo "fronteira". Esta diversidade é de interesse cada vez maior da literatura recente. Em função das diferentes categorias analíticas que se pode aplicar para defini-la, podemos nos deparar com "fronteiras culturais, fronteiras tecnológicas, fronteiras de integração, e fronteiras de caráter económico," Marcano(1996,p.34).

Constata-se, desse modo, uma evolução no conceito de fronteira, não só em sentido estrito, mas em função de sua aplicação a fenômenos tipicamente contemporâneos. Assim é que o aumento do conhecimento humano acumulado e sua detenção dão margem à criação de teorias sobre as novas fronteiras que se estabelecem. No tocante à Amazônia brasileira, Bertha Becker (1998, p. 83), em seus trabalhos sobre a região, discute uma "fronteira tecno(eco)lógica". Para a referida autora, "a tecnologia avançada cria condições para a exploração das florestas e dos rios, sucedendo-se rapidamente as novas frentes contraditórias. A tecnologia energética submerge a floresta ou a transforma em biomassa para produção de energia; a da engenharia genética preserva a floresta como paraísos *experimentais para o vetor científico-tecnológico moderno*".

Sob outra perspectiva Martins (1997, p. 12-13), considera a fronteira como um lugar privilegiado para observação sociológica a fim de que se possa conhecer melhor os conflitos e dificuldades próprios da constituição do humano no encontro de sociedades que vivem no seu limite e no limiar da História. Afinal, é na fronteira que se pode melhor observar como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem. Segundo o mesmo autor, a fronteira de modo algum se reduz e se resume a fronteira geográfica.

Cabe considerar que o mundo de hoje é caracterizado por processos de globalização da economia, pela cooperação internacional e por uma surpreendente velocidade que transforma o mundo de muitas maneiras. Desse modo, não é de surpreender que, no plano territorial, o estudo de áreas de fronteira assumam novas dimensões. Em razão disso, a abordagem do conceito de fronteira exige uma preocupação interdisciplinar para uma melhor compreensão dos processos fronteiriços contemporâneos. A título de exemplo, nota-se que a Sociologia e a Antropologia têm-se preocupado também com o estudo de fronteira como "zonas de contatos" entre grupos de culturas diferentes; a geografia, por sua vez, se volta para discutir a dimensão espacial das zonas fronteiriças. Por outro lado, é na História que se pode

PÍIH nitrar o suporte que permite conhecer a formação e a ocupação das ii. moiras de um Estado, Lacasse (1990, p. 190). Como consequência, o iii ill'1' o entre estas disciplinas torna-se útil e necessário para a compreensão da nvolução e da discussão sobre os fenómenos fronteiriços.

Não obstante, muito se tem criticado as áreas ou disciplinas que tratam iln questão das fronteiras enquanto meros fenómenos de separação, sem a duvida preocupação em compreender os fenómenos sociais da fronteira como lugnr ou zona de contato. Surgem, também, categorias de análise que se (ifinfram na análise das relações do Estado fronteiriço/sociedade local, liiivilegiando a cooperação e a integração, bilateral ou multilateral, para o i li".envolvimento das regiões fronteiriças. Nesse contexto, aparecem as i ii<i', orias de cooperação e de integração fronteiriça, Alzate (1989, p. 218). Dnsse modo, têm-se a opinião de que se faz necessário proceder a uma nhsorvação histórica sobre as localidades situadas na faixa fronteiriça de Roraima, assinalando os pontos de contato, de intercâmbio, de cooperação e &#x2192; integração com os vizinhos.

O estado Bolívar é o território venezuelano limítrofe a Roraima, ou seja, a unidade administrativa mais próxima. A cidade venezuelana de Santa Elena do Uairén faz limite com o município de Pacaraima, no Brasil. A ocupação humana (In fronteira Brasil/Venezuela é um processo antigo. Contudo, os brasileiros que vivem na fronteira não conseguiram construir uma identidade. Segundo Marcano (1996, p. 185) os principais conflitos vividos pelos brasileiros da lronteira estão relacionados com a ilegalidade de sua permanência em Santa Elena do Uairén ou em outras regiões, ao sul da Venezuela; razão pela qual muitos são expulsos de onde trabalham, principalmente na extração de minérios. O município de Pacaraima é ligado a Boa Vista pela rodovia BR 174 até Santa Elena do Uairén, que se liga a Caracas por estrada de rodagem.

No tocante ao relacionamento comercial de Roraima com a Venezuela, pode-se afirmar que data do início do século XX e que não se restringe apenas ao comércio formiga<sup>2</sup>. Os comerciantes brasileiros de Pacaraima ofertam géneros de primeira necessidade, dentre os quais destacam a carne bovina, os produtos de vestuário, chocolates, etc. Em Santa Elena do Uairén, são ofertados, dentre outros diversos produtos, cerveja, leite em pó e mariscos. As

Comércio formiga: é uma forma cotidiana de intercâmbio comercial, no qual as pessoas abastecem-se de produtos da dieta básica, fenómeno que ocorre entre as localidades limítrofes, é um comércio incipiente.

atividades comerciais mais importantes e expressivas são as vendas de ouro e diamante, além de cimento e de fertilizantes, Marcano (1996, p. 186-187). Entre 1974 e 1982, a madeira local passou a ser o principal produto exportado para a Venezuela, além das máquinas<sup>3</sup> e sementes de capim, (INTEGRAÇÃO, 1993). No entanto, o fator que geralmente tem maior influência nas relações comerciais entre cidades de fronteira, resultando em movimento de expansão ou retração é a paridade cambial.

Em Santa Elena do Uairén, sempre existiu uma tendência dos fronteirizos para se expressarem com interposições de palavras em português. Em Pacaraima, os brasileiros costumam expressar-se em espanhol ou "portunhol". Com isso conclui-se que os dois idiomas contemplam o intercâmbio cultural como instrumentos unilaterais. Na prática, as escolas não participam do processo de integração humano-cultural dessas populações, uma vez que não ofertam cursos em português e espanhol. Em razão disso, há uma tendência em se considerar que a escola deve ter um programa mais flexível e deve humanizar-se com elementos da experiência local, deixando de trabalhar inconscientemente a favor da fragmentação. É importante mencionar que há alunos venezuelanos que atravessam diariamente a fronteira para estudar do lado brasileiro, assim como também há filhos de brasileiros residentes na fronteira venezuelana que estudam em Pacaraima, Marcano (1996, p. 199). Verifica-se aí, a existência de uma fronteira aberta, onde o estudo não deve basear-se apenas nas diferenças, mas também no que há de híbrido, dada a complexidade da questão fronteiriça.

Com relação à ação de programas integrados com a Venezuela, em 1982, foi assinado, pelos Chanceleres José Alberto Zambrano e Ramiro Saraiva Guerreiro, na cidade de Caracas, o "Convênio de Transporte Terrestre Fronteiriço de Carga" e o "Acordo sobre Cooperação Sanitária Fronteiriça" entre os dois Governos. Em 1987, os presidentes do Brasil e da Venezuela iniciaram a exploração de fórmulas institucionais para a cooperação fronteiriça diante do potencial das cidades de Boa Vista e de Santa Elena do Uairén. Na "Declaração Conjunta" firmada, os Chefes de Estado compartilharam do interesse recíproco de promover o desenvolvimento socioeconômico das regiões fronteiriças, dando ênfase ao melhoramento das condições de vida e do transporte de

<sup>3</sup>As máquinas (ônibus, chassis para ônibus, máquinas para serrarias e caminhões) são trazidas do sudeste do Brasil.

pessoas e bens; e ainda examinar os meios adequados para incrementar o comércio na região. Desse acordo de cooperação, saiu a pavimentação da BR 174, ao norte de Boa Vista, até o marco BV-8 na fronteira, Pinto Coelho (1992, p. 129-130).

No tocante à República Cooperativista da Guiana, a cidade de Lethem marca o limite fronteiro com a cidade do Bonfim, do lado brasileiro. Ambas as localidades tiveram um surto de desenvolvimento nos últimos anos. Cabe registrar que a ocupação do território da Guiana (ex-britânica) foi orientada para exportações de produtos primários (plantations) e que constituiu um sistema de povoamento dependente do Atlântico para a sua sobrevivência, totalmente desvinculado do sistema português, estabelecido no alto rio Branco, Barros(1995, p. 186).

A reorganização da sociedade guianense e sua conseqüente integração à economia de mercado somente veio acontecer no final dos anos 80. A partir daí, vem-se estimulando as tentativas de trocas com o Brasil. A estrada que liga Boa Vista a Bonfim, a BR 401, foi melhorada nos anos de 1990, pelo Governo do Estado de Roraima, e isso estimulou os comerciantes de Boa Vista interessados nas trocas com a Guiana. A fim de efetivar esse comércio, o governo brasileiro financiou a construção da estrada Lethem/Georgetown, ligando o norte ao sul da Guiana<sup>4</sup>. Também faz parte do acordo, a construção de uma ponte sobre o rio Tacutu<sup>5</sup> que ligaria a cidade de Bonfim a Lethem e proporcionaria também um acesso fácil de Boa Vista aos portos atlânticos de Georgetown, liberando Roraima da dependência do porto de Manaus.

Trata-se, na verdade, de uma importante iniciativa política, considerando que projetaria ainda os seguintes fatores:

- a) a ampliação da fronteira agrícola e das áreas de pastagens da Guiana, com o acesso a grandes regiões de terras aráveis no Território do Rupununi; b) redução de gastos com fretes; c) exploração racional de regiões florestais na Guiana, em área superior a 70.000 milhas quadradas na qual crescem mais de 400 espécies

<sup>4</sup>Em 1982, os Chanceleres do Brasil e da Guiana celebraram o Memorandum.

<sup>5</sup>O rio Tacutu (Roraima) é a área limítrofe com a cidade Guiana de Lethem, atualmente se atravessa o referido rio em balsas.

diferentes de madeira comerciável; d) acesso a região com potencial de petróleo e ricas em outros minérios; e) para a Guiana a estrada representaria um eixo importante de integração territorial interconectando a faixa costeira com o "hinterland desabitado. A estrada de Boa Vista a Georgetown dista 616 km. (PINTO COELHO, 1992, p. 130)

O comércio formiga da fronteira Lethem/Bonfim, sempre existiu através de alimentos, produtos eletrônicos, roupas, calçados e medicamentos. Os fronteiriços estão acostumados a viverem dependentes do câmbio, não apenas do seu próprio país, mas também do país vizinho. Dos produtos passíveis de grande demanda no mercado guianense figuram as máquinas pesadas, os pneus e o material elétrico. A Guiana é, ainda, potencialmente, exportadora de peixes, camarões e açúcar (INTEGRAÇÃO, 1991).

No tocante à educação, é importante ressaltar que na rede municipal de Bonfim figuram alunos guianenses, que também utilizam os serviços médico-odontológico daquele município brasileiro. Observa-se que nas cidades de Bonfim (Brasil) e de Lethem (Guiana), não são oferecidos cursos de português e nem de inglês, havendo, pois uma lacuna fundamental à integração cultural. As referidas cidades são produtoras de relações formais e informais entre seus habitantes. Aí, as sociedades se formam e se tornam híbridas, adquirindo características próprias.

Em resumo, no que tange ao "comércio formiga", é importante ressaltar que as populações fronteiriças (Brasil/Venezuela/Guiana) percebem uma maior presença do Estado na fronteira. Com o decorrer dos anos o Estado se transforma se retira da função de proteção e reaparece em seu papel de controlador e regulamentador das relações. A bem da verdade trata-se, antes, de uma mudança de um modo de territorialização por outro.

Na década de 40, o Deputado Federal Antônio Martinsjá defendia que o Território do Rio Branco não poderia se desenvolver isoladamente, mas em conjunto, em harmonia de interesses e em vivo intercâmbio com os seus vizinhos geopolíticos. Clamava o político por uma nova política internacional, baseada na franquia de certos portos e de certos núcleos de fronteira, visando a irradiar a riqueza do Rio Branco, tanto para Manaus quanto para os portos marítimos mais próximos, principalmente Georgetown. Segundo seu entendimento, por essa via, o Território Federal do Rio Branco alcançaria

rapidamente o seu desenvolvimento e serviria ao abastecimento dos mercados estrangeiros vizinhos. Sob esse ponto de vista da geopolítica não se pode ir de encontro às realidades geográficas. O Rio Branco deve ser o abastecedor de Manaus e de outras cidades, no que diz respeito ao gado e produtos derivados. Mas geográfica e economicamente o futuro do Território do Rio Branco está intimamente ligado às necessidades dos mercados limítrofes, Martins (1947, p. 16).

Percebe-se nesse sentido que a integração física de Roraima com o centro-sul do Brasil e com os países vizinhos já fazia parte da geopolítica do país e que os administradores, na década de 40, já refletiam sobre a questão. Não obstante, existiu a continuidade e o recrudescimento dessa ideologia durante o regime militar pós-64, quando os fatores geopolíticos foram considerados fundamentais e prioritários para o desenvolvimento e a segurança nacional.

Com relação à integração fronteiriça, Boa Vista capital do Estado surge como um ponto estratégico de conexão via terrestre, com Manaus, Lethem, na República da Guiana e Santa Elena, na Venezuela. Esse triângulo Boa Vista-Santa Elena-Lethem deverá ter seu progresso incentivado pelos três países, transformando-se, quiçá, numa área fronteiriça de intercâmbios, verdadeiro pólo de relações com dimensões internacionais, irradiando desenvolvimento de ordem econômica e social às regiões adjacentes.

É mister salientar, que no contexto de interesse da Cooperação da região Amazônica foi assinado em Brasília, no dia 3 de julho de 1978, o TCA (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela). Representou a união de um esforço diplomático, num propósito de desenvolvimento internacional, com as nações participantes da Bacia Amazônica. Seu objetivo principal foi instituir um mecanismo permanente que regularize e intensifique os contatos entre os governos e setores técnicos dessa região, eliminando o caráter episódico e descontínuo que os tem prejudicado até o momento, Mattos (1980, p. 120-122). A síntese do Tratado é a aproximação entre os dirigentes e as populações da Amazônia.

Convém ressaltar que foi sancionada, em 1991, a Lei nº 8.256, que criou as Áreas de Livre Comércio de Pacaraima (ALCP) e de Bonfim (ALCB), a fim de assegurar um incremento econômico para Roraima (INTEGRAÇÃO, 1992). Entretanto, até o momento as referidas áreas não foram implantadas. No que diz respeito à integração, foi estabelecido, em Boa Vista, um movimento

visando à integração comercial Roraima/Venezuela/Guiana. Trata-se de uma nova zona de comércio, poder-se-ia falar num novo mercado: o MERCNORTE<sup>6</sup>, segundo Teles (1993).

Nos dias atuais, seguindo sua política de integração com a Venezuela e a Guiana, o Brasil co-assinou a "Aliança Pragmática", ou "Aliança Estratégica" com a Venezuela, que consta de uma série de acordos comerciais em áreas prioritárias dos dois países: infra-estrutura, mineração, siderurgia, comércio, ciência e tecnologia, desenvolvimento agrário (agroindústria), dentre outros. Esta aliança com a Venezuela é vista pelo Governo brasileiro, como um ponto importante na integração comercial entre os dois países. Esta referida aliança possui um cunho mais prático e capitalista. Marcará, por exemplo, a liberação de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES) e do Programa de Financiamento e Exportação (PROEX) para as obras na Venezuela que serão tocadas por empresas e que utilizarem produtos do Brasil. Já com a Guiana a cooperação bilateral será prioritariamente na área de saúde, educação, pesquisa agrícola e combate aos ilícitos transnacionais, Folha de Boa Vista (2005). Nesse sentido, de acordo com Pinto Coelho (1992), fica claro que tais resultados programáticos das alianças dependem de uma diplomacia gradual, de incrementos sintonizados com o paradigma da modernidade na Amazônia, distinguindo pela valorização da escala local, pela velocidade de mutação de fenômenos regionais específicos.

Conclui-se, destarte que no decorrer dos anos o Governo brasileiro vêm tentando uma integração com os seus vizinhos, através da Cooperação (atualmente, as considerações doutrinárias de "segurança nacional" são substituídas pela disposição da palavra "Cooperação"), mas entre o discurso e a prática esta integração apresenta dificuldades, sobretudo no que diz respeito a integração económica. Sem sombra de dúvida, Roraima possui condições essenciais para desenvolver uma Cooperação com seus vizinhos, e analisando ainda um outro ponto de vista, pode ser considerado como um Estado aglutinador no processo de integração com o norte do Continente, na busca de uma aproximação dos países que formam o Tratado de Cooperação Amazônica

<sup>6</sup>O MERCNORTE seguirá os caminhos do MERCOSUL. Eu diria que, por suas dimensões e potencialidades no contexto sulamericano, o Brasil certamente será a força aglutinadora deste lado da América. As vastas extensões de suas fronteiras exigem que se costurem outros contornos germinadores de mercados. In: TELES, João Agostinho. A Bandeira do Merco norte. In: Coleção de Artigos nº 03 Aspectos Sócio-econômicos e Desenvolvimento de Roraima. Superintendência Nacional de Abastecimento - Delegacia de Roraima, Boa Vista-RR. p. 11.

Mãe Ni...bstante, até o presente não foi possível ainda identificar um [...] do "fertilização" econômica mais profícua com os vizinhos. Segue-se, [...] nincei teza dessa total integração, em face das questões burocráticas que [...] lentamente.

**RESUMO:** Este trabalho objetiva traçar um panorama sobre o conceito de PrtinUiira, relacionando-o Estado de Roraima e os vizinhos Venezuela e 'MI MI,i, assinalando assim, os pontos de contatos, intercâmbio, de [...] poraçãoe de integração.

**RALAVRAS-CHAVE:** Fronteira, História, Geopolítica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Al/Alí, Beatriz. Humanización conceptual de la frontera: El caso amazónico. En Revista de Aiiiij)ología.Vol.n.I-2. Departamento de AntropologiaUniversidad de los Andes. Bogotá, 1989.
- HAUKOS, Nilson Cortez Crócia. Roraima: paisagens e tempo na Amazônia Setentrional. Recife: IIniversidade Federal de Pernambuco, 1995.
- III CKCR, Bertha.Amazônia.6ªed.SãoPaulo:Ática, 1998.
- iti ICHONNET, Paul y RAFFESTIN, Claude. Géographie das Frontières. Paris. Presses Uinversitaires tld France, 1974.
- IACASSE, Jean Paul. Les Nouvelles Perspectives de l'etude de Frontières Politique: Revue de (Jiinques Contributions Recentes. En Cahiers de Géographie de Quebec. S. I. V. 18, 1974.
- MARCANO, Elvia Elena Jiménez. La Construcion de EspaciosSocialesTransfroteirizos entre Santa I lirma de Uairen - Venezuela e Vila Pacaraima/ Brasil. Tese de Doutorado. Programa Conjunto de Di ilorado Sobre América Latina e o Caribe. Universidade de Brasília- U NB, 1996.
- MARTINS, Antônio. O Território Federal do Rio Branco. Discurso proferido na Câmara dos Di iputados, no dia 07/10/1947. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.
- MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Huctec, 1997.
- MATTOS, Carlos de Meira. Uma Geopolítica Pan-Amazônica. Rio de Janeiro: Olímpyo, 1980.
- PINTO COELHO, Pedro Mota. Fronteiras na Amazônia: Um Espaço Integrado. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1992.
- 1UJOL, Davila José. Sistema e Poder Geopolítico. Buenos Aires: Corregidor. 1985.
- RORAIMA. Revista Integração Venezuela/Brasil/Guiana. Boa Vista-RR, nº 2. Agosto, 1991.
- \_\_\_\_\_.Revista Integração Venezuela/Brasil/Guiana. Boa Vista-RR, nº 5, março, 1992.
- \_\_\_\_\_. Revista Integração Venezuela/Brasil/Guiana. Boa Vista-RR, nº 7, setembro, 1993.
- \_\_\_\_\_. Brasil e Venezuela entre "Aliança Pragmática". Jornal Folha de Boa Vista, 11 de fevereiro de 2005.
- \_\_\_\_\_. Lula inicia viagem há três países da América do Sul. Jornal Folha de Boa Vista 14 de fevereiro de 2005.
- TELES João Agostinho. A Bandeira do Merconorte. In: Coletânea de Artigos nº 03 Aspectos Socio-econômicos e Desenvolvimento de Roraima. Superintendência Nacional do Abastecimento - Delegacia de Roraima, Boa Vista-RR, 1993.

## ARTI60

### **REFLEXOS DA CAATINGA NA SELVA AMAZÔNICA: O REGIMENTO MILITAR DO PARÁ VAI À GUERRA<sup>2</sup>**

1897 é um ano de profunda crise política no Brasil. Não muito diferente do que já vinha acontecendo no período Imperial desde o final da Guerra da Paraguai, em um processo que culminou com o golpe que derrubou a já cambaleante Monarquia no Brasil em novembro de 1889. Desta forma, como ensinado por Fernand Braudel, que o tempo de curta duração é aquele das conjunturas políticas, 1897 não deve ser considerado isoladamente, mas sim dentro de um contexto que se apresentava ao longo do final do Império e dos primeiros anos da República.

A assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel em 1888 era algo inevitável, foi só mais um ato na tentativa desesperada de salvar o regime, que se encontrava sem o apoio do Exército, que recusou o papel de Capitão-do-mato; da Igreja Católica, derrotada na disputa por poder pela elite brasileira na chamada Questão Religiosa; e de parte da aristocracia, principalmente em São Paulo, onde foi fundado o Partido Republicano Paulista em 1870, uma das maiores forças de oposição política nos últimos anos do Império.

Mas no final, quem deu o golpe de misericórdia na Monarquia foram os militares, principalmente os ligados a Escola

<sup>1</sup> Graduado em Bacharelado e Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Pará e **aluno do Curso de Especialização em História Regional da Universidade federal de Roraima**

<sup>2</sup> **Este artigo teve origem a partir da Monografia de conclusão de curso apresentada à Universidade Federal do Pará como instrumento de avaliação do Curso de Bacharelado e Licenciatura Plena em História sob orientação do Prof. Dr. William Gaia Farias.**

Militar da Praia Vermelha, que sob os ensinamentos positivistas de Benjamin Constant, foram contagiados pelo pensamento republicano. Sob a liderança de Deodoro da Fonseca e em um simples pronunciamento militar, foi-se por água abaixo o Império do Brasil, e exilada sua elegante Família Real. Nem mesmo Floriano Peixoto, Ajudante-General-de-Exército no final do Império, quis defendê-lo, preferindo tornar-se vice-presidente de Deodoro da Fonseca (MONIZ, 1978).

Escrevendo sobre os militares e sua atuação na Proclamação da República, William Gaia Farias, em sua tese de doutorado, afirma: "foi sua primeira participação efetiva na política brasileira" (FARIAS, 2005:138). E os republicanos civis sabiam da existência de um turbilhão político dentro das Forças Armadas, e que sem os militares seria impossível, naquele momento, executar alguma reforma política. Mas, mesmo assim, os militares não formavam um único bloco, como comprovado por algumas revoltas no início da República, a da Armada principalmente. E, além disso, com a crise política no governo de Deodoro da Fonseca, este é abandonado por Floriano Peixoto. Aliás, como já havia feito anteriormente, ao abandonar Ouro Preto no fim do Império (MONIZ, 1978:57).

O governo de Floriano Peixoto foi marcado por desrespeito a toda a ordem vigente. Ao judiciário, aos direitos políticos e humanos, perseguições e reações violentas aos seus opositores. Tentou passar por cima de tudo e de todos, inclusive da Constituição Federal de 1891. Um dos casos emblemáticos de sua desenfreada violência foi o fato de ter enviado para Desterro, atual Florianópolis (nome dado em sua homenagem), o Coronel do Exército Antônio Moreira César, que após derrotar a Revolução Federalista naquela cidade, sairia de lá conhecido como o "corta-cabeças" e sua fama de sanguinário consolidada, tudo com o apoio de Floriano.

Quando em 1894, Floriano deveria entregar o governo a Prudente de Moraes, não o desejava. Mas, Prudente de Moraes era apoiado por São Paulo, que não permitiria um golpe de Floriano Peixoto, tanto que não desmobilizou seus batalhões patrióticos que lutaram na Revolução Federalista, e Floriano já não possuía meios para levar uma guerra civil contra o estado mais poderoso economicamente da Federação. Assim, apesar do apelo de seus partidários, Floriano deixou o poder.

Em seu governo, Prudente de Moraes tentou tranquilizar o país politicamente, mesmo sofrendo a oposição dos seguidores de Floriano. Mas no

fim de 1896 afastou-se temporariamente do governo para tratar de sua saúde, assumindo seu vice, Manuel Vitorino, que para fortalecer-se se aliou ao grupo florianista, no contexto em que se iniciam as animosidades no sertão da Bahia, o conflito interno que passou à história como a "Guerra de Canudos". (MONIZ, 1978)

O que ocorreu no interior da Bahia foi uma sucessão de erros e um grande jogo de interesses. Segundo Walnice Nogueira Galvão, em sua obra *O Império do Belo Monte*, a comunidade fundada por Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro, tornou-se um atrativo para a gente sofrida do sertão, recém safda da escravidão e castigada por um ciclo de secas implacáveis. O êxodo de sertanejos para Canudos teve como principal consequência uma diminuição da mão-de-obra das propriedades da região. Depois, com seu vertiginoso crescimento assustou aos proprietários com a possibilidade de terem suas terras invadidas. (GALVÃO, 2001).

Outro ponto levantado por Walnice Galvão foi o aspecto religioso. Pressões da Igreja também foram decisivas para o agravamento do conflito. Com a política centralizadora exercida pela Igreja a partir de 1860, sob o Papa Pio IX, o clero passou por um processo de "romanização", os padres foram submetidos à autoridade dos bispos e das arquidioceses, e a de Salvador travava guerra contra a ação dos pregadores leigos do sertão. O relatório do frei João Evangelista de Monte Marciano demonstrou claramente o medo da Igreja em perder o controle que possuía sobre a população sertaneja, tratando Canudos como reduto de fanáticos e bandidos (GALVÃO, 2001).

As elites políticas da Bahia e do Rio de Janeiro aproveitaram o evento de Canudos para acusarem-se mutuamente, cada uma defendendo seus próprios interesses, colocando o arraial, quando se inicia o conflito, como uma tentativa de restauração monárquica e como grande perigo à República. Manuel Vitorino, aliado aos florianistas para se manter no poder, não percebe que este grupo vê no episódio a grande oportunidade de retornarem a dominar o Executivo Federal e ao velho "jacobinismo" dos tempos de Floriano. Por este motivo quem comanda a Terceira Expedição Militar contra Canudos é Moreira César, apontado pelos florianistas como o perfeito substituto do "Marechal de Ferro". Com a morte de Moreira César e o insucesso da expedição, monta-se uma Quarta expedição, e é chamado o General Artur Oscar de Andrade Guimarães para comandá-la, outra esperança florianista, que termina a guerra com sua carreira e reputação irremediavelmente manchadas.

O episódio da Guerra de Canudos já foi documentado dezenas de vezes. Somente no site <<http://www.portfolium.com.br>>, constam mais de 200 obras já publicadas sobre o tema. Assim, o que nos interessa para este artigo é a participação do Regimento Militar do Pará no conflito, mais precisamente pretendemos buscar os acontecimentos em torno do evento na capital paraense e o envio e participação da tropa paraense nos combates.

Consideramos fundamental lançar luz sobre este tema uma vez que, de fato, a maioria da comunidade académica desconhece a participação do Regimento Militar do Pará, ou do Amazonas, na Guerra de Canudos. Ou ainda, este trabalho interesse àqueles que desejam entender o episódio que levou a Força Policial do Estado do Pará para o distante sertão baiano.

## **REFLEXOS DA CAATINGA NA SELVA AMAZÔNICA**

A situação económica do sertão nordestino no final do século XIX era completamente distinta da encontrada na região amazônica, principalmente nas capitais (Belém e Manaus). Viviam-se no Norte do Brasil os tempos áureos da produção da borracha, a chamada Belle Époque amazônica, com seus boulevards e casas de produtos importados diretamente das principais capitais da Europa, suas pomposas festas, espetáculos no teatro que nem passavam pelas principais cidades da República, e reestruturação urbana de Belém e Manaus.

Assim, a pergunta feita em artigo por Paulo Emílio Matos Martins nos parece interessante ser levantada aqui. Segundo o autor, os estados da região Norte (Amazonas e Pará) foram os únicos a enviar quase toda a sua força policial para Canudos, assim sendo, o que teria motivado sua elite política a enviar tropas, ao custo de vidas e altas despesas, já que o Amazonas e o Pará eram regiões geograficamente tão distantes da Bahia quanto afastados eram os motivos da guerra da realidade das populações amazônicas (MARTINS, 1997:10).

Nas hipóteses levantadas por Matos Martins, os motivos seriam resultado da imagem isolacionista e separatista que as elites políticas amazônicas passavam ao governo central do Rio de Janeiro, como resultado do intercâmbio da Região Norte com os países da Europa, principalmente no aspecto económico (MARTINS, 1997:11). Mas, é preciso que se note que o isolamento também era resultado dos precários meios de comunicações

existentes a época e das teorias raciais em voga no final do século XIX. Tendo dinheiro suficiente para o intercâmbio com a Europa, para a alta sociedade amazônica, era mais interessante fazê-lo com a região mais "desenvolvida intelectualmente" do mundo. Além desta, que consideramos a mais importante levantada pelo autor, ainda temos que seria pelo fato da excelente situação econômica dos estados, o que tornaria possível a maior quantidade de gastos, e uma forma de reafirmação à Nação por parte das elites amazônicas (MARTINS, 1997:11).

Tais questionamentos e hipóteses levantadas por Paulo Emilio Martins são importantes e acreditamos que seria necessário um outro trabalho apenas para analisar tais questões, não só pela quantidade de informações a serem confrontadas, mas também por considerarmos o assunto bem mais complexo do que as hipóteses levantadas pelo autor, como fica claro ao observarmos os debates na imprensa da capital paraense durante a permanência e após a chegada da tropa da Polícia Militar de Canudos.

A questão não gira em torno apenas de aspectos econômicos e políticos, como nos parece afirmar as hipóteses levantadas por Paulo Emilio Martins, é necessário verificar, também, os aspectos religiosos, além de aprofundar o debate político. Assim como no Rio de Janeiro, em Belém também existiram partidários da República, e o Estado do Pará, teve grande participação, no cenário nacional, nos primeiros anos republicanos. E, em termos religiosos há aqueles que eram a favor, que constituíam a grande minoria, das convicções de Antônio Conselheiro, imperando a falta de informações verdadeiras sobre o "Peregrino" devido à falta de credibilidade em algumas publicações, ou da maior parte delas.

No final do Século XIX os jornais caracterizavam-se pela defesa dos pontos de vista daqueles que neles escreviam, portanto, para entender um pouco o clima da época acreditamos ser essencial acompanhar, se não total, pelo menos em parte, a escalada das discussões nos jornais de 1897 que circulavam em Belém. Para citar um exemplo do que estamos falando sobre ser tendenciosa a imprensa no século XIX, vejamos a informação fornecida por William Gaia Farias:

A República era um jornal dirigido por jovens intelectuais que apresentavam um jornalismo ao nível da intelectualidade republicana que emergia naquele final de

século, principalmente nos grandes centros administrativos que se concentravam os homens das letras. De certa forma os propagandistas defendiam uma ideologia do 'progresso', da qual o regime republicano fazia parte (FARIAS, 2005:21).

Ainda segundo Farias, entre os republicanos do Pará, ligados ao jornal, encontrava-se o médico José Paes de Carvalho, que em 1897 era o Governador do Estado, o que já nos parece um motivo comprovador de sua colaboração com o Governo Central. Sendo republicano, o governador não tinha porque não apoiar as decisões da Presidência da República, se esta lutava contra algo que "pretendia derrubar o regime", e com este os ideais republicanos do papel evolucionista e civilizador da República. Assim, o governador solicita ao Senado Estadual<sup>3</sup> o envio de tropas da Polícia do Pará em auxílio as forças do Exército em março de 1897. Ficou registrado então o seguinte no Livro de Atas da Câmara dos Senadores:

O Congresso do Estado do Pará, ciente dos acontecimentos que nos sertões da Bahia acabam de roubar à Pátria um valente punhado de bravos e intemeratos filhos, cuja perda enche de luto a Nação, autoriza ao Governador do Estado, identificando-se com o Presidente da República na defesa das instituições republicanas, a agir de forma a prestar ao Governo Federal o inteiro e ilimitado concurso do Estado na obra de defesa da República. Em 8 de março de 1897. (a) Fulgêncio Simões (GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Arquivo Público do Pará. *Livro de Atas da Câmara dos Senadores doano de 1897:30*).

No início de março a República encontrava-se perplexa e eufórica ante os últimos acontecimentos que eram noticiados a partir de Canudos. Primeiro a derrota da Expedição Febrônio de Brito (Segunda Expedição Militar contra

<sup>3</sup>A Constituição de 1891 colocava nos Estados da Federação a mesma estrutura legislativa do Governo Federal, sendo constituída de Câmara dos Deputados e Senado Estadual.

Canudos) causou espanto, e depois a escolha de António Moreira César para chefiar a Terceira Expedição trazia esperanças da derrota .rápida dos canudenses. Ninguém esperava uma derrota do Coronel, o que levou o Governo Federal a não aceitar inicialmente a oferta de tropas do Pará.

O Governo Federal achava desnecessário o deslocamento oneroso das tropas, tendo em vista a iminente "vitória" do Coronel Moreira César. Tal recusa obrigou o Comandante do 1º Distrito Militar, General Frederico Sólton de Sampaio Ribeiro, o mesmo que já havia entrado em choque com o Governador da Bahia, Luiz Viana, e por isso perdeu o comando do Distrito Militar daquele Estado, a justificar-se junto ao Governo do Estado do Pará como consta em publicação no jornal A Folha do Norte,

A resposta é do Sr. Ajudante-General, que tem atribuições em todo o Exército sem a menor intervenção do governo, a quem cabe exclusivamente o direito de mover as coletividades quero dizer, corpos, brigadas etc.

O fato de dizer que não chegariam a tempo de serem aproveitados seus serviços e acarretar despesas inúteis com seus transportes foi porque o governo já designou todas as forças para as operações; é um fato que está no domínio de todos, o movimento dos corpos federais e estaduais, que foram em tempo requisitados e providenciadas as suas marchas, não sendo necessária mais do que a força que está em movimento, esta consideração é do Sr. Ajudante-General e não do Governo, logo as apreciações de vossa folha não foram justas e nem tiveram razão de ser (A FOLHA DO NORTE, 03 ago. 1897).

As tropas dos Estados do Norte só serão aceitas em julho de 1897, devido à derrota da Expedição Moreira César em março e ao quase esgotamento total da Quarta Expedição comandada pelo General Artur Oscar, necessitando de urgentes reforços em se tratando de efetivo, pois estava paralisada em seu poder de combate, sendo oficiado, por Paes de Carvalho ao Comandante do Regimento Militar, comotranscrito pelo jornal A República,

Comunico-vos, para os devidos fins, que o cidadão

Presidente da República aceitou o oferecimento que em março findo fiz em nome do Estado de seu brioso Regimento para auxiliar a divisão do exército nacional em operações em Canudos.

Congratulo-me, em nome do Estado, com o brilhante Regimento sob vossa esclarecida direção por servos dado a concorrer com o contingente do vosso esforçado patriotismo para a defesa da ordem pública, dos interesses morais e materiais da federação e quiçá das nossas instituições ameaçadas neste momento difícil da nossa evolução política de perigos de toda ordem, que podem fazê-la estremecer nos seus alicerces.

O Estado do Pará confia que o seu brioso Regimento saberá honrar as tradições desta terra patriótica, a qual o sentimento republicano acrisolado, o amor intenso as instituições são os elementos predominantes a orientar as suas aspirações, a ditar os seus atos, a incitar os seus estímulos, a honrar os seus sacrifícios.

A confiança plena no patriotismo, disciplina e valor do Regimento do Estado faz-me pressagiar-vos brilhantes sucessos, gloriosos triunfos, que vos tornarão beneméritos da pátria.

Recomenda-vos que com toda a urgência tenhais prontos a marcha a primeira voz o 1º e 2º batalhão de infantaria desse Regimento.

Saúde e fraternidade - Dr. José Paes de Carvalho (A REPÚBLICA, 30 jul. 1897).

Analisando o discurso do Governador percebe-se claramente o apoio incondicional aos ideais da República, até mesmo na saudação final, e é por este tipo de discurso, geralmente utilizado por Paes de Carvalho, que acreditamos que somente em parte as hipóteses de Paulo Emílio Martins estão corretas, pois com absoluta certeza, além do Estado do Pará gozar de uma situação econômica privilegiada, e querer mostrar que sua proximidade com os países desenvolvidos da Europa Ocidental não eram atitudes separatistas, o chefe do executivo do Pará, assim como muitos parlamentares estaduais

acreditavam estar ajudando a salvar a República. Mas, as discussões políticas começaram bem antes disso, junto com a tentativa dos jornais em influenciar a opinião pública. O principal objetivo de jornais como A República, que era um órgão do Partido Republicano, era convencer a população de que Antônio Conselheiro e os moradores de Canudos lutavam pela restauração monárquica, como fica claro no trecho,

Mais alguns dias, e o 1º e 2º Corpos do Estado estarão de viagem para a Bahia.

A animação e o entusiasmo que notamos na briosa oficialidade e praças desses corpos desde que se anunciou a partida, dão-nos o direito de prognosticar a esse brilhante troço de servidores do Estado atos de bravura, de incontestável heroicidade, lá nos ínvios sertões baianos, onde a ignorância, de parceria com o fanatismo religioso, ambos inconscientes convertidos em instrumentos da hidra monárquica, tramam contra o grandioso edifício das nossas instituições, pretendendo a todo transe fazê-loruir.

(...) O amor à república e o amor à liberdade não de lhe exacerbar a coragem e conduzi-lo a vitória, convertendo cada um deles num herói destemido e audaz, caminhando sempre para frente, expansão do ânimo o mais desassombrado.

(...) Marchai, pois, soldados paraenses!

A República precisa de vós, e vós, servindo-a com lealdade, com o sacrifício dos vossos cómodos e vida, mostrais eloquentemente que bem dignos filhos sois dela (A REPÚBLICA, 03 ago. 1897).

Isto não ocorre apenas com A República, outros periódicos também mostram seus pontos de vista, como no jornal A Folha do Norte,

Não nos iludamos. O trabalho da restauração vem de longe. Começou no dia em que os foragidos por medo ou por interesse, restabelecidos do pânico causado pela

vitória da revolução de 15 de Novembro e já livres de perigo pela generosidade dos vencedores, puderam formar na Europa seus conluíus contra a república. (Por Rangel Pestana, publicado na gazeta de notícias). (A FOLHA DO NORTE, 03 jul. 1897).

Observa-se que em ambos os textos o objetivo era colocar os moradores da cidadela de Canudos como fanáticos e bandidos que defendem o retorno ao regime monárquico por influência de Antônio Vicente Mendes Maciel, no intento de restaurar o Império do Brasil. Era necessário que os políticos justificassem o envio da força policial do Estado ao sertão da Bahia, e isso deveria ser feito convencendo a opinião pública dos perigos que o país corria caso a restauração fosse concretizada, era preciso mostrar a evolução civilizadora conquistada com o advento da República e que a volta ao Império significaria um atraso ao desenvolvimento do Brasil. Para tanto a melhor maneira de conseguir o apoio popular era através da imprensa.

Pelo menos no aspecto religioso, conseguimos encontrar um jornal que não atacava Antônio Conselheiro e Canudos (até defende) como os outros jornais que circulavam na cidade de Belém, é O Apologista Christão Brasileiro, da Igreja Metodista Episcopal, e de propriedade de Justos H. Nelson. Neste jornal, de circulação mensal, em um artigo denominado "Fanatismo", Justos Nelson critica ferozmente os que dizem ser:

(...) fanático todo homem que sinceramente acredita na Bíblia e procura regular a sua vida segundo mandam os seus preceitos. No sentido vulgar do termo é fanático quem guarda o Domingo; é fanático quem gosta do estudo da Bíblia; é fanático quem procura sinceramente persuadir aos seus amigos os vícios e crimes e ser bons cidadãos (...)

(...) Podem chamar-nos fanáticos, querendo, optamos por ir ao céu (O APOLOGISTA CHRISTÃO BRAZILEIRO, 01 maio 1897:20).

Justos Nelson defendia Canudos por satisfazer seus próprios interesses. Defendendo a religiosidade da comunidade de Antônio

Conselheiro, defendia também o Protestantismo, e o Metodismo especificamente, afinal ambos eram "alvos" da Igreja Católica, no que diz respeito aos objetivos de reconquista de espaço. Na missa campal realizada em homenagem aos militares recém chegados de Canudos, celebrada pelo Bispo de Belém, Dom Antônio Brandão, este profere um discurso publicado no jornal A Província do Pará, e republicado por Justos Nelson em seu jornal. O Bispo refere-se às forças militares como se estas tivessem ido ao sertão baiano salvar "a pátria e a religião". Justos Nelson se opõe veementemente a este discurso no aspecto religioso ao afirmar que "(...) segundo o discurso do sr. Bispo, o degolamento de tantos manietados, o massacre a sangue frio de tantos homens, mulheres e crianças foi um 'auto de fé' para a glória de Deus!" (O APOLOGISTACHRISTÃO BRAZILEIRO, 1897).

Evidentemente O Apologista Christão Brasileiro era um jornal de menor circulação na capital, mas fez ouvir sua voz aos protestantes metodistas. Pelo menos podemos observar que as críticas ao arraial de Canudos não eram uníssono. Enquanto os outros jornais aproveitavam a indignação religiosa da maioria da população católica para influenciá-los, Justos Nelson, mesmo defendendo sua própria religião, prestou grande ajuda a memória de Canudos.

Para os outros jornais de Belém, assim como os da Capital Federal, ou de São Paulo, ou Salvador, Canudos era apenas

(...) um acidente monstruoso das aluviões morais do sertão: truculência das lutas primitivas, a rudeza dos instintos agrestes, a credice da discultura analfabeta, o banditismo predatório do crime, a pugnacidade implacável dos ódios locais, a escória promíscua do campo e da cidade, as fezes do ócio, da miséria, da tarimba e da penitenciária, todos esses sentimentos orgânicos da anarquia, derivados de todos os pontos do Brasil (...). (O DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 29jul. 1897).

Apesar de estarmos abordando separadamente neste trabalho a discussão política e religiosa sobre Canudos, principalmente nos jornais de Belém, é importante que se entenda que ambos não eram separados, e sim caminharam juntos. Para a população de Belém no final do Século XIX, o que aconteceu foi o surgimento no sertão da Bahia de um "fanático" religioso que

buscava a todo custo restaurar a monarquia no Brasil e conseguia influenciar a gente sofrida do Nordeste brasileiro.

O Pará, fortalecido economicamente, e fiel à República do Brasil e seu Governo Central através de sua elite política, tinha por dever ajudar a defender o regime e manter a ordem "civilizadora" que vinha "melhorando" o país. Os personagens anónimos que tinham acesso à imprensa em Belém nesse período, representados por profissionais liberais, comerciantes, funcionários públicos, militares, operários, professores, estudantes e mesmo as senhoras das classes alta e média, não tinham como saber ou conhecer a triste realidade vivida nos sertões daqueles estados do Nordeste que passaram pelos diversos ciclos de grandes secas que devastavam a desolada vegetação do interior daquela Região, secas como a de 1877, que grande êxodo causou, transformando os sertanejos do Nordeste em trabalhadores da borracha nos confins da selva amazônica, enriquecendo os estados do Amazonas e Pará e melhorando a vida das elites do Norte.

Alguns jornais se aproveitavam da situação que vivia o país para fazer uma imprensa sensacionalista. É o caso, por exemplo, do jornal O Holophote, que em publicações bissemanais podia-se ler:

Para Canudos dizem que um celebre monarchista do nosso meio pretende levar, cheia de munições para o Conselheiro, a moxilla do Braguinha da Noiva.

Damos esta noticia com muita reserva, para que a policia se ponha de sobreaviso (O HOLOFOTE, 02 maio 1897:02).

Em sua edição de 23 de maio de 1897, o mesmo jornal traz uma descrição de António Conselheiro afirmando, ao contrário de outros jornais, que o mesmo era de família nobre, educado na Europa, bem vestido, condecorado, e outros atributos da aristocracia monarquista. E no meio desse fogo cruzado de informações da imprensa ficava a população, que com certeza, foi muito bem influenciada, afinal, na despedida do Regimento Militar do Pará, estavam no porto, dia 5 de agosto de 1897, às 14:00 horas, o Governador do Estado, o Vice-Governador, bandas de músicos dos Bombeiros e do Instituto Lauro Sodré, oficiais do Exército, Armada, Guarda Nacional e Corpo de Cavalaria, e cerca de 2000 pessoas, representantes de diversas classes, entre as quais magistrados, senadores, deputados, jornalistas, comerciantes,

industriais, artistas e funcionários públicos (REGO, 1967:9).

Embarcaram ontem as tropas expedicionárias deste Estado, sob o comando do coronel Sotero de Meneses. São indescritíveis as manifestações de apreço e simpatia que aos soldados paraenses protestou a população. Desde o Largo da Pólvora até o trapiche do Lloyd em esses bravos longamente vistoriados portodos. Além de incalculável número de populares, estiveram presente ao embarque, cumulando os dois corpos de grandes demonstrações afetuosas, O governador e o vice-governador do Estado, altos funcionários e representantes de todas as classes sociais, que se achavam naquele trapiche (A REPÚBLICA, 06 ago. 1897).

Nesta discussão não podemos deixar de lado o importante papel da Forças Armadas e da Polícia Militar. Nestes primeiros anos da República, a presença dos militares na política é uma constante inevitável, tanto que o Vice-Governador do Pará em 1897 era o Major António Baena. Como já citado anteriormente, os militares passam a ser uma força política considerável e reconhecida pelos civis. Os militares estavam presentes em praticamente todas as esferas decisórias. Para que se tenha ideia de sua participação, na Assembleia Constituinte de 1890, dos 205 deputados, 40 eram militares (FARIAS, 2005:139).

Quanto a Polícia Militar, segundo Claudia Mauch, ela assume um novo papel com o advento da República. Passa a ser o braço armado do Estado, responsável por manter a ordem e a disciplina dentro da sociedade. Deveria cumprir e fazer cumprir as legislações elaboradas de acordo com os interesses da elite dominante. Segundo a autora, existem "relações entre polícia, República, ordem burguesa, ética do trabalho e implantação de relações de produção capitalista que não podem ser ignoradas." (MAUCH, 2004:25). Desta forma, a principal função da polícia é manter o controle por parte do grupo social que detém o poder sobre a sociedade.

Porém, a Polícia nesta nova ordem não deve ser vista apenas como instrumento controlado por governantes, é preciso entendê-la internamente, como a instituição percebe sua função, e a lógica que confere ao processo. É

preciso que se perceba que na República, a Polícia não é mero "marionete", pois consegue, ao mesmo tempo, servir aos interesses da classe dominante e aos da instituição. Apesar de algumas vezes não haver unidade política entre os militares, a corporação se vê como um corpus unido e que é capaz de defender seus próprios interesses. Este assunto é amplamente discutido na tese de doutorado de William Gaia Farias que trabalha novos conceitos sobre "historia militar" desenvolvidos por Celso Castro (CASTRO, 2002) e José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 2005).

O papel dos integrantes da Polícia Militar do Pará no contexto do envio da corporação para Canudos não foi aqui abordado. Mas, analisando com os dados que possuímos, podemos verificar que, muito provavelmente, a alta cúpula da Polícia paraense era amplamente a favor do envio da tropa para Canudos. Não encontramos vozes na imprensa ou documentação oficial que comprovasse qualquer posicionamento contra esta possibilidade. E pensando o contexto político do Brasil do final do século XIX, onde os militares tinham importante participação política, ao se destacar num conflito como Canudos, de repercussão nacional, os oficiais pretendiam também se projetar politicamente, garantindo participação nas elites do Estado. O apoio dos militares aos ideais republicanos, que ajudaram a construir no estado do Pará e a questão de terem se formado para a guerra, seria a oportunidade de coroamento de suas carreiras militares.

## **O REGIMENTO MILITAR DO PARÁ VAI A GUERRA**

O desenrolar dos acontecimentos até aqui discutidos, colocaram a força policial paraense à disposição do Exército em Canudos. Para tanto, em 13 de março de 1897, o Coronel José Sotero de Menezes, comandante do Regimento Militar, informa ao Governador Paes de Carvalho que a Brigada de Infantaria estava pronta para seguir aos sertões da Bahia (REGO, 1967:7).

Sotero de Menezes era oficial do Exército, onde serviu por 53 anos, veterano da Guerra do Paraguai, onde foi condecorado com a Medalha de Bravura. Teve alguns problemas políticos ao longo de sua carreira no Pará, como o caso ocorrido em 9 de outubro de 1900, quando sentiu-se desprestigiado em ter o governador nomeado delegados de polícia da capital, tenentes que eram seus subordinados sem lhe dar conhecimento do fato. Revoltado com a maneira como foram feitas as nomeações, encontrou Paes de

Carvalho na passagem do Círio de Nazaré na casa comercial Paris N 'América, e após agredi-lo verbalmente, aplicou-lhe bofetadas, sendo exonerado do cargo (RODRIGUES, 1997:43).

O Coronel era partidário de Lauro Sodré, e do partido chefiado por Antônio Lemos, que combatia o de Paes de Carvalho. Portanto, não eram recentes as divergências políticas entre os dois. Em sua homenagem, através do Decreto Estadual nº. 3.010/94, foi criada a Medalha General Sotero de Menezes, que distingue os integrantes da Polícia Militar do Pará que se destacam por feitos heróicos, com comprovado risco de vida na preservação da ordem pública (RODRIGUES, 1997:43).

Em 29 de julho de 1897, o comandante do Regimento recebeu ordem do Governador Paes de Carvalho para preparar sua Brigada de Infantaria, composta pelos 1º e 2º Corpos, para embarcar com destino a Bahia, o que aconteceu em 5 de agosto, no vapor "Pernambuco", do Lloyd Brasileiro. (REGO, 1967:9).

A força policial do Pará que foi a Canudos sob o comando de Sotero de Menezes possuía um efetivo total de "547 homens (combatentes), inclusive 39 oficiais com 2 médicos e as respectivas ambulâncias; fardados de acordo com a tabela em vigor, equipados, municionados e armados com fuzis 'mauser' Cal. 7mm." (REGO, 1967:10). Estes são dados importantes e devem ser levados em consideração ao compararmos com os do Estado do Amazonas, que mandou um Batalhão de Infantaria, sob o comando do Tenente-Coronel Cândido José Mariano, com efetivo total de 273 homens, e conduzindo o "armamento sistema Comblain, que levava do Amazonas, tendo recebido igual número de armas Mauser, de 8mm de calibre, de repetição, modelo adotado para uso da Infantaria do Exército Nacional" (MARIANO, 1998:16), troca feita no Arsenal de Guerra da Bahia. O fuzil Mauser modelo 1895 era uma arma de repetição de calibre 7mm, e era o fuzil mais moderno em 1897, e já conduzido pelo Regimento Militar do Pará.

Outro dado importante que nos fornece Cândido Mariano é sobre o fardamento de sua tropa. Segundo o comandante, o Batalhão do Amazonas recebeu fardamento e equipamento do Arsenal de Guerra em Salvador, apesar de na passagem pelo Pará ter recebido também alguns fardamentos para praças dos fornecedores da Polícia do Pará, Adelino Arantes & Cia (MARIANO, 1998:16).

Apenas a partir destes dados relativos a efetivo, armamento e

fardamento, em comparação a tropa do Amazonas, que teve ainda despesas de 14:473\$000 durante a sua jornada na Bahia (MARIANO, 1998:28), pode-se ter ideia dos gastos despendidos pelo Governo do Pará neste envio de sua Brigada de Infantaria à Bahia. Mais esclarecedor, no entanto, é o Ofício redigido pelo Governador Paes de Carvalho ao Inspetor do Tesouro em 2 de dezembro de 1897:

Sr. Inspetor do Tesouro:

Cumprindo a todos os Estados da União Brasileira concorrer na medida de suas forças para minorar as dificuldades com que tem lutado o Governo Federal na grande obra da consolidação da República, resolvi mandar correr, exclusivamente, por conta dos cofres desse Tesouro, as despesas feitas com o Regimento Militar do Estado durante o tempo das suas operações em Canudos e por isso vos recomendo, não só que mandeis pagar ao mesmo Regimento os vencimentos relativos aos meses de setembro e outubro, constantes das inclusas folhas, mas indenizeis os cofres da União da importância de 46:872\$896, recebida pelo Sr. Comandante do Regimento para pagamento dos vencimentos de agosto, certo de que nesta data me dirijo ao 1º Delegado Fiscal para que mande receber nesse tesouro a referida importância.

E como em poder do Sr. Comandante do Regimento se acha a quantia de 59:995\$676, sendo 14:064\$667, saldo da de 46:872\$896, recebida dos cofres da união, visto terem importado os vencimentos de agosto somente em 32:826\$229 e 1:909\$100 saldo da de 20:000\$000, entregue ao mesmo Sr. Comandante para as despesas inadiáveis que ocorressem na Baía, deveis, ao mesmo tempo que efetuardes o pagamento, receber do Comandante a referida importância de 25:955\$767, e bem assim descontar dos vencimentos dos oficiais a de 3:119\$400 que lhes foi adiantada por conta da de 20:000\$000 acima mencionada.

Tais despesas devem ocorrer pelo crédito da verba do Título 112, n. 4, do orçamento em vigor.

Saúde e fraternidade.

(a) Dr. José Paes de Carvalho. (MARRECA, 1940:121/122)

Evidentemente houve deserções na tropa paraense. Em 9 de agosto seguiram, no navio "Carlos Gomes", que conduzia a policia do Amazonas, seis )raças que deixaram de embarcar dia 5 com o restante da tropa, "(...) As fardas i bonés pertencentes aos desertores foram encontrados, posteriormente, na sstrada de São Jerónimo e em frente ao trapiche da Amazon Company". Dos seis, somente três chegaram a Bahia. Em Salvador, demitiu-se o Uferes António Frederico de Macedo por não querer seguir para a luta REGO, 1981:112).

É importante que se perceba o clima vivido naqueles dias de agosto de L897, afinal três expedições militares já haviam sido derrotadas pelas forças Je António Conselheiro, e a Quarta Expedição estava correndo sério perigo. Provavelmente muitos homens não queriam seguir para o que poderia ser a norte certa, e deixar suas famílias sem condições de se manter. Existia o clima Je euforia republicana sim, mas nem todos pensavam da mesma forma. Pode-e levantar também a possibilidade de transgressão disciplinar por parte dos soldados, que por algum motivo não estavam presentes no horário previsto, jreferindo desertar a serem punidos de acordo com os regulamentos ldisciplinares à época bastante rigorosos.

Talvez o único caso diferente destes tenha sido o do Cabo de Esquadra le 3ª Classe Pedro Bureba Busto, que era espanhol e deu um passo a frente luando perguntado a tropa os que não queriam seguir para Canudos. Afirmou iue "(...) não desejava combater filhos duma pátria que a muitos anos tão :arinhosamente o acolhia." (MARRECA, 1937:17). Os motivos que levaram 'edro Bureba a não embarcar foram provavelmente por questões ideológicas, levido a sua origem. Sua formação política era distinta da dos outros ntegrantes da tropa paraense, podendo tê-lo levado a não aceitar as condições la luta. É provável ainda que por ser espanhol, Bureba não queira ter ido jarticipar de uma guerra que nada lhe interessava. Mas, estas deserções não leriam as únicas, como veremos adiante.

Para fazer a segurança da cidade enquanto a Brigada de Infantaria istivesse fora, foi criada, através do Decreto n°. 465, de 30 de julho de 1897,

uma Guarda Cívica, que foi extinta em 10 de novembro de 1897 após o retorno dos 1º e 2º Corpos de Infantaria da Bahia (REGO, 1981:112).

A Brigada de Infantaria do Pará em 16 de agosto finalmente chegou a Salvador. Nesta Cidade, a tropa prepara-se e aguarda a ordem para partir com destino a Canudos, o que aconteceu em 21 de agosto, chegando, primeiro a Queimadas em 22, e onde são excluídas por deserção três praças (REGO, 1967:13). Em Monte Santo, foi demitido o Capitão Francisco José Rodrigues Chaves Sobrinho (MARRECA, 1937:19). Foram também excluídas seis praças, uma delas por morte (REGO, 1967:14). Estas deserções de Monte Santo e Queimadas, muito mais provável que as de Belém, podem ter sido por medo de morrer e pelas condições do Sertão baiano, com escassez de água e calor abrasador.

A Brigada do Pará, partia para o destino final em 13 de setembro de 1897, atravessando o terreno inóspito e a vegetação agressiva do sertão, onde em Caldeirão encontram Euclides da Cunha, colhendo informações que fariam parte da obra *Os Sertões* (MARRECA, 1937:22). Euclides, para seguir em segurança, acompanhou o Batalhão do Amazonas, cujo comandante, Tenente-Coronel Cândido Mariano, fora seu colega na Escola Militar da Corte (MENDONÇA, 1998:31).

A tropa paraense chegou dia 16 em Canudos, passando a integrar, juntamente com o Batalhão de Polícia do Amazonas, a 2ª Brigada, da 2ª Coluna, da Divisão Auxiliar, comandada pelo General Carlos Eugênio Andrade Guimarães (REGO, 1967:17), irmão do General Artur Oscar. A Divisão Auxiliar ainda contava com o Batalhão de Polícia de São Paulo, o 22º, o 24º, o 37º e 38º de Infantaria do Exército (MARRECA, 1937:24).

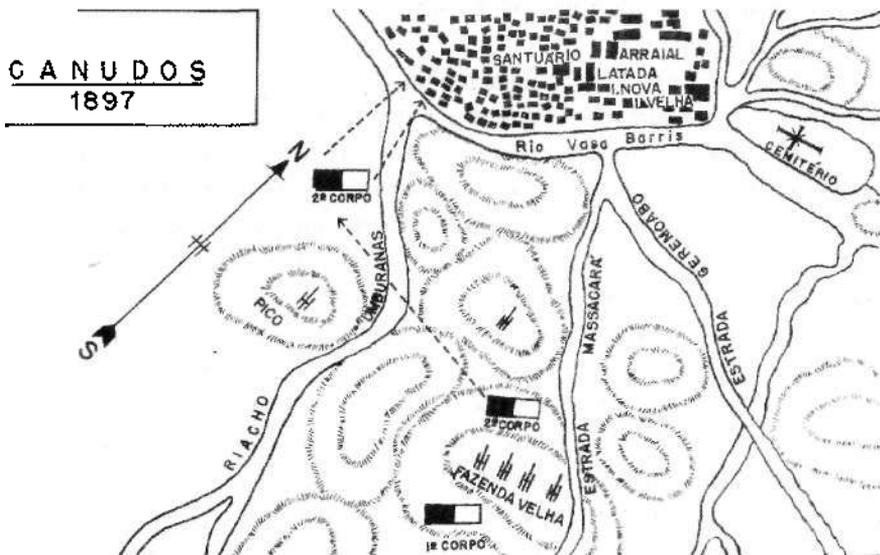
O 1º Corpo de Infantaria acampou nas posições da Favela, distante três quilômetros de Canudos e principal acesso dos militares ao arraial (MARRECA, 1937:24). O 2º Corpo, com o Estado-Maior e Corpo de Saúde, foi guarnecer as trincheiras do ponto fortificado da Fazenda Velha e do Pico, distantes 1200 metros de Canudos (REGO, 1967:17). Essas posições mantiveram-se praticamente inalteradas, com exceção do acampamento do 2º Corpo que teve que ser deslocado mais para leste em 24 de setembro, em virtude de estarem sendo feridos alguns militares pórfiros conselhe instas.

A primeira atividade de combate do Regimento Militar do Pará só ocorreu em 25 de setembro, e é tal sua importância para a história da Polícia Militar do Pará, que o patrono da corporação, Coronel Antônio Sérgio Dias Vieira

da Fontoura, conseguiu este título por ter se destacado neste dia de combate.

Na manhã de 25, no Forte Sete de Setembro, os comandantes paraenses receberam a informação de que a posição do Pico era ameaçada em seu flanco esquerdo por um grupo de conselheiristas que tentava avançar pelo riacho Umburanas. Era necessária uma pronta resposta a fim de evitar a queda daquele ponto estratégico às tropas governistas.

Ficou então decidido que iriam atacar, e sob o comando do Coronel Sotero atravessaram o Umburanas e colocaram-se na margem do Vaza-Barris para iniciar o ataque, sendo enquadrada a tropa paraense a Leste pelo 26º do Exército e a Oeste pelo Batalhão do Amazonas. Na primeira tentativa de avançar sobre o inimigo atravessando o Vaza-Barris, entre outros feridos, recebeu um projétil no joelho direito o Coronel Sotero de Menezes. Assume o comando geral da Infantaria do Pará Antônio Dias da Fontoura, que viu sua tropa por alguns instantes paralisada no leito do Vaza-Barris. (REGO, 1967:23/29).



Mapa da Região de Canudos e Movimentação da Tropa Paraense  
Fonte: REGO, 1981:115.

Essa movimentação inicial da polícia paraense pode ser observada no mapa acima, feito a partir de um croqui (desenho feito a mão) com a localização dos pontos ocupados pela tropa e sua disposição no terreno, com detalhes sobre localização dos rios e estradas, posicionamento da Artilharia governista, além de locais dentro da cidadela (Santuário, Latada, Igreja Velha e Igreja Nova), que servirão para acompanhar mais detalhadamente os relatos do combate.

Sob o comando de "carga de baioneta" a tropa paraense parte para o combate corpo a corpo contra o experimentado "exército" conselheirista. Como os conselheiristas ainda possuíam as posições de domínio do terreno, a tropa paraense põe fogo em algumas casas, e avança para reforçar o 1º escalão de ataque, reforço este que força os inimigos a recuarem de suas posições. Neste momento um grupo de conselheiristas tenta desbordar e atacar a tropa paraense pela retaguarda, avançando pela barranca esquerda do Vaza-Barris, sendo a Polícia do Pará alertada do ataque pela Artilharia do Forte Sete de Setembro. Apoiado pela tropa do Amazonas em seu avanço, põe-se fora de combate a ação inimiga.

O ataque vinha sendo apoiado pelo 5º Regimento de Artilharia do Forte Sete de Setembro com 4 peças de Krupp de 75mm e 2 canhões de tiro rápido Nordenfeldt de 37mm, que tiveram que suspender o fogo quando a tropa atacante atingiu a praça do Mercado. Alcançada esta posição, o Tenente-Coronel Fontoura recebeu ordem de retirada imediata, do General Artur Oscar, momentos depois chegando nova ordem, a de cessar o ataque e manter as posições conquistadas (REGO, 1967:23/29).

Cessado o ataque, foram assinaladas as posições com bandeirolas vermelhas, e hasteada as bandeiras do Brasil e do Pará. O saldo de baixas da Brigada do Pará foi de 54, sendo que destes, 19 foram mortos. Às 14:00 horas as tropas de Polícia foram substituídas portropas do Exército, estava reduzido o cerco a Canudos. Os mortos foram sepultados e colocada uma cruz com os dizeres: "Aqui jazem o Capitão Manoel Baptista Cordeiro, e os praças do Regimento Militar do Pará, mortos em combate de 25 de setembro de 1897." (MARRECA, 1937:35).

Segundo Roberto Mendonça, a ação das tropas policiais do Norte descumpriram ordens do Comando Geral em seu plano de combate, mas serviram para cercar definitivamente Canudos. Os comandantes apesar de elogiados ostensivamente, foram repreendidos separadamente por Artur Oscar

(MENDONÇA, 1998:31).

Saindo deste combate como "herói", Fontoura foi transformado em Patrono da Polícia Militar do Pará, devido a sua liderança em combate. Em 9 de outubro de 1900 Fontoura foi promovido a Coronel e nomeado Comandante Geral do Regimento Militar do Estado por Paes de Carvalho (não podemos esquecer o incidente deste com o Coronel Sotero na mesma data), foi reformado em 01 de agosto de 1911 (RODRIGUES, 1997:40/41).

A tropa paraense ainda participou dos combates de 1º de outubro, determinado pelo General Artur Oscar, quando foi designada para ocupar posições a Noroeste da barranca esquerda do Rio Vaza-Barris, a retaguarda da ala direita da Polícia de São Paulo, do 5º de Polícia da Bahia e 26º do Exército.

Após lançar mais de 2000 homens no ataque, às 13h00min horas, sem resultados expressivos para a tropa governista, o ataque é suspenso, com um saldo de 6 baixas no Regimento Militar do Pará, entre as quais 3 mortos. Canudos só caiu em 5 de outubro às 12:00 horas. Após a queda da cidadela, o 1º Corpo de Infantaria foi designado para junto com o 12º do Exército fazer a guarda dos prisioneiros, onde foi "autorizada a criminosa degola de muitos deles, pelo Comando Geral das Operações" (REGO, 1967:33). Vergonhosa missão, denunciada posteriormente com comprovada indignação por diversos setores sociais, deve ter sido cumprida, com certeza, por muitos policiais paraenses, sem, no entanto, terem sido denunciados no Pará por este crime, preferindo o governador torna-los heróis.

Nem só de "heróis", mortos e feridos foi a participação da tropa paraense, houve problemas disciplinares também, como o caso de duas praças que se esconderam entre os mortos e feridos no leito do Vaza-Barris no combate de 25 de setembro, de lá saindo somente quando foram descobertos pela turma designada de conduzir os feridos ao Hospital de Sangue, a punição foi o rebaixamento definitivo dos postos (MARRECA, 1937:35).

A ordem para retirar-se do teatro de operações veio, para o Regimento Militar do Pará, em 7 de outubro, partindo então em 8 de outubro de Canudos, e chega a Salvador em 16 às 14:45 horas. Foi recebida com festa, como todas as tropas que chegavam do sertão. No dia 23 de outubro, às 11h00min horas, embarcaram no vapor "Planeta", do Lloyd Brasileiro, para Belém, onde chegavam em 4 de novembro de 1897 com uma estrondosa recepção (REGO, 1967:39). Além do Governador do Estado, que seguiu de navio ao encontro da tropa na entrada do porto de Belém,

(...) Na ponte de desembarque estavam representantes da imprensa e do Club Naval; várias sociedades maçônicas, recreativas e beneficentes; o corpo comercial, representantes do funcionalismo e Orfelinato Paraense. Calculava-se a afluência em mais de 20000 pessoas, que se aglomeravam ao longo do litoral de Belém. (REGO, 1967:40).

Segundo Marreca ainda houvera desfile da tropa e muitas homenagens (MARRECA, 1937:54), mas não só de festa se resumiram os acontecimentos após a chegada do Regimento Militar do Pará. Houve protestos também, como o já citado artigo do jornal O Apologista Cristão Brasileiro contra as declarações do Bispo de Belém e as numerosas vozes por todo o país contra as injustiças e crueldades cometidas pelas tropas governistas em Canudos, degolando sem julgamento, massacrando sem distinção de cor, sexo ou idade.

Os protestos que ecoaram, principalmente na Capital Federal, não foram assimilados completamente em Belém. Após a Guerra de Canudos, a reputação do comandante-em-chefe das tropas, General Artur Oscar, e do Exército estariam irremediavelmente manchadas. O Exército só conseguiria se reerguer deste episódio quase 30 anos depois, já na década de 20, antes da "Revolução de 30". Sugerido pelo General Artur Oscar ao congresso uma condecoração aos combatentes do Exército que lutaram em Canudos, foi severamente repreendido pelo Ministro da Guerra, General Cantuária, por não haver motivos para se comemorar uma guerra onde morreram irmãos que lutavam de lados distintos (GALVÃO, 2001:97).

O mesmo não aconteceu com a Polícia do Pará, onde vários militares foram promovidos pelo Governo do Estado por bravura (MARRECA, 1937:49). Ainda hoje a polícia do Pará cultua sua atuação na Guerra de Canudos, tendo como patrono o Tenente-Coronel Fontoura e citando Canudos na canção da corporação, como pode ser comprovado no site oficial da Polícia Militar do Pará. Fica o espaço para que se investigue tal contexto com maior profundidade, ou seja, as diferenças entre o que aconteceu com o Exército e a Polícia Militar, principalmente as da Região Norte, nos Estados do Pará e do Amazonas.

Os 2 quadros demonstrativos abaixo trazem os dados sobre deserções, exclusões e demissões, mortos e feridos.

QUADRO 1

<b>DESERÇÕES, DEMISSÕES E EXCLUSÕES</b>		
Deserções antes dos Combates	Demissões (oficiais)	Exclusões por Deserção
3	2	7
<b>Total: 12</b>		

QUADRO 2

<b>MORTOS E FERIDOS</b>		
Causa da morte	Mortos	Feridos
Combate de 25 de Setembro	19	35
Combate 01 de outubro	03	03
Causas diversas	04	-
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>38</b>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Canudos sem dúvida têm muitas relações com a história da Amazônia, e infelizmente muitos não sabem disso. Ignoram uma página importante da história da Amazônia, da qual fez parte os Estados do Norte, participando ativamente através de sua elite política e com a totalidade da Infantaria de sua força policial, onde vidas foram ceifadas.

Muitos não sabem que o nome do Bairro Canudos, localizado na zona leste da cidade de Belém, é uma homenagem à presença da Brigada de Infantaria do Pará naquela guerra (CRUZ, 1992:29). Ou que a atual Avenida 25 de Setembro até 16 de dezembro de 1897 se chamava Rua Conde D'Eu. Seu nome foi alterado graças a Virgílio Mendonça e Sabino da Luz que apresentaram a proposta de mudança à sessão do Conselho Municipal, para homenagear a data comemorativa da vitória da tropa paraense sobre os canudenses(CRUZ, 1992:87)..

Quanto às discussões em torno do envio da tropa ao sertão da Bahia, podemos observar a luta das elites locais na tentativa de enviar as tropas para auxiliar o Governo Federal. Como afirmamos, o Pará havia conseguido algum destaque no início da República, e obviamente queria seu espaço na política nacional ampliado quando acabasse a guerra. Além disso, Paes de Carvalho era republicano e acreditava estar ajudando a salvar a República da restauração monárquica. O governador só não contava com a péssima repercussão do episódio a nível nacional, o que fez com o Executivo Federal colocasse a culpa no Exército.

O mesmo que ocorreu com o Exército não aconteceu com a Polícia Militar do Pará. Não conseguindo o destaque que queria a nível nacional, o governador do Pará, ajudado pela imprensa local, pelo menos conseguiu encher de brilhantismo a participação de seu Regimento Militar na Guerra de Canudos. Os gastos foram imensos, talvez só menores que os gastos do Estado da Bahia, que já estava há muito engajado no conflito. Mas, o Pará fez jus ao seu destaque econômico no período inicial da República arcando com todas as despesas de enviar sua força policial ao sertão da Bahia.

Muito se tem para ser estudado, os militares na história do Pará devem ser considerados como um tema tão importante quanto qualquer outro. Erros foram cometidos em Canudos pelas tropas que se encontravam combatendo os conselheiristas, como aconteceu por diversas vezes em nossa história, resta-nos entender estes processos e ampliar nossos conhecimentos.

**RESUMO:** Este artigo trata do contexto do envio da força policial do estado do Pará para a Guerra de Canudos em 1897. Além dos combates em que teve participação esta tropa no cenário de operações do sertão baiano, há enfoque nas discussões político - religiosas na capital paraense publicadas nos periódicos da época, assim como em outras fontes primárias. Trata ainda de uma discussão mais ampla ao apresentar um debate acerca dos primeiros anos do regime republicano no Brasil e sua tentativa de consolidação quando se apresenta o conflito em Canudos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pará, polícia, Canudos.

## **BIBLIOGRAFIA**

AFOLHA DO NORTE. Belém. Julho a Dezembro de 1897.

A REPÚBLICA. Belém. Janeiro a Dezembro de 1897.

CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política no Brasil. Rio de Janeiro: JorgeZaharEd.,2005.

CASTRO, Celso. A Invenção do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge ZaharEd., 2002.

CRUZ, Ernesto. Ruas de Belém: Significado Histórico de suas Denominações. 2. Ed. Belém: CEJUP, 1992.

CUNHA, Euclides da. Canudos: Diário de uma Expedição. São Paulo: Martin Claret, 2004.

\_\_\_\_\_, Os Sertões. São Paulo: Nova Cultural, 2003,

FARIAS, William Gaia. A Construção da República no Pará (1886 - 1897). Tese ^Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense. Niterói.2005.

FLORES, Má rio César. Bases para uma Política Militar. Campinas: UNICAMP, 1992. pp. 39 - 79.

- GALVÃO, Walnice Nogueira. O Império do Belo Monte: Vida e Morte de Canudos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- GOMES FILHO, Gregório Ferreira. Extremos da historiografia brasileira: Marreca e o Regimento Militar do Pará na campanha de Canudos. Monografia (Bacharelado e Licenciatura Plena em História). Universidade Federal do Pará. Belém, 2006.
- GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Arquivo Público do Pará. Livro de Atas da Câmara dos Senadores do ano de 1897, p.30.
- GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Arquivo Público do Pará. Relatório do Corpo de Polícia Paraense de 1897.
- HOORNAERT, Eduardo. Os Anjos de Canudos. 3. Ed. Vozes: Petrópolis, 1998.
- MARIANO, Cândido José. A Força Pública do Amazonas em Canudos. Relatório do Tenente-Coronel Cândido José Mariano, Apresentação de Roberto Mendonça. 4. Ed. Recife: Massangana, 1998.
- MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha. A Milícia Paraense e a Sua Heróica Atuação na Guerra de Canudos. Belém: Guajarina, 1937.
- \_\_\_\_\_. Histórico da Polícia Militar do Pará: Desde seu Início (1820) até 31 de dezembro de 1939. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1940.
- MARTINS, Paulo Emilio Matos. A Amazónia na Campanha de Canudos. Revista Nosso Pará, Belém, Ver Editora, out. 1997.
- MAUCH, Cláudia. Ordem Pública e Moralidade: Imprensa e Policiamento Urbano em Porto Alegre na Década de 1890. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004. pp. 25 - 68.
- MONIZ, Edmundo. A Guerra Social de Canudos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- MONTEIRO, Welton Luiz Araújo. Em Defesa da República: O Regimento Militar do Pará na Guerra de Canudos. Monografia (Bacharelado e Licenciatura Plena em Historia). Universidade Federal do Pará. Belém. 2005.
- O Apologista Cristão Brasileiro. Belém. Maio de Dezembro de 1897.
- O Diário de Notícias. Belém. Julho a Dezembro de 1897.
- O Holophote. Belém. Maio de 1897.
- REGO, Orlando L. M. de Moraes. A Brigada Policial do Pará na Campanha de Canudos. Belém: Falângola, 1965.
- \_\_\_\_\_. História da Milícia Paraense na campanha de Canudos. Belém: Imp. Universitária, 1967.
- \_\_\_\_\_. Retrospecto Histórico da Polícia Militar do Estado do Pará (1822 -1930). Belém: IHGB, 1981. pp. 97 - 139.
- RODRIGUES, Theodoro. O Pará na Guerra de Canudos. Revista Nosso Pará, Belém, Ver Editora, out. 1997.
- SCHULZ, John. O Exército na Política: Origens da Intervenção Militar, 1850 - 1894. São Paulo: EDUSP, 1994. pp. 183 - 201.
- SOARES, Henrique Duque-Estrada de Macedo. A Guerra de Canudos. 3. Ed. [Rio de Janeiro]: Philobiblion: [Brasília]: INL, [1985].
- VIANA, Artur. Diário do Regimento Militar do Pará na Guerra de Canudos: Extraído do Jornal do Comercio, Edições de 13 de janeiro a 05 de fevereiro de 1904. In: REGO, Clóvis Moraes. Arthur Viana: Contribuição à História da Cadeira Nr 8 do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Belém: Imprensa do Estado, 1971. pp. 272 - 304.
- <http://www.pm.pa.gov.br/>>
  - <http://www.portfolium.com.br>>

ANTIGO \_\_\_\_\_

## REPRESENTAÇÃO SOCIAL E BELEZA: **CONSTRUINDO A ACEPÇÃO DE BELEZA IMEDIATA.**<sup>2</sup>

### O CONCEITO DE BELEZA EA RELAÇÃO COM O CONSUMO

Na interação entre a percepção, o objeto e o meio social explicitam-se uma sensação de particularidade na classificação da beleza<sup>3</sup>. Isso se explica, porque ao se perceber o objeto e classificar-lo emitimos um juízo valorativo. Esse juízo é produzido no sujeito via uma mobilização do processo mental<sup>4</sup>, no qual os elementos do sistema mental são ativados - pensamento, memória e raciocínio.

Na construção de tal juízo, dois processos subjetivos ocorrem similarmente, o primeiro, de ativar os valores culturais e sociais internalizados, e o segundo, a interpretação do fato, construída a partir da percepção global do ambiente e da

<sup>1</sup> Leandro Roberto Neves, Psicólogo, Mestre em "Gestão e Desenvolvimento Regional", pela Universidade de Taubaté - UNITAU, Professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Roraima - UFRR e pesquisador do Grupo de Pesquisa em Subjetividade e Inclusão (GPSI - UFRR), Grupo Fronteiras: Processos Sociais e Simbólicos e do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas de Praxis Contemporâneas (NIPPC-UNITAU). E-mail: [leandroneves@iq.com.br](mailto:leandroneves@iq.com.br).

<sup>2</sup> Texto apresentado, oralmente, no I ENCONTRO REGIONAL DE REPRESENTAÇÃO SOCIAL -UFAM/MANAUS/2007 -, e no II CONGRESO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS HISTÓRICAS EN VENEZUELA/ XII JORNADA NACIONAL DE INVESTIGACIÓN Y DOCENCIA EN LA CIENCIA DE LA HISTORIA. Barquisimeto - Venezuela.

<sup>3</sup> Nesse ensaio, o conceito de beleza está entendido como um elemento construído socialmente, o qual é determinado pela conjuntura sócio-econômica e cultural de determinada sociedade em uma época específica, portanto a noção de beleza é histórica e temporal.

<sup>4</sup> Por processo mental está entendido a capacidade do homem de sentir, perceber, raciocinar, julgar e abstrair informações de si próprio e do meio.

interação social desse indivíduo com o meio. A percepção do objeto mobiliza o sistema cognitivo, mas as lembranças e a importância (interesse) do objeto para o indivíduo, controlam (determinam) a atenção e o significado dado àquele objeto. Nesse processo, o indivíduo tem a sensação de classificar a beleza como um ato pessoal (particular), pois toda a dinâmica cognitiva perpassa pelo crivo da particularidade do observador.

Porém, esse indivíduo não está dissociado de uma conjuntura social, econômica e temporal. Segundo Duarte Jr. (1987), desenvolvemos vários tipos de relação com o objeto, mas a que predomina é a relação entre sujeito e uma coisa, tudo passa a ter uma utilidade, a sensação de particularidade no julgo, está subordinada a utilidade de tal objeto.

Contudo, a transformação da relação entre sujeito e objeto, para uma relação coisificada, a função de utilidade das relações assume uma centralidade em nossa sociedade.

Podemos dizer, assim, que a percepção que se tem das coisas, na realidade do dia-a-dia, é fundamentalmente utilitária e conceitual. Conceitual por seguir as rotas e mapas que a linguagem nos fornece, ordenando e classificando os objetos e eventos do mundo em conceitos. E utilitária porque constantemente em busca de desvendar a utilidade e a função das coisas que se lhe apresentam. A percepção utilitária, condutora de nossa experiência prática, procura então a verdade dos objetos em torno deles, nas relações que eles mantêm entre si [...], na esfera prática os objetos se relacionam entre si através de ações e atividades humanas, através dos propósitos utilitários(DUARTEJR., 1987, p.36).

A verdade dos objetos está, não para que serve, na sua função e utilidade - um copo tem a função de armazenar o líquido para as pessoas beberem. A verdade do objeto copo é a sua própria função utilitária. Porém, Duarte Jr. (1987) salienta que a relação de utilidade que temos com o objeto, no dia-a-dia é reproduzida na relação com as pessoas. Relacionamos com o outro não como uma pessoa, e sim como um objeto que tem como verdade um princípio de utilidade. Nesse tipo de relação, a pessoa está a serviço da utilidade e não aos

aspectos que a define como ser humano. Esse mecanismo, explica a impessoalidade das relações de trabalho e de convivência social. •

Por sua vez, a função da utilidade se torna mais complexa quando se acrescenta ao objeto utilizado, um valor de uso e um valor económico. Marx comenta que "para se converter em mercadoria um objeto deve ser, antes de tudo, uma coisa útil, uma coisa que ajude a satisfazer necessidades humanas desta ou de outra espécie. A utilidade de uma coisa, utilidade que depende das suas qualidades naturais, aparece no seu uso ou consumo, e faz dela um valor de uso" (MARX, 1998, p.63).

No valor de uso o objeto tem a função real, a qual foi destinada a sua confecção, o exemplo do copo, nos serve para facilitar a ingestão de um líquido armazenado. O valor económico é o valor monetário daquele copo, e este sendo uma mercadoria, pode sofrer especulações do seu valor de uso. Tal especulação gera uma supervalorização da mercadoria e um status social para quem a possui.

Assim, ao transformar o valor de uso do objeto em um valor económico, que por sua vez agrega o status, o copo deixa de ser um copo e passa a ser uma marca, um estilo ou um acessório, que dá o "indicativo" da condição financeira e cultural de quem o possui. Por sua vez, essa lógica revela o processo de classificação e do utilitarismo das coisas em uma sociedade em (lue o produto (coisa) é mais importante do que o produtor, o produto é a forma de satisfazer o consumo dos valores. A esse respeito Jameson salienta que,

[...] o capitalismo tardio depende para seu bom funcionamento de uma lógica cultural, de uma sociedade de imagens voltada para o consumo. Por sua vez, os produtos culturais são, para usar uma terminologia tradicional, tanto base como superestrutura, produzindo significados e gerando lucros. A cultura de massa assim como o outro lado da mesma moeda, a alta cultura onde aprendemos as regras fundamentais do jogo contemporâneo, o jogo do consumo (JAMESON, 2001, p.9).

Na relação, consumo e coisas configuram-se uma das peças centrais do

sistema capitalista, na atualidade, como afirma Milton Santos,

[...] o consumo instala a sua fé por meio de objetos, aqueles que em nosso cotidiano nos cercam na rua, no lugar de trabalho, no lar e na escola, quer pela sua presença imediata, quer pela promessa ou esperança de obtê-los. Numa sociedade tornada competitiva pelos valores que eregiu como dogmas, o consumo é verdadeiro ?pio[...] (SANTOS, 1987, p.34).

Milton Santos fez uma contraposição da frase freudiana a religião é o ópio do povo, no atual estágio do sistema capitalista o consumo é o ópio do povo, pois o seu poder impetra e contagia, "esua capacidade de alienação é tão forte que a sua exclusão atribui às pessoas a condição de alienado" (ibidem, p.34).

A utilidade das coisas está subjugada à sociedade do consumo, o objeto a ser consumido contém uma materialidade - objeto real - e uma imagem - objeto irreal -e, é nesse ?ltimo que a beleza se inclui, pois são fabricadas estratégias de publicidade para determinar uma imagem do que é a beleza, para a coisa em si. O indivíduo envolvido na vida prática absorve os condicionamentos sociais impostos, principalmente, pelos meios de comunicação.

Assim, a definição de beleza sai do campo da particularidade, como já foi descrito acima e conf igura-se como uma construção social. E a centralidade do consumo em nossa sociedade, leva o homem a se destituir da particularidade - capacidade de refletir o mundo (HELLER, 1970) - e aguça o individualismo, nocivo a sua própria existência sócia l.

A glorificação do consumo se acompanha da diminuição gradativa de outras sensibilidades, como a noção de individualidade que, aliás, constitui um dos alicerces da cidadania. Enquanto constrói e alimenta um individualismo feroz e sem fronteiras, o consumo contribui ao aniquilamento da personalidade, sem a qual o homem não se reconhece como distinto, a partir da igualdade

entre todos (SANTOS, 1987, p.35).

Desta forma, na sociedade de consumo, o utilitarismo" das coisas fomenta um individualismo e uma desapropriação da capacidade de abstrair o objeto. Tal abstração fica reservada a atividade científica. A exigência de ações pragmáticas, na vida cotidiana, obscurece e inopera a autonomia do processamento mental do indivíduo. Os condicionamentos sociais e as representações passam a direcionar, em sua maioria, o comportamento e a forma de pensar dos indivíduos.

## **A REPRESENTAÇÃO SOCIAL E A BELEZA**

O homem ao transformar a natureza através da atividade do trabalho, busca também compreender leis que regem o seu funcionamento. Utiliza-se da faculdade da razão e da abstração do real para apreender os fenômenos naturais. Para esse movimento da decodificação do desconhecido ou do estudo minucioso do objeto, damos o nome de ciência. Explorar sobre o tema ciência não é o foco desse ensaio, porém podemos resumir que a atividade científica torna compreensivo o incompreendido.

No senso comum, também se busca uma compreensão do irreal ou do não compreendido, para isso se utiliza da classificação do objeto para torná-lo real. O processo de classificação consiste em comparar, nomear e rotular um objeto irreal com um real. Os signos e a imagem têm um papel substancial nessa transição. É através deles que emerge a representação do objeto. Ao se classificar o irreal, ocorre simultaneamente o processo de representação. Ou seja, a representação é um tipo de classificação e de rotulação que se faz do objeto.

Segundo Moscovici (2004), os objetos foram criados pelas mãos dos homens, percebemos esses objetos através do nosso sistema perceptivo e criamos representações em função dos estímulos emitidos pelos próprios objetos. Uma cor, um som passa a ser representação de algo e utilizamos da interpretação e dos signos - sinal indicativo, indício ou marca - para diferenciar uma representação da outra. Os signos têm papel central no entendimento da representação, ou seja, determina qual é a representação do objeto e o que ela representa.

Tais representações são os significados dados aos objetos, pessoas ou

acontecimentos, esses significados estão contidos nas ideias, nas mensagens, nas imagens, na cultura, nas normas e outros, são o resultado da elaboração mental da percepção e também se constituem em uma das principais funções da linguagem. Paradoxalmente, a representação não se reduz ao significado do objeto, ela o amplia e o classifica de acordo com a convenção grupal. O sistema cognitivo poderá ou não decodificá-las, porque o papel da representação é ajustar o incompreendido à realidade, o incomum tornar-se comum e tornar familiar não-familiar.

A palavra "beleza" nos remete à imagem ou a uma ideia do que é belo, essa ideia ou imagem pode estar associada a um objeto, a uma pessoa ou a um acontecimento, o significado da beleza expressa a qualidade do que é belo para todos os indivíduos, porém se duas pessoas forem definir um objeto belo, se utilizam do significado socialmente construído daquele objeto e da interpretação do conceito de beleza dado pelos indivíduos e, provavelmente, definirão a beleza do objeto de modo diferente, mas com alguns elementos sociais semelhantes.

Entretanto, é na conjugação da faculdade da interpretação versus a natureza histórica do objeto versus conjuntura social, que os sujeitos exemplificados, formaram uma representação da beleza, que se traduzirá em um conjunto de significados agregados a determinado contexto social.

Como em nossa sociedade, o contexto social centra-se no consumismo e no utilitarismo, a representação da beleza orientar-se-á pelo viés das relações estabelecidas nesse cenário. Essa orientação se dá em virtude da representação social se utilizar das funções de convencionalidade e de prescrição, concomitantemente, com os processos de ancoragem e de objetivação.

A *convencionalidade* é tornar algo definido, sintetizado e moldado ao referencial de um grupo de pessoas ou de uma sociedade. A convenção pode ser de qualquer ente animado e/ou inanimado, das pessoas e/ou dos fatos. A convenção permite separar a mensagem significativa da não-significativa, isso é possível em função da conjuntura social. Um som ou uma cor no sinal de trânsito, um gesto de "ok", ou um prisioneiro político, são exemplos de convenções sociais, que só tem validade para uma dada sociedade em uma determinada época. Segundo Moscovici (2004), existem infinitas convenções em nossa sociedade, cada qual representa algo, como nós pensamos através da linguagem (que é uma convenção), pensamos condicionalmente.

Mós pensamos através da linguagem; nós organizamos

nossos pensamentos, de acordo com um sistema que está condicionado, tanto por nossas representações, como por nossa cultura. Nós vemos apenas o que as convenções subjacentes nos permitem ver e nós permanecemos inconscientes dessas convenções (idem, 2004, p.35).

É possível tomarmos consciência de algumas convenções e superá-las, mas conforme Moscovici (2004), é impossível nos livrarmos das convenções por inteiro, porque vivemos em uma sociedade do condicionamento, e a mesma se impõe na nossa percepção e no nosso pensamento.

As representações também são prescritas, porque elas se impõem e determinam a ação ou o pensamento dos sujeitos. A prescrição está imbricada com a convencionalidade, pois as convenções são reproduzidas temporalmente nas gerações familiares. O sujeito ao nascer lhe é impingido a cultura, os valores e as normas sociais, que foram "transmitidas e são o produto de uma sequência completa de elaborações e mudanças que ocorrem no decurso do tempo e são resultados de sucessivas gerações [...]" (idem, 2004, p.37)".

Desta forma, as imagens e as ideias do passado re-atualizam no presente, as representações são re-pensadas e re-apresentadas controlando a realidade atual através do passado, nesse sentido são ideias autônomas que se transformam no curso da vida. Tais representações ou ideias assumem uma autonomia e uma pressão, cumulativas na história, que tornam a realidade inquestionável e invisível.

A beleza nessa lógica não existe por si mesma, ela é uma representação de um conjunto de convenção preliminar e impelida pela prescrição. Porém, a representação da beleza não é estática, porque ela é re-atualizada e re-pensada de acordo com o contexto sócio-cultural e económico de uma dada sociedade. A cristalização da beleza na atualidade se dá pela hegemonia económica e cultural dos países centrais, sobre os países pobres. O objetivo daqueles se confirma em um fortalecimento de um padrão de beleza que possa ser consumido e utilizado e simultaneamente impingido no imaginário social, engendrando "invisivelmente" uma supremacia cultural.

Contudo, a "individualidade" no julgo da beleza, está presente no momento que se tem opções de escolha de estilo e da escolha da forma dentro da imagem social construída temporalmente. Essa imagem processada no

sistema cognitivo é uma forma de representar o objeto e orienta-se na sociedade capitalista pelo consumo. Assim, a ideia relacionada a tal imagem flui de forma mecânica, a utilidade dos objetos impede uma reflexão aprofundada da sua representação, costumeiramente, a imagem não sofre uma reflexão passando a propiciar o que Moscovici chama de ancoragem - classificação-rotulação-objetivação-tornar-familiar-não-familiar.

Esses dois processos da representação têm a função de transformar a ideia desconhecida em imagem e por sua vez em realidade. A ancoragem categoriza e nomeia a ideia de acordo com um protótipo e a objetivação une a ideia desconhecida com a realidade, tornando-se elementos da realidade física e não mais do pensamento.

No momento que se classifica o objeto, o traz para a realidade, cria-se uma representação do mesmo e é dentro dessa representação que há o juízo do que é belo. Explicita-se nesse processo uma sensação de particularidade na definição do que é belo, visto que, ocorre uma invisibilidade do processo social. O juízo aparece como particular, escamoteando a construção social do conceito de beleza.

relegada a alguns grupos sociais, com um significado não mais preponderante da religião ou cultura, mas para classificar modo de comportamento ou expressar uma posição ideológica. A pessoa tatuada em sua maioria nessa sociedade carregava o estereótipo de marginal.

Na atualidade, a tatuagem difundiu-se na cultura de massa, presenciamos jovens, adultos e idosos tatuados, bem como várias lojas de tatuagem espalhadas pelas cidades. Contudo, a tatuagem pode ser de cunho religioso, cultural, ideológica e de beleza do corpo (estética corporal). Essa última denota também um estilo de comportamento e uma visão de mundo centrado no consumo. Assim, podemos dizer que a representação da tatuagem foi se modificando ou transformando.

A tatuagem sofreu uma mutação na representação, para alguns grupos significa beleza e modernidade, para outros marginalidade e para certas comunidades permanece o sentido cultural e religioso. Nesse exemplo, pode-se perceber que a representação não é estática, ela é produzida em um contexto temporal e com uma ideia definida. Porém, ela se dissemina para toda a sociedade e entre as sociedades, se re-atualiza e re-significa as funções da ancoragem e da objetivação. Todavia, esse processo não é aleatório a uma produção ideológica. A sociedade moderna está transformando, lentamente, a representação da ideia "primitiva" da tatuagem em um objeto de consumo, pilada no utilitarismo e no valor econômico.

## **A BELEZA IMEDIATA**

### Sintetizando Conceitos

Quando se olha uma pessoa e a acha bonita, existe um conjunto de características físicas, na mesma, que via percepção visual do observador gera uma interpretação e informa que aquela pessoa é bela. Nesse primeiro momento é comum afirmar que o observador ao achar o outro belo, foi devido a sua percepção e interpretação particular. A percepção particular que definiu a beleza? Ou anterior à percepção existe uma representação do que é belo para aquele sujeito?

Discutimos nos parágrafos acima a *proeminência* do utilitarismo e do consumismo nas relações sociais, a função da convencionalidade e da prescrição na manutenção das representações e os processos de ancoragem e objetivação que obscurecem a manifestação da representação. Através dessa

construção conceitual, ficou demonstrado que as representações são produzidas em uma sociedade determinada e carrega uma intencionalidade. Essa mesma sociedade através da sua cultura e dos valores e dos meios de comunicação dissemina a representação da ideia via os signos linguísticos.

Nesse sentido, a construção da representação da beleza, falsamente aparece como individual, mas é social. Contudo, o indivíduo é co-participante dessa construção. A representação da beleza, corporificada e disseminada à sociedade, também sofre um processo ao contrário, ou seja, a representação, produção social, passa a construir novas percepções, e essas percepções influenciam na nova construção das representações, então, temos a percepção da representação e a representação das percepções.

Esse mecanismo demonstra o processo dialético da construção das representações sociais e focando a beleza como uma representação, similarmente se verifica um processo dialético no padrão da beleza. As formas de manifestação da beleza historicamente sofrem uma transformação. O padrão de beleza do corpo feminino é um exemplo dessa transformação. A percepção da beleza feminina na Idade Média difere-se da mulher do século XIX, que por sua vez se difere do padrão de beleza do século XX.

Na atualidade, predomina o padrão de beleza da mulher branca, magra, loira e com os olhos claros, usuária dos produtos de cosméticos, das roupas de grife, dos artefatos eróticos e outros. A beleza carrega junto consigo o utilitarismo, o valor económico, o status e o imediatismo das coisas. Séculos atrás se tinha como padrão da beleza do corpo feminino a mulher obesa, hoje o padrão de beleza do corpo feminino é a mulher magra e com seios grandes. A representação da beleza mudou com o advento da modernidade, assim como a produção plástica erótica dos produtos ligados a mesma.

O que define o que é belo ou bonito é a percepção de tal elemento, concomitante com a representação do mesmo. Essa percepção pode ser de carácter aparente (físico), ou latente (interior). Muitas vezes, ao perceber algo belo, após entrar em contato com tal objeto inanimado ou animado, é feita uma análise, cujo resultado altera o julgamento do olhar.

Esse julgamento é feito sobre o conjunto das características do objeto e tais características são os elementos motrizes da representação social do mesmo objeto. A possibilidade da escolha dos elementos que compõe a representação dificulta a compreensão. O que está sendo julgado não é a beleza e sim a representação que se formou dela e explicitando a ausência da

individualidade nojuízo de valor da mesma.

Exemplo, ao assistir-se um desfile de moda, se elege normalmente, uma modelo como a mais bela. Essa escolha não significa que as outras são feias, mas seleciona-se visualmente aquela que melhor representa as ideias da representação social da beleza moderna. Existe, no cenário da moda, uma representação da beleza daquele contexto artístico, sobrepondo a representação social da beleza. O sujeito ao escolher utilizará da interpretação das representações sobrepostas, pilada em uma experiência pessoal.

Como já foi discutido, a referência pessoal é determinada pelo contexto social, então, temos nesse exemplo a representação social da beleza subjugada à percepção dos elementos do cenário da moda. Uma está imbricada na outra e no ato da escolha há a apropriação do pensamento dos elementos das representações.

Por sua vez, a interpretação do pensamento e o resgate da memória são feitos vagamente em cada indivíduo. Cada qual produz em sua subjetividade, aspectos ímpares relacionados à percepção, à memória e à emoção; esses se conjugam de acordo com o modo de vida do sujeito, sua experiência com a manifestação da emoção, entre outros elementos da subjetividade.

Contudo, como a representação não é desprovida de um significado neutro, possui uma intencionalidade, a ideia ou significado que a mesma representa são orientados pela sociedade e apropriados pelos segmentos sociais.

O conceito de beleza produzido socialmente, entendido sob uma perspectiva sócio-cultural, é determinado pela flexibilização dos valores sociais, económicos e culturais, assim o belo formado em um etos regional se diferencia de um para outro, não sendo o mesmo para a população brasileira, nipônica, comunidade étnica africana ou comunidade étnica asiática.

Porém, apesar da diferenciação do belo entre uma cultura e outra, paradoxalmente, existe um movimento hegemónico de alguns países centrais de padronização da beleza.

Essa se estende ao todo e a tudo, desde os humanos até os objetos, te iri-se como exemplo: os desfiles de moda, os modelos de carro, casas, cachorros, a tipologia das ditas "personalidades" da mídia - atores, modelos, cantores, representantes políticos entre outros -, enfim um arsenal de coisas, que "coisificam" tudo ou tudo se torna padronizado, o que foge ao padrão não é mais belo, passa a ser o diferente, o exótico, o feio e outros adjetivos.

Nessa padronização da beleza é introduzida uma lógica de pré-julgamento da percepção. Agnes Heller, em seu livro "O Cotidiano e a História", comenta que o preconceito está impingido na própria cultura, quando não refletimos o nosso pensamento corremos o risco de pensar preconceituosamente. No momento que as pessoas são bombardeadas pelos meios de comunicação, pelas imagens e ideias determinantes do padrão de beleza, incute-se na subjetividade desses sujeitos uma nova forma de classificação do que é belo, impelindo-os a reestruturar essa imagem. A percepção passa a ser direcionada e focada, classificando tudo que olha, a partir de um crivo, não mais do sujeito. Caso esse sujeito não reflita o seu pensamento, pode estar reproduzindo involuntariamente o preconceito.

Notoriamente, não sendo desconsiderada a individualidade do sujeito nesse processo, mas os valores sociais, o status produzido por tais valores, permite inferir que a imagem que é construída das coisas e pessoas é uma imagem produzida ideologicamente, a qual norteia muitas vezes o juízo valorativo, sendo que o mesmo é muitas vezes orientado pelo utilitarismo e pelo consumo. Uma das funções da representação é obscurecer a intencionalidade da ideia ou imagem propagada.

O padrão de beleza, contido nessa imagem/ideia, impossibilita de imediato uma avaliação profunda do olhar do sujeito, ou seja, o mesmo é ancorado em nosso pensamento - processo de rotulação e categorização. A invisibilidade de percebermos esse processo de ancoragem da imagem/ideia de beleza, obriga-nos a perceber uma *beleza imediata*, que se configura em observar primeiramente o aparente, o superficial e o notório e concomitantemente, enquadrar o objeto em rótulos, classificá-los, padronizá-los. A *beleza imediata* é utilizada, predominantemente pelo meio de comunicação de massa para promover seus produtos.

Assim, a *beleza imediata* influencia no processo cognitivo - direciona e orienta a percepção, o pensamento, a memória e a emoção - ofuscando uma compreensão do objeto latente. Na vida cotidiana, a ação e a linguagem mediadas pela representação da beleza imediata explicitam os estereótipos, os estímulos e os preconceitos inerentes à própria cultura de massa.

Contudo, a reprodução da representação manifesta-se pela imagem, mas também pelos signos linguísticos. Como exemplo, pode-se observar os apresentadores dos programas televisivos, a tipologia física, a vestimenta e o

cenário induzem a formação de uma crença popular que aquele modelo estético é o padrão a ser seguido.

Para explicar melhor a reprodução ideológica por meio dos signos linguísticos, basta pronunciar a palavra "herói", a lembrança despertada, resgata ora os personagens dos filmes ou seriados, ora figuras de expressão política esocial não condizente com a realidade.

A imagem construída contém uma peculiaridade individual, mas está permeada por uma determinação social do que é belo, essa construção remete a outros desdobramentos na subjetividade do indivíduo. Portanto, o conceito de *beleza imediata* aparentemente óbvio, se configura em uma representação social, pois a todo o momento o mesmo é utilizado subjetivamente. A memória, a percepção e a emoção, nesse sentido, passam a ter um comando alheio a vontade do indivíduo, ainda que este faça uma reflexão das pessoas ou coisas, inevitavelmente passará pela *beleza imediata*, podendo ficar ou não enclausurado no imediatismo da percepção padronizada.

Deste modo, o bonito pode se transformar em feio e o feio pode se transformar em bonito, é nesse momento de transformação da imagem, em que se cria ou reproduz a estética, podendo ou não haver a superação da *beleza imediata*, produzida socialmente.

**RESUMO:** Este ensaio levanta um questionamento sobre a beleza imediata, compreendida como uma representação social da beleza na atualidade. Isso significa que a percepção das pessoas cria representações e essas representações modulam inversamente as percepções, há um processo dialético entre percepção e representação, uma interação e interfere na outra. Para dar conta desse processo dialético, discutem-se duas ideias: a primeira, é ,) delimitação do conceito de beleza; e a segunda, o conceito de representação social relacionado com a aceção da beleza imediata. A imagem que criamos das coisas são representações produzidas em um contexto social e temporal, através da ancoragem e da objetivação tornamos o irreal e não-familiar em real, nessa construção tendemos a padronizar e rotular as coisas, buscando uma simplificação dos processos mentais. Nessa lógica, a beleza imediata irradia na dinâmica do comportamento dos indivíduos via a padronização.

**PALAVRAS-CHAVE:** Representação Social, Cultura de Massa, Beleza e Consumo.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- DUARTEJÚNIOR, João F. O que é Beleza? 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Primeiros Passos, 167)
- HELLER, Agnes. O Cotidiano e a História. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- JAMESON, Fredric. A Cultura do Dinheiro: Ensaio sobre a globalização. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.
- MARX, Karl. O Capital. São Paulo: Edipro, 1998. (Clássicos, 287)
- MOSCOVICI, Serge. Representações Sociais: Investigação em Psicologia Social. 2 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.
- SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. São Paulo: Nobel, 1987

# **O CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA-UFRR**

## **INTRODUÇÃO**

A proposta inicial da presente pesquisa foi a de fazer um diagnóstico que envolvesse alunos matriculados, egressos e desistentes do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Roraima/UFRR a fim de conhecer melhor a realidade desse Curso, cuja evasão ocorre com muita frequência. Por motivos vários, a tabulação de dados não conseguiu avançar além da primeira fase, que corresponde aos alunos efetivamente matriculados. Os questionários foram elaborados pelos professores Cleber Batalha Franklin, Carlos Alberto Cardoso e Madalena Vange. A coleta de dados e a tabulação (com a utilização apenas do BrOffice.org Calc) foram realizadas pela professora Joani Lyra.

Pretendia-se, a princípio, atingir o total de alunos da lista emitida pelo Departamento de Ensino e Graduação-DEG, o que computava 171 estudantes matriculados. Não obstante, a realidade do dia-a-dia levou a participação de um número bem menor: devido à evasão e a não devolução dos questionários por parte dos alunos; da dificuldade dos estudantes em disponibilizar um tempo para preenchê-lo; porque havia muitos que estavam apenas escrevendo a monografia, dentre outros motivos. Assim

sendo, apenas 70 graduandos os preencheram e entregaram. A partir das informações obtidas, buscamos delinear o perfil do estudante de Ciências Sociais, bem como as principais dificuldades enfrentadas no dia-a-dia do Curso e as perspectivas sobre as oportunidades no mercado de trabalho.

## **PERFIL DOS GRADUANDOS DA UFRR**

Em relação ao sexo, predomina a presença masculina, de maneira que estes quantificaram 54,29%, contra 45,71% de mulheres. Essas informações contrastam com o fato de que, apesar do expressivo crescimento das mulheres no Ensino Superior na maior parte do País, a ponto do Censo da Educação Superior de 2004 ter indicado que 54,6% das matrículas nas Instituições de Ensino Superior-IES são de mulheres, este crescimento é menor na Região Norte, especialmente na UFRR.

No que se refere à idade, a maioria dos alunos de Ciências Sociais tinha mais de 30 anos, perfazendo 44,29% do total dos que preencheram o questionário. Em seguida prevaleceu a faixa etária situada entre 20 e 25 anos, com 35,71% dos estudantes. Houve ainda 17,14% com idade entre 26 e 30 anos e 2,86% entre 17 e 19 anos, apesar de o Curso ter uma turma de segundo semestre.

O vestibular da UFRR é anual e o estudante selecionado para Ciências Sociais e somente no quinto semestre opta entre as duas habilitações, Sociologia ou Antropologia, cujos departamentos são separados. Constatou-se, de acordo com a coleta, que 58,57% dos alunos que participaram da pesquisa haviam optado por Sociologia. Apesar da demanda por Antropologia ter sido de 27,14%, devemos considerar que nem todos já haviam definido a habilitação, fato deixado claro por 12,86% dos alunos que fizeram esse esclarecimento ao lado da pergunta, haja vista que não tinha sido dada possibilidade de resposta para aqueles que ainda não haviam optado. 1,43% deu outra resposta que não as sugeridas.

Ao cruzar os dados sobre habilitação e idade, verificou-se que 48,39% dos alunos com mais de 30 anos haviam decidido por Sociologia e 32,26% por Antropologia. Houve ainda 16,13% que estão procurando conhecer um pouco mais as duas habilitações para tomar uma decisão. Ressalta-se, no entanto, que um dos estudantes (3,23%) incluiu uma 3ª opção e a marcou, Ciência Política, mesmo não havendo essa possibilidade de escolha, ao menos até o

primeiro semestre de 2007. É possível que o ocorrido tenha se dado porque no Projeto Político Pedagógico, elaborado em 2003, houve a proposta de se oferecer em 2005 mais uma habilitação, Ciência Política, afora Sociologia e Antropologia.

Sobre a faixa etária entre 20 a 25 anos foi evidenciado que 60% optou por Sociologia e 28% por Antropologia. Outrossim, caiu para 12% o número de pessoas que ainda não fizeram a opção. O percentual de escolha para Sociologia se elevou para 75% na idade entre 26 a 30 anos, faixa em que o percentual da opção por Antropologia ficou em 16,67%. Houve 8,33% que possivelmente ainda estavam aguardando a conclusão do tronco comum para se definir. Entre os alunos na faixa de idade entre 17 a 19 anos, 100% pretendia seguir Sociologia.

Articulando os dados de acordo com sexo e idade obtivemos os seguintes resultados para alunos que fizeram opção por Sociologia. Entre os estudantes do sexo masculino 41,67% têm mais de 30 anos; 20,83% se situam na faixa entre 26 a 30 anos; 29,17% têm entre 20 a 25 anos e 8,33% estão na faixa entre 17 a 19 anos. No que concerne ao sexo feminino 47,06% têm entre 20 a 25 anos; 29,41% estão com mais de 30 anos; 23,53% se encontram na faixa entre 26 a 30 anos.

O cruzamento que considera a opção por Antropologia, apresenta os seguintes dados: Entre os estudantes do sexo masculino 50% têm mais de 30 anos; 12,50% se encontram na faixa etária de 26 a 30 anos e 37,50% têm idade entre 20 a 25 anos. Com relação as mulheres 54,55% estavam com mais de 30 anos; 36,36% têm idade entre 20 a 25 anos e 9,09% entre 26 a 30 anos.

Quanto ao ano de ingresso dos estudantes no curso de Ciências Sociais, 32,86% o iniciaram em 2006 e 28,57% em 2005, os maiores percentuais encontrados. Obteve-se, ainda, 8,57% com admissão em 2004, 17,14% em 2003, 1,43% em 2002 e 2,86% em 2001. O mesmo percentual anterior iniciou o curso em 2000 e o restante, 1,41%, no ano de 1997. Considerou-se ainda 4,29% que não responderam a pergunta.

Como fica claro, houve pouca participação dos discentes mais ndiantados *no* curso. Possivelmente esse fato se deve a que a maioria já está inserida no mercado de trabalho, o que os leva a constantes atrasos e indisposição para participar da vida da universidade. Para muitos essa atividade se restringe apenas ao ensino e como alguns professores se recusaram a tirar uns minutos da aula para aplicação do questionário, os

assistentes de pesquisa os entregaram para que fossem preenchidos e devolvidos posteriormente, fato que, em muitos casos, não se concretizou. Há de se considerar, também, que a evasão é uma realidade muito presente no curso, quase sempre relacionada as dificuldades do aluno trabalhador concluir com êxito as disciplinas da grade curricular.

Concernente ao motivo pelo qual o aluno escolheu o curso de Ciências Sociais, considera-se positivo o aspecto de a maioria tê-lo feito por identificação pessoal (41,43%), ou por interesse profissional e acadêmico (20,00%). É certo que não se pode descartar o índice daqueles que estão no curso pela falta de opção (8,57%). Na resposta para outros motivos que não os apresentados previamente (15,71%), as justificativas que surgiram foram as que seguem: "aproveitamento da grade curricular, devido à transferência de outra Faculdade..."; por ser noturno (destacado por três pessoas); "por acreditar que o curso proporciona uma melhor compreensão da sociedade e da cultura, dando ferramentas para transformá-la"; "para me conhecer melhor"; "conhecimento, cultura, interação com as pessoas"; "Disseram que era o melhor para mim"; "aumentar o conhecimento crítico pessoal". Apenas 4,29% respondeu que escolheu o curso pela menor concorrência e 1,43% como forma de acessar outros cursos. Não obstante, oito alunos (11,27%) identificaram mais de uma opção para a escolha do curso, sendo que para dois desses, ao interesse profissional e acadêmico, juntou-se a identificação pessoal com o curso. O último também associou os dois itens e acrescentou a possibilidade de acessar outros cursos, possivelmente após a conclusão do atual, já que se identifica com o mesmo.

## **DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS ALUNOS NO CURSO E NA UFRR**

Para identificar os reais óbices dos alunos no Curso, houve a necessidade de saber o que eles pensam, desde a formação dos professores, até as atividades acadêmicas realizadas fora da sala de aula. Assim sendo, foi previamente estipulado para as questões situadas entre 7 e 15, a seguinte pontuação: 1 para péssimo, 2 para ruim, 3 para regular, 4 para bom e 5 para muito bom.

O primeiro item analisado referiu-se a capacitação dos professores, o qual identificou que 25,71% dos discentes a consideraram muito boa e 60,00% a identificam como boa, possivelmente porque ainda havia muitos professores

sem doutorado. Há de se destacar aqui que atualmente a situação já está um pouco diferente do ano anterior, pois uma professora concluiu o doutorado; um professor foi aprovado no Doutorado Interinstitucional em Ciências Sociais e Relações Internacionais e já está cursando as disciplinas e o único que não tinha mestrado também foi aprovado e, se encontra na mesma situação.

Não há consenso sobre o ponto de vista quanto a capacitação do corpo docente, pois 11,43% a considerou regular e 1,43% ruim. Ninguém a teve como péssima, apesar de que 1,43% preferiu não se posicionar. Dentre os que a apreciaram como boa (60%), um ressaltou que estava levando em conta a média dos professores.

No todo, percebe-se que os professores são avaliados positivamente quanto à capacitação, haja vista que a política do Ministério da Educação-MEC vinha sendo a de proporcionar aos docentes das universidades públicas a oportunidade de se qualificar, visto que um dos critérios de atribuição de nota aos cursos, além de outros, se referia a esse aspecto.

Fala-se com certo cuidado sobre este assunto porque não se sabe ao certo como fica a qualificação dos docentes após a extinção pela CAPES, em 2003, do Programa de Qualificação Institucional-PQI, uma vez apoiava as missões de estudos e de trabalho voltados à formação de docentes de Instituições Públicas de Ensino Superior. Ele previa a vinculação de projetos conjuntos de pesquisa e pós-graduação entre equipes de diferentes regiões do País e de diferentes Instituições. A partir de então vinham sendo mantidos apenas os projetos em andamento.

Outra questão levantada se referiu aos recursos bibliográficos utilizados pelos docentes, o que em muito tem a ver com a capacitação (atualização) dos mesmos. Nesse item foi apreciado o material sugerido pelos professores como bibliografia básica e complementar, fossem apostilas, livros, revistas, entre outros. Mais uma vez a avaliação foi positiva por parte da maioria, quiçá por considerarem que a bibliografia não se distancia daquelas das universidades de outros estados e, talvez, em consequência das recentes aprovações dos alunos que saem do curso em seleção de mestrado de universidades públicas de outros estados. Assim sendo, são 51,43% os que avaliam como bom e 11,43% como muito bom. A despeito disso, se faz urgente saber o motivo que levou 30% os julgarem como regular, pois não ficou claro se eles consideram os recursos bibliográficos desatualizados, fracos, ou fora de conformidade com a disciplina, até porque houve quem o achasse péssimo (2,86%) e ruim (2,86%).

Outro item versou sobre a biblioteca. Quanto a esse quesito, poucos alunos ponderaram que as condições e acervo da mesma são bons, ainda que não se possa avaliar se levaram em consideração a recente ampliação do prédio e do acervo da biblioteca da UFRR. Dessa maneira mais de 60% do total considera que ainda há muito a se fazer naquele ambiente, levando-se em conta os índices a seguir: péssimo (8,57%), Ruim (18,57%) e Regular (35,71%). Restaram ainda 32,86% que a consideram boa e 2,86% que a avaliam como muito boa. 1,43% não se posicionou quanto a essa questão. Essa avaliação pode ser reflexo de um esforço por parte da atual administração em ampliar o acervo da referida biblioteca, a despeito das dificuldades orçamentárias, conforme pode ser percebido na notícia intitulada "Biblioteca e Programa de Pós-graduação recebem doação de livros", veiculada no site da UFRR no dia 26 de janeiro deste ano de 2007, que a seguir reproduzo:

A UFRR conta com novos exemplares de livros e revistas. A Biblioteca Central recebeu doações do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) e do ex-Reitor da Universidade de Brasília (Unb) Professor Lauro Morhy. Já o Mestrado Interinstitucional em Políticas Públicas que funciona na Universidade Federal de Roraima recebeu exemplares da revista editada pela coordenação do programa sediado na Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

O CLACSO enviou 81 títulos e o Professor Lauro Morhy doou 15 livros, sendo sete de sua autoria, e 27 revistas nas áreas de Economia, História e Educação de seu acervo particular. Os livros serão catalogados para serem disponíveis ao público na Biblioteca Central.

As doações feitas são fruto do empenho do Reitor Roberto Ramos. O Professor Cleber Batalha do Departamento de Ciências Sociais também se empenhou na solicitação feita ao Conselho Latino-americano de Ciências Sociais.

A solicitação de doações de livros através de ofícios encaminhados pela Reitoria tem contribuído também para a ampliação do acervo da Biblioteca Central.

Estamos empenhados nesta ampliação e somos

atendidos por entidades e autoridades para o crescimento do acesso ao conhecimento através de nosso acervo", afirma o Reitor. Já o Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas enviou 12 exemplares de revista ao curso de mestrado interinstitucional realizado com recursos da UFRR em parceria com a UFMA. A Revista de Políticas Públicas contém artigos de professores do programa e de outros especialistas na área sobre temas como trabalho e pobreza, desigualdade social, políticas públicas na América Latina, globalização e cidadania.

Quando indagados sobre os recursos pedagógicos, no que se refere as salas de aula, aos laboratórios, ao acesso à internet, entre outros, os alunos não foram generosos, haja vista que consideram as condições precárias a começar pelas carteiras desconfortáveis, conforme expôs uma das representantes do Centro Acadêmico de Ciências Sociais em reunião de apresentação parcial dos resultados desta pesquisa. Outrossim, seus diretores reclamaram das condições do laboratório de Ciências Sociais, pelo pouco número de computadores e pelos constantes defeitos técnicos e dificuldades de acesso a internet, posto que muitos dependem daquele recinto para fazer pesquisas, trabalhos e atualizações, conforme os dados apresentados mais adiante sobre o lugar de onde os estudantes navegam na WEB. Sobre os recursos 34,29% consideram ruim, 28,57% regular e outros 18,57% o apontam como péssimo. Diante de tais resultados fica difícil identificar o motivo que levou 12,86% considerá-lo bom e 4,29% muito bom. Um dos alunos não quis ou não soube avaliar esta questão, deixando-a em branco (1,43%).

O item seguinte averiguou sobre o apoio que a UFRR dá aos estudantes, tais como bolsa de trabalho e estudo, apoio psicopedagógico e assistência social. Há de se considerar aqui que as bolsas trabalho e de monitoria oferecidas pela UFRR não seduzem os alunos, visto que eles ganham menos de um salário mínimo e não têm auxílio transporte. Essa é uma realidade que não é diferente de outras universidades.

Uma vez que o curso de Ciências Sociais é noturno, a maioria dos estudantes prefere trabalhar oito horas diárias e ganhar ao menos o salário mínimo. A rigidez das regras para as bolsas no que se refere a outras atividades

remuneradas também dificulta que se opte por essa ocupação. A despeito disso, este não é um contexto isolado ao Curso aqui em questão, pois como foi exposto pelo professor do Departamento de Física, Roberto Câmara, na reunião do dia 19 de dezembro de 2006 no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão-CEPE, que aprovou as Normas para Execução do Projeto de Monitoria da UFRR, ocorre também com alunos dos cursos de Ciências Naturais.

O desconhecimento de tal oferta e a distância da realidade dos alunos trabalhadores da Universidade torna invisível o apoio materializado em forma de bolsa de monitoria e de estudo, de acordo com as informações levantadas. Outrossim, pode ser que nos resultados obtidos tenham sido incluídos itens que não são contemplados pela UFRR, como restaurante universitário e moradia estudantil. Fazendo as ponderações necessárias, tem-se que 20,00% dos alunos que preencheram o questionário acham péssimo, 28,57% ruim e 32,86% regular o apoio que lhes é prestado. Outros 14,29% julgam que tais préstimos são bons e 1,43% muitos bons. Houve, ainda, quem não respondesse à questão (2,86%).

Os resultados a que se chegou no quesito seguinte revelam que nem todos os estudantes têm informações sobre o desenvolvimento de pesquisas, ainda que no site da UFRR, no mês de fevereiro corrente, fossem apontados 64 projetos de pesquisa, sendo seis dos departamentos de Ciências Sociais e de Antropologia (dados desatualizados). Daqueles que responderam ao questionário, tira-se a seguinte conclusão: que eles desconhecem realmente, ou a maioria acha que o curso está deixando a desejar, haja vista que 38,57% considerou regular, 30,00% ruim e 12,86% péssimo o desenvolvimento desse tipo de atividade. A propósito dessa maioria, há aqueles que estão satisfeitos, pois avaliaram como bom (11,43%) ou muito bom (2,86%) o desígnio dessa atividade.

O item 13 revela o mesmo quadro de pouco entusiasmo quando os alunos foram indagados sobre as atividades de extensão. Possivelmente isso se reflete na pouca difusão e até mesmo na falta de divulgação no site da UFRR desse tipo de diligência realizada ao longo de todo o ano. Chegamos a essa conclusão após a busca, sem êxito, de um histórico desse tipo de atividade na página da Universidade. A falta de divulgação, em geral, é problemática em um momento que se investe muito em marketing institucional ou pessoal. Dessa forma, a maioria considera regular (42,86%), ruim (20,00%) ou péssima (14,29%) essa modalidade acadêmica. Tem-se, ainda, 4,29% dos estudantes

que não responderam a questão. Um pouco mais de 18% fizeram uma avaliação positiva (7,14 muito bom e 11,43% bom).

Ao apreciar o desencadeamento das disciplinas ao longo do curso de Ciências Sociais percebeu-se que as opiniões estão divididas, pois enquanto 45,71% dos estudantes o avaliam como regular, outros 38,57% o consideram bom. Nesse passo, chamamos a atenção a que um dos estudantes do 4º semestre questionou se o correto não seria utilizar o termo encadeamento das disciplinas. Concorda-se que talvez fosse mais justo, haja vista que encadear é ligar em cadeia, concatenar, acorrentar, prender, segurar, ligar em série ou coordenar, de acordo com o dicionário Michaelis. Porém, somos da opinião de que a questão não ficou obscura se observado que desencadear significa soltar o que estava encadeado, pois a cada semestre os alunos vão eliminando (soltando) um conjunto de disciplinas que faziam parte do todo que devem cumprir para se graduarem em Sociologia ou Antropologia. Os demais percentuais que aparecem neste item são pouco significativos diante dos dados já apresentados: péssimo (1,43%), ruim (7,14%) e muito bom (2,86%). Há outros 4,29% dos informadores que não se posicionaram nesta questão.

Quanto à apreciação do Projeto Político Pedagógico do curso, não deu para identificar, ao certo, se os alunos o desconhecem ou se consideram que o PPP não atende às necessidades atuais do curso, pois 50% dos que preencheram o questionário o avaliaram como regular, 8,57% como ruim e 2,86% como péssimo, além de outros 5,71% de discentes que não se posicionaram. Apreciando de maneira positiva, 30,00% o consideram bom, e 2,86% o reputam como muito bom.

No que se refere às habilitações em Sociologia e Antropologia, chamamos a atenção para o fato de a página do curso de Ciências Sociais fazer divulgação desse Projeto. Como o site é muito recente, o Chefe de Departamento de Ciências Sociais, professor Linoberg Barbosa, tem feito um esforço em difundir o mesmo, tanto que na reunião do Centro Acadêmico de Ciências Sociais, realizada no dia 18 de janeiro de 2007, insistiu com os alunos para navegarem na página do Departamento.

## **AVALIAÇÕES E PERSPECTIVAS DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

Atentando para a realidade de Boa Vista/RR, 57,14% dos estudantes matriculados em Ciências Sociais consideram que o curso, com suas

respectivas habilitações, não proporciona acesso ao mercado de trabalho. Isso ocorre possivelmente porque muitos de seus colegas egressos estão atuando em área distinta do bacharelado, o que é incompreensível se se consideram os problemas sociais do Estado: conflitos entre índios e não-índios; grande parte do território é indígena; Roraima é área de fronteira com dois países (Venezuela e Guiana); pouca oportunidade de emprego em Boa Vista, dentre outros.

Uma explicação possível é a de que a demanda existe, mas não há interesse por parte dos governantes locais em requisitar os profissionais de Ciências Sociais. Vale, ainda, contrastar que há uma parcela de alunos (41,43%) que considera que o curso proporciona acesso ao mercado de trabalho. Talvez falte organização por parte dos sociólogos e antropólogos formados na UFRR para lutarem para que as vagas que exigem a presença desses profissionais, não possam ser assumidas por quem não tenha a qualificação necessária. Exemplo disso é a ausência de movimentação em relação ao número de professores sem formação em Ciências Sociais que atuam no Ensino Médio como professor de Sociologia. Deixaram de responder a essa questão 1,43% dos estudantes.

O resultado seguinte surpreendeu, pois 21,43% dos educandos declararam já estarem atuando como profissionais na área das Ciências Sociais, situação mais comum nos cursos de Direito (pela atuação em tribunais) e de Medicina (em geral técnicos em enfermagem que decidem se qualificar), ainda que não tenha sido possível identificar de que maneira o fazem. A maioria declarou não exercer atividade nessa área (77,14%), o que já era de se esperar e, 1,43% não deu resposta.

Quando inquiridos se o curso da UFRR concede as ferramentas necessárias para o crescimento profissional, 61,43% dos alunos matriculados consideraram que sim, 34,29% discordaram e 4,29% não responderam à questão. Deve-se ter em conta, neste quesito o fato de que a maioria dos informantes não passou do 5º semestre e que, sendo assim, ainda não definiu a habilitação, possivelmente por não conhecerem suficientemente a realidade das duas habilitações.

A questão 19 do questionário avaliou as deficiências do Curso para a formação profissional do estudante de Ciências Sociais da UFRR, sendo apresentados seis itens para serem enumerados de la 6, conforme o menor ou maior grau de deficiência. Diante da dificuldade em tabular, optou-se aqui por avaliar separadamente item por item, o que dificulta uma comparação mais

estreita entre as diferentes áreas. Igualmente, deve-se considerar neste item que as opiniões não foram avaliadas levando em consideração a habilitação dos estudantes.

Como podemos ver no quadro a seguir, a Sociologia tem o maior percentual de dificuldade de grau 1 e a menor de grau 6, tal qual ocorre com a Ciência Política. Estas áreas foram respectivamente as que apresentaram o menor percentual de questão não respondida (15,71%). O problema é que não tivemos como chegar à resposta sobre que dificuldades são essas.

DEFICIÊNCIAS DO CURSO PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL  
(SITUE-SE ENTRE 1 PARA MENOR GRAU E 6 PARA MAIOR GRAU DE DEFICIÊNCIA)

	Formação Teórica em Sociologia	Formação Teórica em Antropologia	Formação Teórica em Ciência Política	Estatística	Elaboração de Projeto	Outras Áreas
Grau 1	25,71%	17,14%	20,00%	17,14%	24,29%	7,14%
Grau 2	12,86%	11,43%	17,14%	14,29%	7,14%	0,00%
Grau 3	22,86%	27,14%	22,86%	11,43%	17,14%	1,43%
Grau 4	14,29%	15,71%	8,57%	11,43%	5,71%	1,43%
Grau 5	7,14%	5,71%	4,29%	5,71%	8,57%	1,43%
Grau 6	1,43%	5,71%	11,43%	21,43%	20,00%	7,14%
SR	15,71%	17,14%	15,71%	18,57%	17,14%	81,43%

Quando avaliada a disciplina Antropologia, percebeu-se um menor percentual para o grau 1 (tal qual Estatística) e um maior percentual para os graus 3 e 4. Não obstante, constata-se que esse resultado não se distancia muito daqueles obtidos para Sociologia. É evidente que dificuldades sempre vão surgir, seja no caso de Sociologia ou Antropologia, pelo fato de haverem diversas disciplinas a serem estudadas nesses cursos e de o aluno sempre ter mais afinidade com algumas e desafeição para com outras, bem como porque quase sempre a preferência pelas disciplinas está relacionada ao apreço pelos professores.

No que concerne a disciplina Ciência Política, chama a atenção o fato de apresentar o maior percentual de grau 6 (11,43%) e o menor de grau 5 (4,29%) entre as três disciplinas de Ciências Sociais. Aqui se deve atentar para o fato de não haver habilitação em Ciência Política no curso de Ciências Sociais da UFRR, o que pode deixar a sensação de que haveria mais a conhecer, em vista de uma carga horária menoremquaisquerdas duas habilitações existentes.

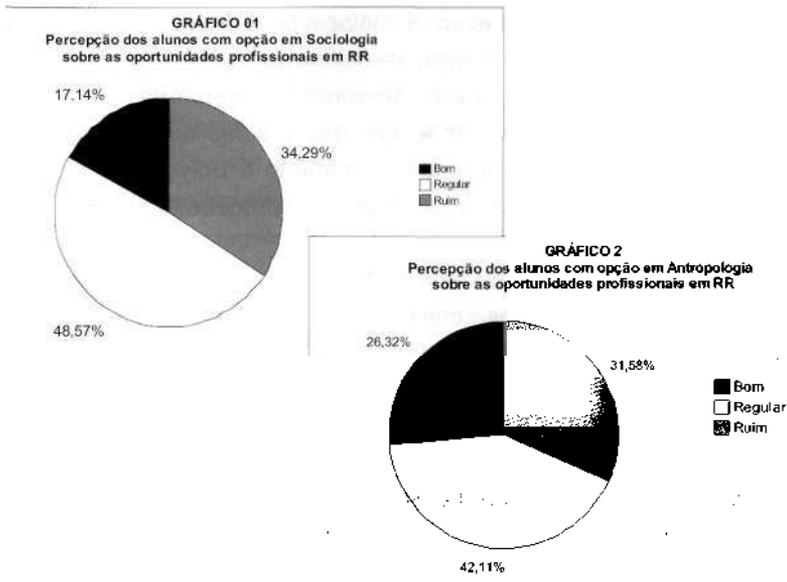
Se for considerado que em geral os estudantes da área de humanidades têm dificuldades nas disciplinas que exigem cálculo, não foi tão elevado o número daqueles que atribuíram grau 6 à estatística (21,43%), que teve o grau mais elevado entre os elementos aqui apreciadas. Verificando-se os questionários detecta-se que o grau de dificuldade se elevou mais para os alunos que estão há mais tempo no curso, fato a ser esclarecido em uma próxima pesquisa..

Buscou-se, ainda, descobrir se os estudantes têm dificuldade em elaborar um projeto de pesquisa. As respostas dadas a esse item apontam no sentido de que os alunos são direcionados a elaborá-lo somente a partir do 5º semestre. Apesar de haver uma disciplina de metodologia no início do Curso, como não é específica para tal aprendizado, haja vista que atende a necessidade dos alunos na diferenciação entre senso comum e ciência e na formatação dos diferentes tipos de trabalhos científicos, ela não cumpre a finalidade acima referida. Assim sendo, 20% dos estudantes identificou um grau 6 para o desenvolvimento dessa atividade.

Sobre outras deficiências que não os itens citados, os alunos destacaram as seguintes: apoio psicopedagógico e assistência social; aulas práticas; orientação dos professores; pesquisa; desenvolvimento de textos científicos; avaliação de desenvoltura do aluno; didática e metodologia dos professores; projeto pedagógico e elaboração de monografias.

O ponto seguinte buscou avaliar a percepção dos educandos sobre as oportunidades profissionais em Roraima. Do total dos que responderam ao questionário, apenas 18,57% são otimistas quanto aos ensejos de trabalho no campo das Ciências Sociais neste Estado. Possivelmente eles constatam que hoje as oportunidades existem, mas as vagas não são ocupadas pelos profissionais da área. Outro fato é que, quando se fazem presentes, a remuneração está muito abaixo das expectativas, situação que levou 42,86% a considerarem as oportunidades regulares. Outros 38,57% fazem o curso já desencantados com a possibilidade de conseguirem emprego na área após conclusão do curso.

Quando particularizamos a avaliação de acordo com a habilitação, os estudantes de Antropologia se mostram mais esperançosos que os de Sociologia, de modo que, enquanto 26,32% dos primeiros consideram as oportunidades boas, apenas 17,14% dos segundos tem a mesma opinião, conforme pode ser constatado nos gráficos a seguir.



Hoje, um aspecto positivo para uma demanda segura no campo das Ciências Sociais diz respeito às exigências das disciplinas de Sociologia e Filosofia no Ensino Médio. Há mais de uma década já havia um Projeto de Lei que tratava de tal obrigatoriedade, mas havia sido vetado no Governo do ex-presidente e sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que argumentava que faltavam professores para cumprir a futura demanda. Em 2004, quando foi realizado um levantamento sobre os egressos nas duas áreas, constatou-se que se formaram 245 profissionais em Filosofia no País, com opção em Licenciatura. Outrossim, o MEC não conseguiu levantar o número correspondente para Sociologia com opção em Licenciatura.

Não se deve ignorar que há precedência para o ensino obrigatório da Sociologia, pois mesmo que muitos desconheçam, esta foi matéria obrigatória entre 1925 e 1942, quando se tornou optativa, ainda que várias escolas continuassem a oferecê-la. Assim sendo, no mês de março de 2006, foi votado e aprovado o Parecer CNE/CEB nº 38/2006, que trata da inclusão obrigatória das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo do Ensino Médio. Alerta-se ainda que, em dezenove estados, incluindo Roraima, o ensino dessa matéria era obrigatório nas escolas públicas. Agora estende-se, também, as escolas particulares.

Formar-se em Bacharel em Sociologia ou Antropologia não é suficiente para o egresso fazer concurso para a disciplina do Ensino Médio ou mesmo para assumir a função com contrato temporário. A Lei exige a formação em Licenciatura em Sociologia, habilitação que o curso de Ciências Sociais da UFRR não disponibiliza no momento. Somente a Universidade Estadual de Roraima/UERR oferece essa opção. Ademais a primeira turma ainda vai iniciar o curso neste ano de 2007.

No intuito de saber se há uma quantum de alunos com intenção de cursar licenciatura, um dos itens do questionário indagou se eles têm esse interesse. Evidenciou-se que 70,00% deles têm solicitude pela mesma na UFRR, já que para ocupar as vagas de trabalho criadas pela obrigatoriedade da disciplina é necessário criar a opção, caso contrário irão continuar sendo ocupadas por profissionais que não são da área. Houve, ainda, dois alunos que não responderam a questão, possivelmente por estarem em dúvidas sobre essa possível oferta. Constatou-se, naquele momento, que 28,57% dos estudantes estavam convictos da escolha, não pretendendo acrescentar mais essa habilitação. Apenas 1,43% não se posicionou sobre o assunto.

Perguntou-se também aos discentes se eles recomendariam o curso de Ciências Sociais da UFRR a outras pessoas, com o propósito de mensurar o grau de satisfação com o Curso que vem sendo oferecido. A grande maioria, ou seja, 87,14%, se mostrou satisfeita, pois o indicaria a outras pessoas. Ainda que tenha havido 11,43% dos alunos que não recomendariam, dois destes consideram o curso ótimo, mesmo que um diga que precisa melhorar em vários aspectos, sem citar quais, e o outro expressar que apesar de crescer em conhecimento "não há esperança de emprego". Uma terceira pessoa não comentou a qualidade do curso oferecido mas afirmou que "boa parte dos alunos de qualquer curso superior só o faz visando o mercado de trabalho. Então, não havendo mercado de trabalho para tal curso que sentido faz concluir um curso no qual não lhe dará oportunidade de trabalho".

Outro aluno comentou apenas da necessidade de Licenciatura para o estado de Roraima, haja vista a demanda para o Ensino Médio, mas não diz porque não recomendaria. Uma quinta pessoa diz que não está apta para julgar porque veio de outro curso e faculdade. Ainda assim, acrescenta que "falta comprometimento na relação (Dep/DEG) no sentido de uma maior articulação para resolver interesses do aluno (base de toda Universidade)". Acrescenta ainda que espera que "após esse levantamento se chegue a um critério mais

rigoroso e com uma melhor organização interna do Departamento de Ciências Sociais". Dois outros alunos apesar de não recomendarem, não fizeram nenhum comentário. Ressalta-se que os dois são muito recentes no curso (entraram em 2006), assim como pretendem se habilitar em Sociologia e que têm idade entre 20 e 25 anos. O último dos que não recomendariam o curso da UFRR fez o seguinte comentário:

Bom, o curso de Ciências Sociais, eu acho muito enriquecedor na medida que dá um amplo leque de opções, diferentes áreas de atuação, abrangendo as três áreas (Sociologia, Antropologia e Ciência Política). Se o curso proporcionasse o trânsito nas três áreas até o fim do curso seria, ao meu ver, melhor, pois teríamos esse leque bem maior. Na medida que se fala do trabalhador que desempenha várias funções (Esse é, e virá a ser o profissional do futuro'), não mais aquele especialista fechado no seu campo de conhecimento, então o curso não oferece essa oportunidade até o fim do curso, onde (sic) os alunos tem que, no quinto semestre, decidir para qual campo vai. Deixando na habilitação do curso, o início dessa especialização que não cabe mais.

Sobre o mesmo assunto, registra-se que 1,43% (uma pessoa) não respondeu a pergunta. Isso não é um fato isolado, pois como se verifica ao longo da apresentação dos resultados desta pesquisa, houve quem se sentisse inseguro em responder grande parte das questões, sobretudo aquelas de exigiam um posicionamento pessoal.

O Centro Acadêmico de Ciências Sociais pediu a inclusão das perguntas seguintes com o intuito de averiguar os possíveis óbices que os estudantes enfrentam em relação ao acesso, ao material de estudo e ao uso de computadores para elaboração de trabalhos e navegação na Internet. Acrescentou ainda que este último item é um meio necessário para atualização e pesquisa. Dentre os possíveis motivos de dificuldades na aquisição do material de estudo, o segundo item versou sobre a utilização de xerox como meio de permitir o acesso ao material bibliográfico. Não obstante, algumas observações devem ser feitas: a primeira é que a prática de xerocar material

não é corriqueira somente na UFRR, mas em todo o ensino superior do País; a segunda é que, atualmente, a mídia tem veiculado com frequência notícias que afirmam que a prática do xerox, sobretudo quando se copia uma obra por inteiro, é crime. A despeito de outras opiniões, o advogado Sandro Alves Tavares afirma que existe uma diferença de visão para a esfera civil e penal sobre o ato desfazer cópiade um único livro. A seguir reproduzimos o comentário:

Cada vez mais pessoas - principalmente estudantes - tiram xerox de partes ou de um livro completo. Os motivos são os mais diversos: o xerox chega a ser três vezes mais barato que comprara obra em uma livraria; a ausência ou número insuficiente de bibliografia nas bibliotecas de uma universidade; a rapidez na cópia de um livro; a necessidade de lersomente alguns capítulos; é o professor que deixa livro na loja de fotocópia para os alunos xerocarem, na famosa 'pasta do professor'... Mas o que a maioria dos estudantes não sabem é que reproduzir mais de dez páginas de obras literárias e artísticas é considerado crime, de acordo com o art. 5º, inciso VII, da lei dos direitos autorais (esfera civil). Xerocar capítulos ou um livro inteiro nem pensar. A pessoa que fizer isso pode ser processada por danos morais e materiais. "Somente pequenas partes, como uma, duas, três, até umas dez páginas - mesmo assim, para estudos, monografias, pesquisas científicas - não configuram afronta à Lei", diz o advogado Sandro Alves Tavares.

Mas, na esfera penal a situação é diferente. A partir de 2003, o art. 184, do Código Penal, introduzido por uma lei ordinária federal, exclui e permite que uma pessoa faça uma única cópia - para si mesma, sem fins lucrativos - de uma obra literária. A partir de duas cópias de um livro inteiro, a pessoa passa a ser um infrator e pode ser penalizada com reclusão de três meses a um ano, e o estabelecimento comercial pode ser fechado e o proprietário recluso por dois a quatro anos. {ZOCHE, 2007}

O mesmo advogado vê como solução para o problema enfrentado por editoras, estabelecimentos comerciais e estudantes, a permissão das fotocópias ou o Governo Federal diminuir os impostos que incidem sobre os livros, por ser inviável para a maioria dos estudante comprá-lo e de serem materiais imprescindíveis para a execução dos estudos. Outrossim, ele coloca o fato das próprias instituições de ensino não investirem na compra de bibliografias usadas pelos alunos e que quando o fazem, compram um único exemplar. Aponta ainda que esses fatos incentivam os alunos a xerocarem. Mesmo com todas as justificativas para a cópia ilegal, o advogado lembra que a lei existe e precisa ser cumprida.

Devido à distância entre Boa Vista/RR e o Centro-Sul, ainda não há uma prática mais acirrada de restrição ao uso das cópias como em outros estados. Apesar disso, é urgente a necessidade de se pensar uma alternativa para os educandos da UFRR, posto que as editoras estão atuantes no sentido de coibir esse uso no Ensino Superior, o que pode ser percebido na reportagem de Lúcia Martins publicada no jornal O Estado de São Paulo, publicada no dia 11 de novembro de 2002 com o título "Cópia de livros didáticos agora é caso de polícia".

Irritados com o não-cumprimento da lei de direito autoral em universidades do País inteiro, os donos de editoras estão apelando para a polícia para apreender cópias feitas sem autorização. Eles pretendem interromper a reprodução ilegal que causa prejuízo de R\$ 350 milhões anuais e está levando autores a desistir de escrever livros didáticos. Este ano, a Associação Brasileira para a Proteção dos Direitos Editoriais e Autorais (Abpdea) conseguiu que a Justiça determinasse apreensões em 30 instituições de ensino, o dobro das que ocorreram em 2001.

De acordo com os alunos, a possibilidade de xerocar o material de aula torna oportuno o acesso aos textos para 32,86% dos informantes. Há outros 18,57% que não dependem de cópia porque têm recursos financeiros para comprar os livros. Há, também, quem tenha dificuldade de lograr o material, mesmo diante da possibilidade de fazer xerox (30,00%), porque redonda em

gastos da mesma maneira que a compra de livros (ainda que sejam menores e tornar possível o acesso ao material, conforme a necessidade imediata). Ademais, é realidade que o curso de Ciências Sociais demanda muita leitura devido à sua base teórica, fato que torna inoportuno para 12,86% manter as leituras em dia. Duas possíveis alternativas são pouco utilizadas: somente 1,43% deles reutiliza material dos colegas e outros 1,43% toma emprestado o material da biblioteca. Houve ainda 2,86% que não se posicionaram na questão.

A última pergunta inquiriu sobre o lugar onde os estudantes de Ciências Sociais navegam na internet. Isso se deve ao fato de que somente utilizar provedor gratuito não resolve o problema de ninguém. É necessário o equipamento eletrônico (computador) e a linha telefônica ou outro meio que permita a conexão e navegação. De acordo com matéria do dia 07 de fevereiro de 2007, publicada no jornal Folha de Boa Vista, ao problema financeiro soma-se o analfabetismo digital. Isso pode ser comprovado pela dificuldade que os alunos têm em acessar os computadores quando chegam à UFRR, fato que em alguns casos incorre em defeito nas máquinas.

Ainda que já ocorra uma política de financiamento a taxas baixas, uma possível alternativa é que os governantes locais promovam cursos de computação que forneçam o conhecimento suficiente para operar os micros. Um agravante no caso de Roraima, segundo divulgou a mesma matéria, é que tais cursos são ministrados na época de campanha eleitoral, muitas vezes em troca devoto, e nem sempre aperfeiçoam os que realmente precisam.

No caso desta pesquisa, não há sustentação de que faltam equipamentos, mas pode-se afirmar que apenas 15,71% dos internautas acessam de casa e 7,14% do local de trabalho. É certo que caso o estudante não disponha de computador também em casa, muitas vezes deixa de acessar internet no final de semana, período que, em geral, usam para fazer os trabalhos escolares, inclusive pesquisas. Talvez esse seja um dos fatos que levam 12,86% a acessar a rede em *lan-house* ou *cybercafé*, lugares que exigem o pagamento por hora de uso.

Uma certeza que se tem com os dados é que a alternativa mais viável para os estudantes de Ciências Sociais é a navegação no ambiente da UFRR, pois 20% só acessam internet deste espaço e outros apesar de navegarem de outros lugares, também dependem dos laboratórios da UFRR (2,86% acessam internet de casa, do trabalho, da UFRR e de Lan-house; 4,29% de casa e da

UFRR; 7,14% do trabalho e da UFRR; 7,14% da UFRR e de *Lan-house*; 7,14% de casa, da UFRR e de *Lan-house*; 2,86% de casa, da UFRR e de *Lan-house*). Assim sendo, tornasse compreensível que os discentes se sintam prejudicados quando os computadores do laboratório de Ciências Sociais não estão funcionando adequadamente. Houve também 4,29% que navegam só de casa e do trabalho, 2,86% só de casa e de *Lan-house* e 1,43% de casa, do trabalho e de *Lan-house*.

## CONCLUSÃO

Como se pôde observar ao longo da apresentação dos resultados da pesquisa com estudantes que estão cursando Ciências Sociais, há um corpo discente maduro o suficiente para fazer suas escolhas e ajudar o curso da UFRR a se tornar referência na Região Norte. Muitos dos aspectos identificados são positivos para o crescimento do Curso, entre os quais o fato de que grande parte o escolheu por identificação pessoal; que não detectam maior gravidade no desencadeamento das disciplinas nas duas habilitações e que acreditam que os professores são qualificados o suficiente para fazerem parte do quadro de docentes da Universidade. Outrossim, apontam alguns aspectos nos quais o curso precisa melhorar, seja no que se refere ao ensino, pesquisa e extensão.

Ainda que extrapole o espaço do campi da UFRR, há de se destacar que se ressentem da falta de oportunidade no mercado de trabalho no estado de Roraima, até mesmo por acreditarem que pela realidade local há demanda crescente, tanto para sociólogos, quanto para antropólogos, mas que atualmente são preenchidas por profissionais de outras áreas.

A despeito dos possíveis óbices para entrar no mercado de trabalho na área de formação, eles confiam que após uma qualificação que exige uma carga de leitura extensa, dedicação e empenho na análise diária das incessantes mudanças ocorridas em nossa sociedade, saem do curso em condições adequadas para responderem como profissionais cujo o objeto de estudo é a própria realidade social na qual estão inseridos.

**RESUMO:** Este trabalho apresenta os resultados parciais de uma pesquisa realizada no ano de 2006 pelo Departamento de Ciências Sociais da UFRR, com o intuito de conhecer melhor seus alunos, bem como suas reais necessidades, prioridades e perspectivas. Seus resultados apontam óbices no desenvolvimento do Curso, mas a principal preocupação dos educandos incide

na falta de oportunidades de trabalho para cientistas sociais em Roraima. Outrossim, evidenciou-se a necessidade de uma maior divulgação no que tange à pesquisa e à extensão a fim de que os estudantes possam participar mais assiduamente dessas atividades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pesquisa. Estudantes. Ciências Sociais

### **REFERÊNCIAS**

FOLHA DE BOA VISTA. Parabólica. 07 de fevereiro de 2007. Disponível em <[http://www.folhabv.com.br/noticia.php?editoria = parabolica&Id = 19286](http://www.folhabv.com.br/noticia.php?editoria=parabolica&Id=19286)> Acesso em 12/03/2007

MARTINS, Lúcia. Cópia de livros didáticos agora é caso de polícia. O Estado de São Paulo. 11/11/2002. Disponível em < Acesso em 12/02/2007.12:56h.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Biblioteca e Programa de Pós-graduação recebem doação de livros. 26 de janeiro de 2007. Disponível em <<http://www.ufrb.br/noticial867.htm>> Acesso em 12/03/2007.

ZOCHE, Sílvia. Xerox de obras literárias. Disponível em <<http://www.acesa.com/consumidor/arquivo/seusdireitos/2005/04/14-xerox>> Acesso em 12/02/2007.12:46h

## **SOCIEDADE E SEGURANÇA: FORMAS DE ABORDAGENS POLICIAIS NA ZONA OESTE E LESTE DE BOA VISTA/RR**

Boa Vista/RR é uma capital considerada comum ao padrão brasileiro. No que se refere às classes sociais, não se difere de outras capitais do país, pois o processo atual de desenvolvimento dita parâmetros econômicos e sociais que a maior parte da população não alcança. Com isso, surgem as desigualdades, as exclusões, criam-se conceitos imaginários que ditam que certo lugar é melhor que outro. A sociedade boavistense segundo a imagem dita, é fácil perceber, está dividida imaginariamente pela Avenida Venezuela (nome dado a BR 174 que corta a cidade), em duas zonas, Leste (classe média e alta) e Oeste (classe baixa).

Nesse processo desigual de desenvolvimento se distinguem alguns pontos como: educação, pois as melhores escolas e os considerados melhores professores estão na Zona Leste; saúde, o Pronto Socorro Geral está na mesma zona; lazer, os grandes eventos são realizados nesse meio; assim como, as repartições públicas e os demais setores de maior relevância social. No caso da Segurança Pública não é diferente já que as sedes dos comandos policiais, tanto da Polícia Militar quanto da Polícia Civil, estão localizadas nessa zona.

Toda essa diferenciação social tem algumas implicações que afetam diretamente as formas de atuação do poder público.

No caso, principalmente a forma de atuação policial nas áreas supracitadas. Ao analisar a questão na visão do positivismo, livre de preconceitos ou paixões (DURKHEIM apud LOWY, 1991, p. 42). Esse intento, livre de preconceitos, se torna algo praticamente sem sentido para o agente de Segurança Pública, uma vez que o policial é também um cidadão que possui direito e deveres. A Segurança Pública entendida como poder do Estado, através da Polícia, segue os mesmos parâmetros sociais exemplificados acima, quando, por exemplo, chega a um determinado local da Zona Leste, centro da cidade, cujo tratamento do público e forma de atuação ocorrem com certa fineza e urbanidade, muitas vezes só no diálogo. Por outro lado, na Zona Oeste, por exemplo, nos bairros Silvio Leite, Silvio Botelho, Raiar do Sol e outros, considerados "periferia", a forma de tratamento e abordagem é totalmente diferente, pois se criou a mazela e o estigma de que ali é área de risco e que tal procedimento policial deve ser mais enérgico. Nesse caso, não se pode dá chance de reação, em tese, ao malfeitor, o qual muitas vezes é interpelado sem motivo justificado. Na abordagem o cidadão deve encostar-se à parede e ser procedida busca pessoa I sem questionar, sendo muitas vezes conduzido ao Distrito Policial da Circunscrição, por motivo irrelevante.

Definindo o papel da segurança no Estado "as instituições policiais são aquelas organizações destinadas ao controle social com autorização para utilizar a força, caso necessário" (BAYLEY, apud COSTA, 2004, p. 68). Nessa visão, o que leva o policiamento de Boa Vista a prejulgar que certa área da cidade é mais perigosa do que outra? Por que a forma de tratamento tem que ser diferenciada se os direitos, a princípio, são iguais? Será que a forma de tratamento policial não se torna também uma forma de exclusão social, usando assim, o artifício da "força policial" para controlar uma área já discriminada?

Segundo análise de Culson e Rídel (1979) a estrutura social é determinada pelos conflitos de interesses entre os grupos de indivíduos gerando mudanças. Pode estar centrada nesse contexto a situação do município, pois atual estrutura local favorece o interesse de poucas pessoas, uma vez que certa parte da sociedade se beneficia em detrimento da outra. Com isso, a forma de policiamento na capital acompanha o modelo de exclusões preexistentes. Observa-se que, se o centro da cidade e as áreas das circunscrições policiais são mais desenvolvidos, conseqüentemente são bem vistas, decerto o policiamento será mais efetivo e a forma de atuação será outra, com bastante urbanidade, o que deveria ser regra geral e não exceção.

A percepção da Área Oeste na visão da criminalidade tornou-se mais igualizada, contrastando-se a outra. Na Área Leste criou-se o conceito de comunidade, devido à condição sócio-econômica melhor, as pessoas são mais educadas, a maioria é bem informada e devem ser mais lutadas. Muitas vezes certas práticas delituosas que ocorrem no centro (idade são tidas como algo incomum, pois se criou a barreira quase que insuperável, de que é um mero acaso e, que o fato não acontecerá de novo, - In necessário esquecê-lo, ocultá-lo ou atribuir tal fato àquelas pessoas de menor poder aquisitivo, advindas da periferia.

Nessa perspectiva se inserem os meios de comunicação que omitem fatos negativos ocorridos na Zona Leste e quando esta vira notícia, na maioria das vezes mostra algo positivo. Um exemplo a se destacar é o Policiamento de rotina, tanto preventivo quanto repressivo, caracterizado nas abordagens em festas ou eventos. Ao chegar num determinado local da área leste, o pressuposto da ação é a cortesia, o bom tratamento e o respeito, sendo preciso acima de tudo, passar uma boa imagem, esse deveria ser o papel da Polícia em qualquer ambiente da cidade sem distinção. Se na área em questão precisar da ação policial e for preciso o uso legal da força, isso ocorrerá, mas terá que ser com o mínimo de tumulto, pois se entende que o público alvo nesse meio é diferenciado.

Não se pretende condenar o papel da Polícia na sua forma de trabalho e nem eximi-la de suas responsabilidades nas ações e abordagens, mas mostrar que há um "Poder Discricionário" dado aos agentes do Estado que está sendo usado de forma indevida ao lidar com o público de menor poder aquisitivo, devido a um "rótulo" criado nas corporações policiais, segundo o qual a periferia está repleta de "vagabundos" e "galerosos"<sup>2</sup> que desconhecem os direitos que têm. Para a Polícia, que está inserida nesse meio social, agir com esse poder de decisão que lhe é delegado é uma situação difícil, pois quando precisa usá-lo toma como base a estrutura social e não consegue executar sua ação com igualdade. Com isso, podem ser justificadas certas ações policiais em determinados setores da cidade, mas isso, não a exime das suas responsabilidades, no entanto, o prejudicado no final sempre é o cidadão da localidade.

<sup>2</sup>Denominação comumente utilizada para caracterizar os jovens que em grupos praticam atos de vandalismos em Boa Vista/RR.

Os policiais, tanto civis, quanto militares, bem como outros órgãos ligados à segurança pública, quando são instruídos para atuarem na sociedade recebem um preparo direcionado para agir de acordo com regras e princípios pré-determinados segundo a lei, posto que se formam nas academias agentes de Segurança Pública. O que se tem observado é que ao assumir a função o policial encontra uma realidade totalmente diferente, pois se depara com uma estrutura institucional defasada e uma sociedade estruturalmente desorganizada, onde já existem diferenças entre as classes sociais definidas neste, como setores Leste e Oeste. Visto dessa forma, nesse amplo processo de desigualdade, resta aos policiais se adequarem a um sistema já constituído. Mas é preciso rever conceitos, deixando, por exemplo, a visão de que certa conduta só será eficaz em certas áreas, instituindo a partir de então, um tratamento igual, dirimindo diferenças e sanando discrepâncias.

Isso implica dizer que não é papel só da Polícia como instituição de segurança, resolver problemas de políticas sociais e nem promover as mudanças necessárias, e sim todo aparato estatal. Argumenta-se então que a polícia no município de Boa Vista está apenas estruturada de acordo com os padrões sociais preexistentes, os mesmos que criam diferenças e demonstram uma visão de desigualdades. Nesse contexto resta à polícia o papel de aplicar a lei, mesmo sabendo que só haverá mudanças, em tese, com a reformulação da estrutura social.

Analisando a situação atual do policiamento, englobando a diferenciação das áreas e as formas de atuação, podemos dizer "que de um modo geral, a relação entre algumas instituições estatais e a sociedade, em especial os segmentos mais pobres, continuam sendo marcados pelo exercício arbitrário e muitas vezes ilegal do poder, a violência policial" (COSTA, 2004, p. 65). (Não se trata, nesse caso, necessariamente da violência policial na sociedade localizada na Zona Oeste, mas da forma de discriminação que denomina que ali é uma área "vermelha", conhecida no meio policial como perigosa e de risco. Ainda segundo Costa (2004, p.67) a solução não será o controle através do Princípio do Accountability, no qual "a ação dos agentes estatais, eleitos ou não, devem ser controlados e avaliados pelos cidadãos". Entendemos que a sociedade ainda não está preparada para efetivar esse controle sobre os órgãos policiais.

Conforme noticiado no Jornal Folha de Boa Vista, a "Zona Oeste é mais perigosa, segundo levantamento da Polícia Militar" (12/03/2007).

Diariamente o Comando de Policiamento da Capital (CPC) elabora um relatório de ocorrências e segundo este, os crimes contra a pessoa têm incidência maior na área oeste. O suicídio, a ameaça, o desacato, a desobediência à ordem policial são os mais frequentes. Somente nos meses de janeiro e fevereiro deste ano ocorreram 11 homicídios, destes nove na zona oeste e dois na leste, Ocorreram no mesmo período 12 estupros, destes onze na zona oeste e somente um na zona leste. Essa variação de crimes influi bastante na contextualização do local, daí o pressuposto de ser uma área violenta, ainda que o controle não recaia em sanção espontânea e não seja resultante do próprio grupo, mas da Lei.

No que concerne aos caminhos a seguir para solucionar a questão da desigualdade, não se deve somente mudar o tratamento policial na Área Oeste, mas melhorar a condição sócio-econômica e o desenvolvimento do setor em questão, no mínimo para se igualar ao outro, investindo-se em projetos sociais, ainda que todo esse processo de desenvolvimento deva, a princípio, partir do poder público, acompanhado da participação da sociedade envolvida nesse processo.

Para amenizar as discrepâncias sociais e melhorar a forma de policiamento nas referidas zonas, como já exposto, o melhor caminho será o investimento na melhoria das condições sociais, principalmente focalizando a educação da Área Oeste, pois se percebe que nesse setor social as relações interpessoais se comparam a solidariedade mecânica:

Quando esta forma de solidariedade domina uma sociedade, os indivíduos diferem pouco uns dos outros. Membros de uma mesma coletividade, eles se assemelham porque têm os mesmos sentimentos, os mesmos valores, reconhecem os mesmos objetos como sagrados (Durkheim, 1985, p. 297).

Por outro lado há uma situação que diverge da solidariedade citada, uma vez que a rua também é o lugar do medo, uma vez que "existe uma recusa à rua, uma falência da cidade como local de interação: a rua é perigosa, deve ser evitada" (D'INCAO, 1994, p. 96). A Zona Oeste parece está passando por processo semelhante, onde muitas pessoas deixam de andar nas ruas em determinados lugares e determinados horários, pois se sentem inseguras.

Cabe o mesmo com relação às praças, que mesmo sendo bastante frequentadas não trazem sensação de segurança, observa-se a falta policiamento ostensivo eficaz e na maioria das vezes são dominadas por jovens ociosos que só geram violência e de certa forma excluem o cidadão de bem do lugar.

Para restabelecer a rua e a praça como espaço de liberdade e interação social, considera-se que só a educação juvenil poderia ser usada como forma de prevenção e o meio que se usaria para tal fim seria a escola. Assim sendo, todo esse quadro de retaliação das ruas e praças tem como ser revertido, pois é algo que pode ser controlado, e existem medidas simples como a prevenção, colocando-se efetivo policiamento ostensivo nesses lugares. Também, podem ser proporcionadas algumas atividades para esses jovens que se encontram na ociosidade e frequentam esses locais, por exemplo, jogos esportivos. São pequenas ações que se forem colocadas em prática podem mudar um cenário de violência e uma visão negativa existente do local.

Considera-se, portanto, conforme análise, que a responsabilidade de ação deve partir do governo ao criar base sólida que trabalhe as áreas citadas, operando projetos que beneficiem ambas as áreas, não direcionando a máquina administrativa em prol de uma zona em detrimento de outra. Com relação à segurança pública, deve-se realizar o trabalho policial eficaz, com a ajuda do governo, bem como buscar parcerias e soluções de desenvolvimento, posto que só assim, haverá mudanças positivas, mormente houver condições de trabalho, cursos de capacitação e treinamento específico de cidadania e direitos humanos para todos os profissionais.

Como pode ser visto, existem soluções para diminuir esse contraste social, se não mesmo extinguir. Assim sendo, um exemplo de policiamento que pode ser adotado é o comunitário que se trata da interação da polícia com a comunidade, desde que esta esteja efetivamente preparada para participar da gestão pública, adotando-a como filosofia, pois "o policiamento comunitário não é uma política pública de segurança, mas uma filosofia de policiamento. Basicamente, essa nova filosofia enfatiza a necessidade de um maior envolvimento da sociedade nas políticas de Segurança Pública, a fim de realizar um controle social democrático." (COSTA, 2004, p. 74).

Acreditamos que as medidas propostas, além da mudança no tratamento com o público, a interação resultante aumentará o conhecimento do agente público da questão social local e, conseqüentemente, a experiência

acumulada mudará a forma de atuação na zona estigmatizada e, quem sabe, nesse contexto social, servirá de propósito para mudança de outras áreas tão depreciadas como a Zona Oeste da área urbana do município de Boa Vista/RR.

**RESUMO:** O artigo trata da forma de policiamento na área urbana do município de Boa Vista em dois setores, denominados Zona Leste (centro) e Zona Oeste (periferia), da cidade. Faz uma avaliação geral da condição sócio-econômica e como tal condição implica diretamente na diferenciação e na forma de abordagem policial nesses locais. Relaciona a falta de estrutura policial e social na Zona Oeste (classe baixa), como um impedimento para o atendimento eficaz e igualitário a esse público. Defende a melhoria na educação e mais investimento público na Zona Oeste para dirimir as diferenças em relação ao setor leste (classe média e alta). Coloca a interação da polícia com a comunidade, por meio do policiamento comunitário, como uma das soluções para melhorar a ação policial no local.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociedade; Segurança; Policiamento.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- COSTA, Arthur T. M. Como as Democracias Controlam as Polícias. São Paulo, Novos Estudos, n. 70, 2004.
- COULSON, Margaret A. e RIDDELL, David S. Introdução Crítica à Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- D'INCAO, Maria Ângela. Modos de Ser e de Viver: a sociabilidade urbana. In: Tempo Social, São Paulo, v.4, n. 1-2. p. 95-109, 1994.
- DURKHEIM, Emile. As Regras do Método Sociológico. São Paulo: Nacional, 1985.
- GOMES, Loide. Zona Oeste é mais perigosa, segundo levantamento da PM. FOLHAWEB. Boa Vista, 12 mar. 2007. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia.php?id=20755>>. Acesso em: 02 nov. 2007.
- LOWY, Michael. Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1991.

# O MINICONTO E A SÉRIE FOTOGRÁFICA: A ARTE ENTRE A REPRESENTAÇÃO E O SIMULACRO<sup>2</sup>

## A ARTE DA REPRESENTAÇÃO AO SIMULACRO

Considerando-se que o debate sobre o papel que a realidade assume na literatura e nas artes em geral remete ao conceito clássico de mimese, parte-se de Platão e Aristóteles para introduzir a discussão sobre a representação. Platão foi o primeiro a tentar tratar do tema. A República é uma obra político-filosófica que procura explicar as relações sociais e entender o mundo que existe além das aparências, penetrado pela inteligência, constituído pela "essência de todas as coisas". Na obra, Platão aborda a literatura entre outras manifestações artísticas, entendendo que a poesia é uma forma imitativa de representar o mundo, e, portanto, afastada da verdade divina. Para ele, o valor estaria nas coisas verdadeiras, puras e originais. Neste sentido, as artes em geral são vistas como cópias sem valor. Aristóteles também entendia a arte como imitação da realidade, porém não atribuiu a esse fato um valor tão pejorativo. Para ele, a obra possuía valor estético, e o significado de imitação passa a ser o de "possíveis interpretações do real". A Poética é o primeiro tratado sistemático sobre o discurso literário. A imitação,

<sup>1</sup> Professora Assistente da UFRR. Mestre em Literatura Comparada pela UFRGS

<sup>2</sup> Tema da dissertação de mestrado *Intersecções Possíveis: o miniconto e a série fotográfica*, defendida em junho 2004, em que o miniconto *Continuidad de los parques* de Júlío Cortázar e a série fotográfica *Thirigs are queer* de Duane Michals foram utilizados como exemplos para esta discussão. Trabalho completo disponível no banco de teses e dissertações da biblioteca da UFRGS. (<http://www.sabi.ufrgs.br/>)

como atividade essencialmente humana, marcou as manifestações artísticas e foi definida por Aristóteles como sendo "modos de representação".

Ubiratan Paiva de Oliveira (1996), em sua tese de doutorado, afirma que a mímese aristotélica não se refere a uma cópia da realidade, mas a uma representação criada a partir de critérios próprios e que intenta produzir determinados efeitos, baseada nos critérios da verossimilhança e da necessidade, os quais fornecem a obra condições de criar sua própria verdade. Lígia Militz da Costa acrescenta ainda que, "para Aristóteles arte se afasta da ontologia e se transforma em fábulas. 'Mímese' e 'mimesthoi' deixam de significar 'imitação' para significar 'tornar visível', 'mostrar' não mais a verdade, o ser originário em seu caráter empenhativo, mas o possível, as possibilidades humanas" (COSTA, 1986, p.78). Trata-se, portanto, de uma organização de elementos reconhecíveis na realidade chamada de "verossimilhança". Mesmo sob forte influência dos filósofos gregos da Antiguidade e da corrente positivista que domina os séculos XVIII e XIX, a arte mostra que a linguagem humana é insuficiente para poder expressar a realidade.

A verossimilhança apresenta essa dupla possibilidade de manter uma referência ao mundo real e, ao mesmo tempo, transformar, criar a partir daquele modelo original sem reproduzi-lo. Desta forma, a obra de arte pode criar sua própria realidade, que poderá ou não conter elementos verdadeiros, tornando possível a utilização do elemento fantástico na construção das referências espaciais e temporais do texto. A presença e o equilíbrio destes elementos - racionais e irracionais - produzirá efeitos surpreendentes junto ao receptor, além de um deslocamento de percepção da temática abordada, tornando o texto provocativo e inquietante. Assim, verossimilhança corresponde não à verdade, porém ao plausível, de acordo com a organização interna da obra, podendo, dessa forma, tudo tornar possível dentro de uma lógica própria. A arte utiliza a linguagem para representar a chamada realidade, mas a linguagem é uma convenção de signos e códigos que possuem em sua própria natureza a limitação inerente a um sistema arbitrário. Portanto, "não só a obra de arte não tem por objetivo reproduzir a realidade dos fatos como, mesmo que o tivesse, estaria impossibilitada de fazê-lo, tendo em vista limitações inerentes a nossa condição humana, cuja própria linguagem revela-se insuficiente para expressar a realidade." (OLIVEIRA, 1996, p. 45)

A literatura, por sua potencialidade de significações, faz parte de uma teoria geral dos signos, mas é um fato de linguagem. O fenômeno literário

passa, assim, a ter sua própria significação. Seu sentido é inseparável da capacidade de representação, pois deve ser mais do que um documento de uma época e/ou local de produção. Ele é um discurso particular, a manifestação da concretização de uma estrutura abstraída. Desta forma se poderá falar em uma literariedade dentro de uma noção ampliada, já que o texto literário estará inscrito em um quadro histórico, já que o homem é um ser temporal, mas atentando também para a especificidade do fenômeno literário. Novamente se faz necessária uma reflexão sobre a questão da representação na literatura, não mais para saber quanto de verdade há na ficção, mas sim o quanto de ficção encontra-se nas verdades defendidas.

Pelo mesmo processo de reorientações dos conceitos passam as artes plásticas, pois o advento das técnicas de reprodução automática permitiu o registro de imagens de forma, a princípio, mais rápida e fiel ao objeto, provocando um questionamento do papel da pintura plástica e de seus trabalhos figurativistas. Conforme Walter Benjamin (1985), o advento da reprodutividade leva o campo artístico à discussão sobre autoria e sobre a importância do original. A possibilidade de, a partir de uma obra, se obter milhares de cópias iguais, contraria um dos valores tradicionais da arte desde o Renascimento, a autoria, acarretando a necessidade de uma mudança nas concepções de valor artístico, deslocando o foco da originalidade da coisa criada para a leitura do criador e do leitor. Em função disso, o próprio campo da fotografia se vê em debates na tentativa de definir suas possibilidades criativas até então pouco observadas.

A fotografia, portanto, apresenta um percurso histórico similar ao dos textos literários, na medida que sofre, ao longo do tempo, mudanças na forma de percepção de seus elementos referenciais. Philippe Dubois, no livro *O Ato Fotográfico e outros ensaios* (1999), identifica a existência de três momentos distintos na apreensão do fotográfico, ou melhor, três formas diferenciadas de pensar a fotografia ao longo de sua história. São elas: a fotografia como mimese, a fotografia como convenção/codificação e a fotografia como traço ou índice. Mais ou menos nessa mesma ordem, dentro de uma linha cronológica, tiveram cada uma delas sua vigência histórica. Isso não quer dizer, entretanto, que haja uma divisão estanque na linha do tempo; ao contrário, em muitos momentos houve a sobreposição de percepções. Seu trabalho mostra as mudanças sofridas pela forma como a realidade é administrada pelo artista e percebida pelo espectador ao longo da história da fotografia, característica que

determinou definições e embasou amplas teorias e análises a respeito da definição do gênero.

Todos esses movimentos e correntes teóricas libertaram cada vez mais a arte da relação explícita com o mundo visível. Se o importante era representar os estados de alma ou uma visão crítica da realidade, nada indicava que a melhor maneira de fazê-lo fosse através de imagens que copiassem essa realidade que se queria representar. O novo contexto levou à irreversível separação entre arte e aparência visível das coisas, entre arte e figura, levando à libertação do processo criativo e à conquista pela arte de seus próprios e exclusivos objetivos. Já na literatura isso se expressa através da busca de novas linguagens que permitam a livre expressão e dêem conta das diferentes formas de ver o mundo, provocando intenso experimentalismo, incorporação do cotidiano e da arte popular nas temáticas trabalhadas e valorização em termos artísticos do subconsciente e do inconsciente.

Como consequência desse processo, há a utilização do conceito de simulacro para designar a nova relação entre a realidade e a ficção. O simulacro é o conceito que se superpõe àquele que Platão cunhou. Neste caso, como pondera Rejane Pivetta de Oliveira:

(...) a imagem prescinde de referencialidade, pois é criada a partir de modelos de simulação, que instituem a realidade por si mesmos. Elimina-se, assim, a diferença entre o real e o ilusório, o verdadeiro e o falso, de modo que a representação passa a viver sob o domínio do código, que pode ser infinitamente reproduzido(...) (OLIVEIRA, 2003, p. 28)

Como um jogo, a obra se transforma em paródia dos valores de referência, de estrutura e de sentido, desarticulando a continuidade entre o pensamento e o mundo. Desta forma, seguindo o raciocínio de Rejane Oliveira (2003), o simulacro, ao contrário de mascarar a essência das coisas, desvela a fantasmagoria que sustenta a verdade, mostrando que a máscara é a condição de existência de todas as coisas e que a realidade é vivida como ficção.

É possível observarmos esse processo através dos gêneros miniconto e série fotográfica, pois as duas formas artísticas questionam, em suas estruturas estéticas, as mudanças de conceitos e paradigmas, pois são duas propostas

que apresentam uma nova forma de contar histórias, histórias estas não mais presas a referenciais fixos, reais, mas a elementos simbólicos e abstratos.

## **O MINICONTO HISPANO-AMERICANO**

A forma narrativa conto, que hoje conhecemos como um género literário, é originária do conto popular, que só mais tarde dividiu-se em conto folclórico e conto literário. O conto tem seu nascimento marcado fortemente pela missão de transferir um conhecimento de uma pessoa a outra. Possui, portanto, em sua génese, a missão de contar, de noticiar fatos ocorridos, de relatar acontecimentos passados, tendo, desta forma, uma íntima relação referencial com a realidade.

A história do conto está marcada, portanto, por essa relação com o contar. Porém, o conto literário não tem compromisso com o evento real, não é um documento. Isso pode ser observado na própria história do conto, que mostra a transformação que o critério da invenção sofre dentro do género ao longo do tempo: "antes, a criação do conto e sua transmissão oral. Depois, seu registro escrito. E, posteriormente, a criação por escrito de contos, quando o narrador assumiu esta função: de contador-criador-escritor de contos, afirmando, então, o seu carácter literário." (GOTLIB, 1998, p. 13)

O conto hispano-americano passa pelo mesmo processo. A América Hispânica sempre foi uma terra rica em lendas e tradições que fazem parte do imaginário popular, tanto de origem das culturas pré-colombianas, quanto africanas, formando um ambiente propício para o desenvolvimento dos contos populares. No entanto, o carácter plenamente literário do conto se desenvolve na sua melhor forma no séc. XIX com o Romantismo, deslançando com o Modernismo no início do séc. XX. A literatura anterior a 1940 tem como característica principal o regionalismo. A partir da década de 40, surge uma literatura que servirá de veículo às renovações estéticas que visam a superação da linguagem e dos moldes de tratamento realista no campo ficcional. Para Davi Arrigucci:

A característica essencial da tradição ficcional hispano-americana (quebrada só em poucos momentos antes de 40, como se verá), a ênfase sobre a função referencial do discurso, a busca da transparência textual capaz de

reproduzir, no universo da literatura, a realidade empírica de fora, vai aos poucos perdendo terreno, diante do destaque dado à própria realidade do texto literário enquanto tal, que se traduzirá num novo modo de encarar a linguagem, numa renovação da técnica narrativa e numa maior abertura à imaginação. Estes aspectos gerais da renovação se concretizam numa intensa poetização do discurso narrativo, num adensamento de sua opacidade, de sua literariedade, que, nos casos extremos, determinará a ruptura ou a dissolução dos géneros, aspirando ao texto poético total, exatamente nos termos em que Cortázar, já em 1948, no seu ensaio *Notas sobre la novela contemporânea*, colocara. Na verdade, essa revolução técnico-expressiva remete a uma nova visão do homem e do mundo, para a qual o realismo anterior, empenhado numa reprodução mais ou menos fiel da realidade sensível, aparece como um reflexo ilusório e, portanto, inaceitável. (ARRIGUCCI, 1973, p. 127)

A partir de então, o conto hispano-americano se desenvolve em número e qualidade, tornando-se um dos géneros de maior representatividade nos países de língua espanhola da América Latina, com autores conhecidos mundialmente, como Júlio Cortázar, Jorge Luis Borges, Alejo Carpentier, entre outros. Porém, para fazer um recorte na vasta produção dos contistas hispano-americanos, é no conto chamado Fantástico que se pode observar melhor o tratamento dado aos elementos não referenciais na criação literária.

Na literatura é possível encontrar elementos fantásticos nos contos de fadas da Antiguidade, em alguns relatos da Idade Média ou na novela gótica. Mas é a partir no século XIX que encontramos os primeiros estudos sobre a literatura fantástica. A literatura que se caracteriza pela superação dos modelos realistas do século XIX tem origem na Europa e vive seu apogeu nas primeiras décadas do século com os chamados movimentos de vanguarda. O fantástico se desenvolve a partir de um certo abandono da racionalidade que por muito tempo imperou com o propósito de explicar o mundo e o indivíduo. O imaginário entra na literatura como uma possibilidade de abordagem de elementos inquietantes e inexplicáveis da realidade. A crítica, na tentativa de

encontrar uma definição para a produção que se consolida, difunde os termos realismo mágico e realismo maravilhoso, muitas vezes usados de forma indiscriminada. Na América Latina, tanto a crítica quanto os autores em seus trabalhos ensaísticos tentam definir e situar a nova narrativa latino-americana de caráter fantástico dentro dos termos cunhados, tentando esclarecer seu significado e uso. Mas a diversidade de designações mostra bem a problemática de se tentar precisar o gênero, pois, mesmo o fantástico tendo como elemento fundador a problematização do natural e do sobrenatural, existe dentro do gênero uma série de nuances e variantes.

O que parece unânime afirmar é que a literatura latino-americana tem como uma de suas marcas de identidade a presença do elemento fantástico, o qual pode ser percebido na busca pela revolução da linguagem poética através da abordagem dos aspectos mágicos e irracionais do real, unidos à transformação da vida. Para nomear o desconhecido, transformando-o em uma manifestação de linguagem, vale-se da magia, vista quase como um sinônimo de poesia. Através dela, pode-se chegar ao maravilhoso, cujo lugar predominante é a própria linguagem que tem a capacidade de criar universos alternativos, um "outro lugar" que recusa a realidade mais imediata. Seria uma forma de ver o mundo que, no princípio, refletia a crença de que se atingiria o maravilhoso através do sonho, da loucura e da imaginação, mas que, com a evolução do conceito e as contribuições da psicanálise e do marxismo, passa a propor o entendimento do supra-real como algo imanente ao real.

Em todos os países hispano-americanos o conto é um dos gêneros que possui o maior número de produção. Desta forma, o conto latino-americano se transformou no veículo responsável pela disseminação e popularização do gênero um nível mundial nas últimas décadas. Em consequência deste desenvolvimento do gênero entre os escritores hispânicos, também o miniconto conquistou uma avançada tradição nestes países, destacando-se, principalmente, no México (Juan José Arreola, Augusto Monterroso, RenéAvilés Fabila), Venezuela (Luis Britto Garcia, Gabriel Jiménez Emán, Ednodio Quinteros) e na Argentina (Júlio Cortázar, Marco Denevi, Ana Maria Shua). Mas o fenômeno não se restringe à cultura latino-americana, como afirma Lagmanovich:

(...) el fenómeno se puede relacionar con una tendencia general de las artes en la modernidad: una inclinación a

eliminar la redundância, rechazar la omamentación innecesaria, abolir los desarrollos extensos y privilegiar, en definitiva, las líneas puras y la consiguiente brevedad. (LAGMANOVICH, 1994, apud LAGMANOVICH, 2003)

Esta tendência tende a influenciar todas as artes que se inserem neste contexto com raízes modernistas. O miniconto ganha força apenas na década de 50, tomando-se um fenómeno da narrativa breve, uma forma específica de realização do conto. Mas somente nos últimos anos são publicados trabalhos que estudem o miniconto como uma manifestação autónoma dentro da prosa contemporânea.

Na verdade, os trabalhos críticos sobre o tema ainda não encontraram a definição das características distintivas do miniconto e os resultados das tentativas que perseguem este propósito não são satisfatórios, pois incluem pontos que os caracterizam, mas que não os diferenciam do conto como género maior. Os trabalhos encontrados reforçam a convicção de que o miniconto só pode ser entendido dentro da evolução do género conto e com relação a outras formas breves. Mesmo assim, há aqueles teóricos que defendem a classificação do miniconto como um género independente, usando como argumento a constatação de uma crescente estabilidade da produção que chegou a ser objeto de projetos e publicações autónomos em grande quantidade, o que, para eles, indicaria a consolidação do género. Desta forma, o miniconto teria seu nascimento no interior do género conto, mas hoje se diferenciaria substancialmente dele. Outro grupo de estudiosos acredita que a discussão a respeito de seu pertencimento ao género conto não faz sentido quando se pensa no miniconto como um não-género, um espaço de cruzamentos, um híbrido. Neste trabalho será defendida a segunda colocação, acreditando que o mais importante é a observação das inter-relações possíveis entre diferentes géneros que o miniconto proporciona, sem a preocupação de uma determinação entre estas fronteiras. Pensando desta forma, pode-se considerar que o miniconto seria uma modalidade do conto, porém tendo em sua identidade um pertencimento marginal ao conto, já que habita a margem do género e inaugura um diálogo com as linguagens multimídiaehipertextual.

De qualquer forma, a natureza impura do miniconto é muito evidente. No plano temático, podemos observar que aqueles textos com temas mais

subjetivos acabam por se aproximar muito da poesia, já os textos com temáticas mais reflexivas se aproximam do ensaio; todos dialogam com as artes plásticas pela descrição concisa e apurada, com o foco agudo no ponto principal do enredo. Por estas razões, não é estranho observar a dificuldade que a crítica encontra em classificar estas obras dentro dos géneros consagrados, uma vez que isso só é possível quando se toma uma característica dominante para fazer a aproximação, tornando evidente a natureza híbrida destes textos e seu pertencimento a diferentes géneros ao mesmotempo.

Podemos pensar, portanto, que o miniconto, ao mesmo tempo em que se encontra à margem das formas convencionais do conto, está no centro das novas manifestações literárias da escritura contemporânea quando a nova ordem é minificar todas as formas de comunicação, congregando, através da condensação, o visual e o textual, o instantâneo e o narrativo, abordando o tempo e o espaço sob dois diferentes aspectos em um mesmo objeto de arte.

## **A SÉRIE FOTOGRÁFICA**

A necessidade de contar algo também é percebida formalmente nas artes plásticas na busca pela representação de um objeto ou de um tipo humano. A pintura por muitos anos cumpriu esse papel, até o surgimento da fotografia, que nasce para fixar sobre uma emulsão fotossensível a imagem de um objeto. O homem, não mais satisfeito com a representação do pintor, agora queria o olhar objetivo da lente fotográfica. A utilização da máquina como mediadora desta tarefa marcou o aparecimento da fotografia e favoreceu a realização de seu propósito, uma vez que, na sociedade capitalista do século XIX, a máquina era sinónimo de imparcialidade e de precisão científica. Acreditava-se que a fotografia determinava a alienação total do homem do processo de representação. Era como se o aparelho fotográfico possibilitasse à natureza auto-representar-se, como afirmam Helouise Costa e Renato Rodrigues:

Por essa razão a fotografia no século XIX foi considerada como mera cópia do real ou simples documento. O seu estatuto existencial era tido como científico, sua vida estética negada. Na sociedade racionalista do século

passado, em que a arte e a ciência viviam em universos distintos, a aceitação da cientificidade da fotografia impedia a percepção da estruturação ideológica da imagem, negando a intervenção do homem no resultado final do processo fotográfico. (COSTA e RODRIGUES, 1995, p. 22)

A preocupação com a documentação transparece na maior parte da produção fotográfica do século XIX, pois havia a intenção explícita de documentar o mundo e representá-lo em suas variáveis sociais e materiais. O espaço urbano e os tipos humanos foram os principais temas registrados. Pretendia-se, com isso, contar fidedignamente a "história". A fotografia nasce, portanto, com uma forte relação de referencialidade com o objeto retratado. Mas ao longo da história sua relação mimética com a realidade passa a ser questionada e leituras de cunho sociológico, antropológico e cultural apontam a parcialidade da tomada fotográfica. Hoje, teóricos entendem a evidente relação referencial como "traço de um real", quer dizer, uma ligação restrita a um único referente sem necessariamente haver uma analogia mimética. Seguindo essa corrente, Roland Barthes e Philippe Dubois desenvolvem seus trabalhos. Estes estudos procuram definir o ato fotográfico identificando suas características diferenciadoras das outras artes pictóricas e essas tentativas passam, necessariamente, pela discussão a respeito da representação. A abordagem do tema pouco a pouco vem se transformando: a natureza mimética da fotografia perde importância e a ligação com o referente passa a ser entendida como processo e não como fim. Hoje se sabe que através da imagem fotográfica se pode saber que "isso foi", mas não o que "isso quer dizer". A força referente não se confunde com qualquer poder de verdade. Há um deslocamento no entendimento do fotográfico sob o ponto de vista teórico, o mesmo que ocorre em sua produção e percepção.

O movimento de renovação da fotografia, que resultou na experiência moderna, ocorreu nas duas primeiras décadas do século XX. Tratava-se, justamente, de desconstruir a herança doutrinária da fotografia do século XIX, questionar os limites da utilização do aparelho, atualizar a percepção do homem e redefinir o potencial de transformação da arte. Nos anos 50, a fotografia chega aos museus e, nos anos 60, ela começa a frequentar as galerias de arte do circuito comercial, em um movimento que até hoje não se

completou totalmente no Brasil. Nas décadas de 70 e 80, sob influência das artes conceituais, a fotografia não só vivenciou seu apogeu como estatuto de arte, como também colocou em xeque seu traço identitário maior, sua função mimética, pois, como apontam Costa e Rodrigues, o "experimentalismo moderno veio desequilibrar a dinâmica figurativismo/abstracionismo. A partir deste momento, o real passa a ser apenas o estímulo inicial do fotógrafo, simples matéria prima a ser posteriormente manipulada" (COSTA e RODRIGUES, 1995, p. 98). A fotografia moderna se lançou em uma pesquisa de autonomia formal que a levou aos limites do abstracionismo. Um campo ilimitado abriu-se frente ao olhar atônito e voraz do fotógrafo moderno e sua atuação renovou, de modo surpreendente, a fotografia. No entanto, a intenção modernista teve que lutar contra a busca pela representação na fotografia que, afinal, não podia ser totalmente superada. Desse modo, o dinâmico figurativismo/abstracionismo foi tópico da produção moderna e teve como elo a produção fotográfica, definindo um tipo de sensibilidade específico.

A partir de meados dos anos 60, a fotografia passou a desempenhar função definitiva e material no universo da arte, ainda que os primórdios da experiência remontem ao período moderno. No Brasil, artistas pioneiros já exploravam, desde os anos 40, as potencialidades da fotografia na criação de imagens abstratas, geométricas ou oníricas, mas foi a partir dos anos 70, e, sobretudo, na última década do século XX, que a relação arte e foto tornou-se um dos princípios da arte contemporânea. Liberta da servidão documentária e funcional, a fotografia torna-se um agente poderoso para o olhar e as ideias poéticas, aberta à imaginação e ao extraordinário. É na arte que ela pode contrariar suas próprias origens e razões.

A fotografia, portanto, nos seus primórdios, foi constantemente questionada enquanto expressão artística em virtude da impressão fotossensível e da tecnologia "automática" que emprega, sendo considerada por muitos críticos pertencente a uma triste posição submissa de arte menor, uma analogia do real, mera reprodução da realidade. Mais do que um simples testemunho ou uma memória calcificada no suporte da prata sensibilizada, a fotografia, recentemente, tem aflorado nos museus e galerias como arte que tenta desgarrar-se da realidade por técnicas mistas junto com outras formas de expressão, como a gravura e a pintura. Uma das lições fundamentais que a modernidade deixou foi a de que a forma não precisa mais se sujeitar ao real, a ser simples representação do mundo. Distanciando-se de seu referente e

apresentando-se como puro fluxo do imaginário, as formas passam a ser livres para se "de-formar", se "re-formar", se "trans-formar". A fotografia passou, então, do mero registro automático da realidade para uma fonte de reflexão ao olhar. Ao quebrar uma lógica perversa de atrelamento ao real, essa prática fotográfica alçou a fotografia a um status singular na arte.

Nesta nova perspectiva estética, em que a fotografia passa a ser entendida como expressão artística, surge com maior força a série fotográfica. A série é uma forma de utilização da imagem fotográfica ainda mais vanguardista do que o tratamento dado à fotografia única, pois, além de utilizar a imagem de forma narrativa, isto é, essencialmente ficcionalizada na medida em que cria história através de imagens "reais" e "irreais" (montadas), introduz o elemento "interpretação" no processo de sentido da imagem fotográfica e trabalha com a noção de tempo narrativo. A série fotográfica conquista, além do estatuto de arte que estava reivindicando, também a possibilidade do uso de imagens fotográficas para composições ficcionais.

A série fotográfica pertence a uma tendência dentro das artes plásticas chamada de Arte Sequencial, que pretende, através de sequências de imagens, criar narrativas. Para Eisner, a Arte Sequencial é "uma forma artística e literária que lida com a disposição de figuras ou imagens e palavras para narrar uma história ou dramatizar uma ideia" (EISNER, 2001, p.05). Feijó acrescenta que:

Na Antiguidade, as narrações através da Arte Sequencial apareciam em tapeçarias, frisos, painéis, pinturas ou em alto-relevo, mosaicos, vitrais, etc. Seu objetivo não era apenas decorativo, mas também, e principalmente, registrar acontecimentos ou reforçar mitologias e crenças religiosas. (...) Na Idade Média, por exemplo, a Igreja usava e abusava da Arte Sequencial para divulgar episódios da vida dos homens santos ou histórias religiosas junto a fiéis de pouca educação formal. (FEIJÓ, 2003, p, 14)

Utilizada desde a Antiguidade, hoje o Cinema e a História em Quadrinhos são duas das formas mais difundidas e desenvolvidas da Arte Sequencial. O cinema, em seu desenvolvimento, ganha, mais tarde, os avanços digitais. Os quadrinhos com o passar do tempo se libertam de seu

traço cômico e criam os super-heróis. De acordo com Eisner,

(...) durante os últimos 35 anos, os modernos artistas dos quadrinhos vêm desenvolvendo no seu ofício a interação de palavra e imagem(...). A configuração geral da revista em quadrinhos apresenta uma sobreposição de palavras e imagens, e, assim, é preciso que o leitor exerça as suas habilidades interpretativas visuais e verbais. As regências da arte (por exemplo, perspectiva, simetria, pincelada) e as regências da literatura (por exemplo, gramática, enredo, sintaxe) superpõem-se mutuamente. A leitura da revista em quadrinhos é um ato de percepção estética e de esforço intelectual. (EISNER, 2001, p. 08)

A História em Quadrinhos tem grande aceitação de público até hoje, sendo, atualmente, a forma mais conhecida da arte sequencial impressa. A fotonovela é outra forma encontrada para desenvolver narrativas através da união entre imagem/texto que também teve bastante popularidade. É uma construção considerada mais popular, que trata de temas românticos e tem o enredo supervalorizado. Não utiliza o desenho como ilustração, mas da foto para a construção da sequência de imagens, e normalmente é impressa em forma de revista, sem muitas pretensões estéticas. Foi um gênero que surgiu na Itália na década de 40 e teve grande repercussão na América Latina nos anos 50 e 60, tendo sua história marcada pelos interesses comerciais e editoriais da época, que visavam grande número de público e pouco cuidado editorial. Acabou por ter sua construção estética esvaziada pela padronização de forma e conteúdo sofrida ao longo do tempo e perdendo leitores para a novela televisiva.

Podemos encontrar ainda, nesta mesma proposta, o foto-romance, que bebe destas duas formas primeiras de narrativas com texto-imagem, mas que pretende utilizar a construção da fotonovela (fotos e textos), porém apresentando temáticas mais críticas e fotos com conceitos estéticos diferenciados, ressemantizando instrumentos da cultura de massa. Migra da forma editorial mais efêmera, a revista, para a forma de livros e procura valorizar a qualidade estética da construção da imagem, tendo o texto funcionando como elo de sentido. Já na década de quarenta, o cine-romance -

redução do cinema à linguagem fixa dos quadrinhos - será o início de uma construção formal que deu impulso à fotonovela e, mais tarde, ao foto-romance, como afirma Manini:

Composto de texto escrito e fotografias - ou somente de fotografias - o foto-romance tem no escritor Benoit Peeters e na fotógrafa Marie-Françoise Plissart - ambos belgas - seus principais autores. Estes, ao longo dos anos oitenta, com a produção de oito histórias, foram constituindo o que hoje se denomina o moderno Foto-romance. (MANINI, 1998, p. 244)

No desenvolvimento da ideia de uma construção textual com imagens fotográficas, inicia-se a produção de textos narrativos construídos sem palavras. A partir de então, o foto-romance ganha novo impulso experimental. Considerado pela crítica como um gênero que vive ainda sua pré-história, o foto-romance explora a estrutura textual da narratividade através de seqüências fotográficas, abrindo mão, muitas vezes, da palavra como elemento narrativo e criando uma nova teia de sentidos textuais. Marcadores e referências, ideias de espaço e ideia de tempo aglutinam-se em significado, em narrativa, em história foto-romanceada. Manini completa:

Podemos pensar que a principal característica de uma seqüência fotográfica seja um certo sentido narrativo que seu conjunto deve transmitir, expressando a ideia de desenvolvimento da ação no tempo e no espaço; ela forma uma unidade onde as fotografias que a compõem são meras frações que, sozinhas, possuem um outro sentido discursivo, também fracionado, individualizado pela imagem que se apresenta só, isolada - preenchida, entretanto, de conteúdo. (MANINI, 1992, p.52)

No caminho percorrido desde a história em quadrinhos até a produção do foto-romance, encontram-se alguns precursores que já trabalhavam com a seqüência de imagens fotográficas, porém sem a extensão e complexidade narrativa posteriormente conquistada no trabalho dos belgas. Um destes precursores é Duane Michals, que com claras preocupações artísticas, publica, em 1981, seu primeiro trabalho nesta linha: *Correspondance*. É interessante chamar a atenção para o quanto de vanguarda existe em sua proposta, indo ao mesmo tempo de encontro à cultura de massa e seus apelos

populares e afrontando a ideologia fotográfica consolidada e respeitável.

A série fotográfica, género híbrido, vem para valorizar a montagem, o planeamento quanto a enquadramento e cenário, além de subverter a noção de tempo associado à fotografia, que era, até então, de redução, de corte, de congelamento de um instante. Passa-se, então, a se pensar na fotografia como tempo em forma de extensão, construído através do continuum temporal e espacial para que possa ser lida a construção narrativa.

## **INTERSECÇÕES POSSÍVEIS**

A rebelião que ocorreu nas artes, no que diz respeito ao tratamento dado à linguagem, decorreu da tomada de consciência de que a palavra ou a composição imagética não poderiam atingir as pretensões almejadas pelo cientificismo. Os novos procedimentos, que iniciaram no Romantismo e culminaram no Surrealismo, não só desmascararam essa visão aparente da realidade, como também transformaram o relativismo no próprio princípio da construção artística. A arte deixa de trabalhar com a representação como mímese da realidade e passa a entendê-la como simulacro: a imagem, a aparência como uma forma de realidade, não entrando em questionamento seu poder de verdade.

Frente às aproximações possíveis de se formular, observa-se que tanto o género conto quanto a arte fotográfica sofreram, ao longo do tempo, mudanças importantes em seus princípios epistemológicos no que diz respeito ao tratamento dado a sua matéria de trabalho. O conto, que tradicionalmente contava aquilo que de alguma maneira havia ocorrido, desloca-se e passa a contar o ato de contar ou os acontecimentos chamados fantásticos. A fotografia, que nasce justamente para satisfazer a vontade humana de retratar de forma neutra e imparcial a realidade, transforma-se em arte, e, portanto, subjetiva e, em seu grau mais extremo, abstrata, questionando frontalmente o princípio identitário que a diferenciava, inclusive, das outras formas de representação pictórica. Disso pode-se concluir, utilizando as palavras de Lúcia Santaella, "que o código hegemónico deste século não está nem na imagem, nem na palavra oral ou escrita, mas nas suas interfaces, sobreposições e intercursos, ou seja, naquilo que sempre foi do domínio da poesia". (SANTAELLA, 1998, p. 69)

Enfim, a arte moderna é um questionamento, ora violento, ora lúdico,

daquilo que a sociedade ocidental aceita ou define como arte, e uma interrogação sobre o próprio limite que separa a arte da não-arte. Muitos são os estudos que perpassam gerações de teóricos e filósofos na tentativa de definir estes limites, conseguindo apenas tornar evidente o entrecruzamento de diferentes manifestações artísticas até há pouco tempo separadas por definições de gêneros estanques e tipos de linguagens determinadas. A única verdade é a de que "o paradoxo é a sorte lógica do pensamento quando se ocupa do tempo e da linguagem". (NUNES, 1995, p. 78)

**RESUMO:** O presente trabalho tem como tema norteador a atualização da discussão acerca da definição do conceito de representação, a fim de mostrar os caminhos paralelos percorridos pelo gênero literário conto e a arte fotográfica na concepção de suas propostas epistêmicas. Através da busca das especificidades de cada gênero, pretende-se mostrar a natureza híbrida do miniconto e da série fotográfica, mostrando, através destas duas formas artísticas, a rebelião que ocorreu nas artes no que diz respeito ao tratamento dado a linguagem. As manifestações híbridas modernas deixam de trabalhar com o conceito de representação como mímese da realidade e passam a entendê-lo como simulacro, isto é, a aparência como forma de realidade, sem o questionamento quanto o seu poder de verdade. Observa-se que tanto o gênero conto quanto a arte fotográfica sofreram, ao longo do tempo, mudanças importantes no que diz respeito ao tratamento dado a sua matéria de trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gêneros Híbridos; Mímese; Simulacro

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

- ARISTÓTELES. A Poética. Porto Alegre: Globo, 1966.264p.
- ARRIGUCCIJR., David. O Escorpião enlacrado. São Paulo: Perspectiva, 1973. (Coleção Debates).
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutividade técnica. In: Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política. 4ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 163-196.
- COSTA, Helouise; RODRIGUES, Renato. A Fotografia moderna no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN:FUNARTE,1995.
- COSTA, Ligia Militz da. Mímese e verossimilhança: na poética de Aristóteles e na teoria da literatura contemporânea. 1986. 303 f. Tese (Doutorado em Letras) - PUCRS, Instituto de Letras e Artes, Porto Alegre, 1986
- DUBOIS, Philippe. O Ato fotográfico e outros ensaios. 3. ed. Tradução de Marina Appenzeiller. Campinas: Papirus, 1999. (Coleção Ofício de arte eforma).
- EISNER, Will. Quadrinhos e Arte Sequencial. Tradução de Luis Carlos Borges. 3. ed. São Paulo:

Martins Fontes, 2001.

FEIJÓ, Mário. Quadrinhos em ação: um século de história. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2003. ( Coleção Polêmica).

GOTLIB, Nácia Battella. Teoria do conto. 8. ed. São Paulo: Ática, 1998.

LAGMANOVICH, David. Hacia una teoria dei microrrelato hispanoamericano. Tucumán, Argentina: Universidad Nacional de Tucumán, s.d. Disponível em: <<http://www.iacd.oas.org/RIB%201-4%2096/lagmano.htm>>. Acesso em: 10 de agosto de 2003.

MANINI, Miriam Paula. Imagem, imagem, imagem: o fotográfico no foto-romance. In: SAMAIN, Etienne. Ofotográfico. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 244-258.

\_\_\_\_\_. O verbal e o visual no caso do foto-romance. 1992. 2 v. Dissertação (Mestrado) - UNICAMP, Instituto de Artes, Campinas, 1992.

NUNES, Benedito. O Tempo na narrativa. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.

OLIVEIRA, Rejane Pivetta de. Literatura, cinema e produção de simulacros. In: SARAIVA, Juracy Asmann (org.). Narrativas verbais e visuais. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2003. p. 27-41.

OLIVEIRA, Ubiratan Paiva de. Harold Pinter, cinema e literatura: os limites da realidade. 1996. 2 v. Tese (Doutorado em Letras) - UFRGS, Instituto de Letras, Curso de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, 1996.

PERINE, Marcelo (org.). Platão República. São Paulo: Scipione, 2001. (Reencontro Filosofia)

SANTAELLA, Lúcia e NOTH, Winfried. Imagem: cognição, semiótica e mídia. São Paulo: Iluminuras, 1998.

## ARTIGO

---

# MITOS E REALIDADES NA "ILHA DE GUAYANA": A AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS

O texto que ora apresento se trata do último capítulo de minha tese<sup>2</sup> (devidamente ajustado às normas exigidas para apresentação à Revista Textos & Debates), capítulo em que abordo a questão da "autodeterminação dos povos indígenas", com a finalidade de procurar esclarecer alguns pontos desta questão, quase sempre associada ao chamado "perigo da internacionalização da Amazónia", a meu ver, um dos grandes mitos políticos da contemporaneidade latino-americana.

Tenho considerado a questão da "autodeterminação dos povos indígenas" não só como premente necessidade de reafirmação cultural, mas, também, como um contraponto do discurso nacional das sociedades brasileira e venezuelana, especialmente as sociedades localizadas mais próximas à fronteira entre estes Estados Nacionais e, neste contexto, não faltam articulações de retóricas e invocação de alguns mitos políticos. Conforme aludo nas páginas que se seguem, pelo que representam hoje no conjunto dos agregados humanos, "os mitos políticos de nossas sociedades contemporâneas não se diferenciam muito, sob esse aspecto, dos grandes mitos sagrados das sociedades tradicionais" (Girardet, 1987).

Professor Dr. Substituto do Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB).  
"Trata-se da tese intitulada BRAVAS GENTES: cotidiano, identidade e representações. Terra Indígena Raposa/Serra do Sol e Parque Nacional Canaima. Ambiências de Boa Vista (BRASIL) e Cidade Bolívar (VENEZUELA) (1970 2005). Esta tese fo defendida no Departamento de História da UnB em 05 abr. 2006.

Vivem na referida região fronteira vários grupos indígenas, dos quais destaco dois de família linguística karib: os pemón, constituído pelos povos taurepang, arekuna, kamarakoto e makuxi; e os kapón, constituído pelos povos akawayo (ingarikó no Brasil) e patamona. Há, ainda os índios de família linguística arawak, os wapichana. Todas estas etnias (exceto os wapichana) habitam o Parque Nacional Canaima, localizado em território venezuelano, ao norte da Serra de Pacaraima e a área localizada no território brasileiro, ao sul desta, a Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRASOL). Há apenas um ponto de inflexão entre estas duas regiões, o Monte Roraima, templo sagrado destas etnias e morada do herói mítico Makunaima (segundo a mitologia pemón). Com relação à questão da buscada "autodeterminação" por parte destes povos, entre um e outro discurso se percebe a emergência de novos sujeitos histórico-culturais, formadores de um complexo identitário que, aos poucos, em função das trocas, cobra uma reinterpretação da categoria "nação", esta já não mais como entidade homogênea, como quer e anuncia o nacionalismo, mas, incluindo toda a diversidade étnico-cultural que, em seus desdobramentos, provoca os mais diversos conflitos e as mais violentas resistências, formando um modelo de unidade nacional complexo e diversificado.

A diversidade cultural implica, por outro lado, no fato de que é dela que advém o aperfeiçoamento humano; é justamente através do contato de umas culturas com outras que se realiza a própria condição humana. Esta não existe se não pelo sistema de comunicação e da troca entre grupos diferentes (Barbosa, 2001).

Quando me refiro aos novos sujeitos emergentes das trocas culturais lembro que estes já fazem parte de um novo contexto, onde já não há mais lugar seguro para a existência de certas práticas que, apesar de estarem amparadas em um arraigado discurso, aparentemente estão fadadas à diluição ou a resignificação.

Em suas formas atuais, desassossegadas e enfáticas, a globalização vem ativamente desenredando e subvertendo cada vez mais seus próprios modelos

culturais herdados essencializantes e homogeneizantes, desfazendo os limites e, nesse processo, elucidando as trevas do próprio "Iluminismo" ocidental (Hall, 2003).

Há, pelo que percebi a luz da pesquisa que realizei, alguns pontos considerados de forma diferente em um e outro plano, porém, há evidências que os Estados Nacionais brasileiro e venezuelano têm utilizado estratégias semelhantes para enfrentarem os problemas advindos das demandas dos povos indígenas, apesar das resistências peculiarizadas destas sociedades imigrantes. Insistentemente tenho me referido as tendências destes agregados humanos a terem suas culturas reavaliadas, em função da ascensão dos novos sujeitos culturais, com novas identidades que, fragmentadas e híbridas, são também móveis, ou seja, modificadas de acordo com a dinâmica cultural a que estão sujeitas e, com mais constância esta dinâmica configura um movimento no sentido periferia-centro.

Cada vez mais o tema da diferença cultural emerge em momentos de crise social, e as questões de identidade que ele traz à tona são agonísticas; a identidade é reivindicada a partir de uma posição de marginalidade ou em uma tentativa de ganhar o centro: em ambos os sentidos, ex-cêntrica (Bhabha, 2001).

A análise destes velhos problemas à luz dos novos paradigmas culturais cobra-me uma retomada na categoria "nação", pois, a partir da formação de uma nova consciência nacional, construída sobre os escombros do nacionalismo<sup>3</sup>, é que se espera a consolidação de novas práticas culturais, capazes de reavaliarem o papel do público e do privado no efetivo processo de desenvolvimento, onde há uma expectativa de uma reinterpretação dos direitos dos povos indígenas, partindo da ideia que, a autodeterminação almejada por estes grupos étnicos não é compatível com a tutela. "Nessa necessária reformulação das relações entre poderosos e dominados inclui-se também a necessária revisão das relações com os povos indígenas que devem

<sup>3</sup> Aproveito para diferenciar as categorias nacionalismo e consciência nacional, atribuindo a esta um caráter benéfico, em oposição àquele, cujo extremismo, ao longo da história, tem levado sociedades à divisões, exclusões, xenofobia, etc.

ter os direitos (...) garantidos sem truques nem ressalvas que desnaturem sua concepção original" (Barbosa, 2001). O antagonismo entre estas duas noções (tutela/autodeterminação) é um problema que tem de ser ultrapassado na *construção de uma nova nação, pluriétnica*. Procuo evitar a expressão "reconstrução", uma vez que esta pode ser interpretada apenas por uma "remodelagem" erigida sobre a própria raiz, ao passo que a "construção de uma nova" requer um rompimento substancial com as estruturas modernas, fortemente enraizadas no nacionalismo, muito embora haja autores que preferiram esta expressão. A tutela, na verdade não constrói o novo, mas, prepara-o para a extinção ou para a diluição que, a meu ver, é sinónimo de "integração". Nery utiliza-se do termo "reconstrução", porém, em momento algum deixa de ser menos enfático na questão da autodeterminação. Segundo ele,

reconstruir essa identidade que há quatro séculos está sendo destruída, revivendo tradições culturais e religiosas, buscando recuperar seu próprio código linguístico, buscando formas de se gerir economicamente de maneira que lhes for mais conveniente, enfim, buscando sua autodeterminação (Nery, 1987).

Somente desta forma se pode, a meu ver, pensar uma nova nação. No caso brasileiro,

a tutela da União sobre os índios é a materialização jurídica desta ambiguidade na relação Estado/povos indígenas. Existindo para proteger os povos indígenas de nossa sociedade - isto é, sendo formalmente uma garantia de simetria no seio de uma relação assimétrica (índios/brancos) - a tutela tem sido concebida pelo Governo como um instrumento de poder sobre os povos indígenas: poder de lhes calar a boca, de lhes diminuir os territórios, de lhes tolher os movimentos (Viveiros de Castro, 1983).

Com relação à tutela, acho importante a posição do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), quando ressalta que aparentemente "reduz o índio a uma condição humilhante de relativamente incapaz, como o menor, sendo ele membro de um povo milenar, naturalmente sujeito dos mesmos direitos que qualquer povo do mundo<sup>4</sup>" (CNBB, 1978). Cabe considerar aqui o trabalho da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) que, aparentemente, em relação ao modelo de assistência às comunidades autóctones, apesar de ser uma assistência com características de tutela, tem tido um grande progresso em relação aos anos anteriores à década de noventa do século XX. Naquele período a tutela foi a característica principal da assistência aos índios. Erwin Frank, antropólogo da Universidade Federal de Roraima, "considera precárias todas as ações desenvolvidas pela Funai. Aqui é pior devido a aversão que a sociedade do Estado tem pelo órgão indigenista" (Folha de Boa Vista, 2001). Segundo o estudioso, "chegou ao extremo das pichações *Fora Funai*. Dizer *Fora Funai* é o mesmo que dizer não queremos a Constituição Brasileira porque ela é um órgão federal" (id). Porém, percebo, à luz de meu trabalho de pesquisa, que esta instituição governamental já tem demonstrado em tempos mais recentes, com algumas ressalvas, uma maior atuação na efetiva defesa dos interesses dos povos indígenas, até mesmo pela ascendência de novos dirigentes, em todos os níveis, notoriamente mais coerentes com os fins institucionais, cabendo também registrar que, no Brasil tem havido um maior fortalecimento das instituições democráticas, o que fortalece a liberdade dos dirigentes no processo decisório.

Em março de 2000, por ocasião de uma visita do então presidente da FUNAI, Carlos Frederico Marés, à capital de Roraima, foi-lhe perguntado, se tal instituição servia a interesses internacionais, a fim de inviabilizar o desenvolvimento da Amazônia, com a demarcação de grandes áreas indígenas, o qual respondeu:

É um equívoco essa afirmação de qualquer pessoa que diga que a Funai serve a grupos internacionais. Ao contrário, a Funai serve as populações indígenas. E ao servir a essa população, está servindo a um dos mais

\*Pa recersolicitado pela CNBB ao CIMI, sobre a questão da emancipação do índio.

fracos elementos da composição cultural nacional (Folha de Boa Vista, 2000).

Tal arguição foi feita na ocasião em que um grande número de lideranças indígenas contrárias ao Conselho Indígena de Roraima (CIR)<sup>5</sup> pedia que fossem expulsos das áreas indígenas os padres da Igreja Católica e as Organizações Não-Governamentais (ONGs). Tais expulsões se configurariam na repetição do que já havia ocorrido em 1979, ocasião em que os missionários católicos foram expulsos das áreas indígenas em Roraima, por determinação do então Presidente da FUNAI, General Ismarth de Araújo. Como ressaltou um missionário católico, "1979 também foi ainda um ano duro. As autoridades proibiram aos missionários a entrada no território índio. O bispo intervém com firmeza, apoiado portoda a Conferência Episcopal Brasileira, reivindicando aos missionáriosodireitodeevangelizarosíndios"(Dal Ben, 1985).

No contexto venezuelano é um pouco diferente, pois, não há uma entidade específica para a assistência aos povos indígenas, contudo, além do envolvimento de alguns órgãos do Poder Executivo na política indigenista, o Diploma Legal da Venezuela, garante a diplomação de três representantes indígenas no Parlamento.

Com relação à tutela, o tipo mais comum de assistência dispensada aos povos indígenas pelos órgãos estatais, lembro que esta não tem a capacidade de conduzir estes povos à plenitude da cidadania, muito menos ao fortalecimento dos laços culturais. Além do mais, para que a "tutela" possa evoluir para uma "autodeterminação", creio que cabe ao movimento indígena, às ONGs e à sociedade civil reiterarem o cumprimento das legislações em vigor, em ambos os lados da fronteira brasileiro-venezuelana.

A tutela nãoé isenta de ambiguidades, de manipulações e que se funda, em última análise, no fato da dominação; ( ... ) não reconhece com nitidez a existência das sociedades indígenas, mas apenas dos "índios" como indivíduos; que pressupõe uma concepção evolucionista e

<sup>5</sup>Esta ONGé brasileiraetemsidoa principal instância indígena de luta pela de marcação das Terras Indígenas no extremo norte do Brasil.

positivista da relação sociedade indígenas/nacional, norteada como está para a "integração" das primeiras nesta última (Viveiros de Castro, 1983).

Com relação às palavras do autor, ressalto que foram escritas ainda durante a vigência do antigo Estatuto do índio (Brasil), porém, o trabalho do Estado brasileiro e, aparentemente do venezuelano, pelo que percebi nas análises das várias visões sobre o índio, veiculadas nos mais diversos discursos e, também, nas entrevistas que procedi nos dois lados da Serra de Pacaraima, indicam que a prática da tutela ainda está bem enraizada na política de trabalho das organizações governamentais encarregadas da "proteção ao índio". "Mas, é preciso superar a tutela que se arvora num direito de propriedade sobre o índio, impedindo-o de se autodeterminar, dificulta seu contato com missionários e antropólogos e fecha os olhos à penetração de exploradores e prostituidores" (CNBB, 1978). Este fragmento discursivo ressalta as dificuldades enfrentadas pelas organizações que, há décadas, se dedicam à saúde e à educação indígena, bem como às pesquisas e levantamentos visando à identificação de terras indígenas, na maioria das vezes vistas com suspeição pelos órgãos governamentais. Estas suspeições, inclusive, já foram motivos de expulsões de antropólogos de algumas áreas indígenas (Baines, 1992).

Se há organizações que, de forma distinta dos órgãos estatais, desenvolvem um trabalho efetivo de promoção dos povos indígenas, segundo pude perceber nas pesquisas que realizei para elaboração de minha tese<sup>6</sup> são, com algumas exceções, as ONGs. O assistencialismo promovido por parte de não poucas organizações, estatais e algumas religiosas, não é condizente com a autodeterminação e sim mantém os indígenas tutelados, dependentes, sem vontade própria. A omissão do Estado tem sido, portanto, a eu ver, a principal causa da presença das ONGs, nacionais e internacionais, organizações estas que têm estado na vanguarda das lutas dos povos indígenas, inclusive procurando, em várias ocasiões, apoio nos organismos internacionais. Não percebo uma atitude muito coerente por parte de um bom número de autoridades, principalmente brasileiras, especialmente o governo e os

<sup>6</sup> Refiro-me ao período entre 1970 e 2005, balizamento temporal de meu estudo.

legisladores roraimenses, na ocasião em que tecem críticas aos trabalhos desenvolvidos pelas ONGs, acusando-as de trabalhar para a "internacionalização da Amazônia". Segundo Little,

em geral cada grupo pega os atores internacionais que não gosta e fala isto. O governo de Roraima, por exemplo, fala que as ONGs querem internacionalizar a Amazônia, mas, empresa internacional, não, esta dá emprego, não entra na internacionalização. Isto é mais um manto ideológico para encobrir interesses particulares<sup>7</sup>.

Percebe-se que, à medida que os agentes públicos não mostram competência gerencial, abrem espaço para que estas organizações, que não são somente estrangeiras, mas, a maioria brasileiras, venham a suprir as carências geradas pela omissão da sociedade política da nação.

Uma das grandes dúvidas levantadas, principalmente nos discursos políticos, é a origem das verbas utilizadas pelas ONGs indigenistas e ambientalistas. Segundo um antropólogo com o qual tive a oportunidade de manter um colóquio sobre esta questão, falou-me sobre estas verbas que, segundo ele

nos países ricos, há a cultura da filantropia, o que ainda não é muito comum entre os empresários ricos do Brasil, através da qual grandes somas de recursos são doadas a estas organizações que utilizam-nas no desenvolvimento de projetos em regiões carentes. Além do mais, estas doações asseguram desconto no imposto de renda dos doadores<sup>8</sup>.

Percebe-se, ainda, que há nos "países ricos" sinalizações de uma maior sensibilidade de alguns integrantes das elites, principalmente com relação à questão da preservação ou da conservação ambiental, o que veio culminar

<sup>7</sup> Cf depoimento ora lido antropólogo, tornado na Unirersidade de Brasília, como subsídio para minha pesquisa.

<sup>8</sup> Cf colóquio com um antropólogo da Universidade de Brasília, em Seminário do Departamento de Antropologia, evento que participei em novembro de 2005.

com uma reunião da UNESCO, onde foi elaborado um documento intitulado "Carta da Terra"<sup>9</sup>". Apesar disto, há quem tenha mais cautela a. respeito das ideias ambientalistas oriundas das sociedades do hemisfério norte, questionando a intenção destas elites, muito embora tal questionamento, do qual separei um fragmento, seja bem anterior à referida reunião:

Al trabajar con poblaciones y problemas amazónicos y tener claro que es un escenario donde se está fraguando historia de futuro y en nuestra búsqueda de elementos aglutinadores de núdulos de significado, nos hallamos con el debate planteado por los ambientalistas dei Norte acerca de las condiciones bajo las cuales debe realizarse el desarrollo amazónico. Esta situación exige investigar a fondo la naturaleza dei ambientalismo como movimiento social para determinar su ubicación en la economía política mundial y para reflexionar sobre la resonancia que este debate puede tener a nivel de conciencia nacional y amazónica (Arvelo-Jimenez, 1991).

Ainda com relação à internacionalização, Little se refere a certa empresa lorte-americana que comprou 400 mil hectares no cerrado do Amapá para plantar eucalipto. Segundo ele, "não vi nenhum grupo militar falando de internacionalização da Amazônia. Por que 400 mil hectares para uma empresa lorte-americana não é internacionalização e uma demarcação de terra indígena é?"<sup>10</sup> Percebe-se aqui o caráter ideológico da "soberania nacional", ou seja, faz parte das estratégias discursivas que visam reproduzir o pensamento *ie* uma nação, isto é, "estratégias complexas de identificação cultural e de interpelação discursiva que funcionam em nome "do povo" ou "da nação" e os ornarn sujeitos imanentes e objetos de uma série de narrativas sociais e iterarias" (Bhabha, 2001).

Apesar das resistências muito significativas dos meios político-militares normalmente embasadas no "mito da conspiração"), há que se considerar a

\* Aprovada após oito anos de discussões envolvendo 46 países e mais de 100 mil pessoas, desde escolas primárias, esquimós, indígenas de vários países, entidades da sociedade civil, até grandes centros de pesquisa, universidades, empresas e religiões (Boff, 2003).

<sup>10</sup>Cf depoimento oral do antropólogo, tomado na Universidade de Brasília, como subsídio para minha pesquisa.

existência de tratados internacionais ratificados pelos Estados Nacionais (brasileiro e venezuelano), comprometendo-os a estudar formas de garantir o direito indígena e fomentar o desenvolvimento destes povos, inclusive com margem para que se estude uma forma de "autodeterminação", esta entendida como "el derecho que tienen todos los Pueblos de establecerse libremente su condición política y proveerse asimismo de su desarrollo económico, político y social" (Sevilla, 1997), onde o índio seja o verdadeiro sujeito desta.

Entre los instrumentos multilaterales, que abren espacios de cooperación a los Estados amazónicos en la atención de los problemas comunes de las poblaciones indígenas fronterizas, se hallan el convenio I69 de 1989, de la OIT, suscrito por la mayoría de los países de la Región y ya ratificado por algunos, y el Tratado de Cooperación Amazónica. En ambos hay disposiciones que comprometen a los Estados a definir estrategias y programas en la búsqueda de solución a los problemas que enfrentan las comunidades que comparten los territorios fronterizos de dos o más países (Ortega, 1999).

O chamado "mito da conspiração", com o qual tenho relacionado o chamado "mito da internacionalização da Amazônia", tem se caracterizado nos discursos de autoridades políticas e militares e em não poucas fontes midiáticas dos dois países nos quais desenvolvi minha pesquisa, mais nítido no Brasil, causando certa paralisia nestas sociedades, ou seja, impedindo retoricamente que estes agregados humanos percebam o que verdadeiramente está camuflado em tal ideologia, o que me leva a dar voz a Cassirer, ocasião em que o estudioso, através de metáfora, faz alusões aos reflexos dos mitos políticos nos grupos humanos.

Los mitos políticos hicieron lo mismo que la serpiente que trata de paralizar a sus víctimas antes de atacarias. Los hombres fueron cayendo, víctimas de los mitos, sin ofrecer ninguna resistencia seria. Estaban vencidos y dominados antes de que se percataran de lo que había ocurrido (Cassirer, 1992).

Com relação ao significado do mito nesta sociedade fronteiriça, acho pertinente, também, refletir sobre as palavras de Girardet:

Mas definida e desenvolvida a partir de um obscuro sentimento de ameaça, testemunho de incerteza ou de pânico, a mitologia da Conspiração tende a aparecer, ao mesmo tempo, como a projeção negativa de aspirações tácitas, a expressão invertida de desejos mais ou menos conscientes, mas sempre insaciados (1987).

Não faltam argumentos invocando ameaças externas para que não se cumpra a disposição da OIT, entre os mais fortes estão a "segurança nacional" e a manutenção da "soberania nacional" por se tratar de áreas de fronteira. Neste contexto, direta ou indiretamente as ONGs aparecem como agentes com interesses escusos.

Ora, é no plano internacional que os povos indígenas têm reivindicado sua autodeterminação. "Lutam pelo reconhecimento de seus direitos individuais e coletivos nos foros internacionais e nos Estados onde vivem, isso de um modo geral. Podemos dizer que atingir esse reconhecimento lhes permitirá gerir livremente seus próprios interesses" (Barbosa, 2001).

Segundo Little, "há a Declaração de Direitos Indígenas na ONU, que foi elaborada entre 1982 e 1993, que está para ser aprovada há doze anos, mas, não é aprovada porque os Estados Nacionais não admitem que poucos índios tenham direitos<sup>11</sup>", Uma questão que por vezes serve de motivo para retardar os processos de demarcação de certas Terras Indígenas (TI), é o fato de alguns povos habitarem regiões fronteiriças e estarem presentes em território de mais de um Estado. "En todos los países de la Región habitan comunidades indígenas que tienen núcleos de su misma identidad cultural en territorios de fronteras de países vecinos" (Ortega, 1999). É comum encontrar índios *makuxi* falando inglês na Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRASOL) e no Parque Nacional Canaima. Segundo um depoente *taurepang* venezuelano, até nas proximidades de Santa Elena de Uairén aparecem índios falando mais de um idioma<sup>12</sup>. São os chamados "parentes" que cruzam a fronteira tentando viver sob melhores condições de vida.

<sup>11</sup> Cf depoimento pessoal do antropólogo, tomado na Universidade de Brasília, como subsídio para minha pesquisa.

<sup>13</sup> Idem

Um dos problemas que muito tem influenciado na questão das demarcações destas TI e que não resolve a questão da nacionalidade destes povos é a forma como é concebida a chamada "soberania" dos Estados Nacionais que, muitas vezes, dificulta o contato entre estas etnias e, aparentemente, é o maior óbice que se coloca diante da "autodeterminação".

As dificuldades que se apresentam nas tramitações de processos demarcatórios em fronteiras nacionais, além dos interesses das classes dominantes, que utilizam a "soberania", para, aparentemente, mascarar estes "interesses", há a questão da incompatibilidade criada entre esta noção (soberania), muito cara à sociedade civil, e os direitos dos povos indígenas, o que leva Little a destacar que

o Estado brasileiro está mudando, lentamente, sua maneira de enxergar as sociedades indígenas, mas, os setores que mais se recusam aceitar a noção de direitos indígenas são, não todos, mas, certos setores militares, porque estes têm uma certa visão de soberania nacional que os impede de aceitar a noção de direitos indígenas<sup>13</sup>."

Alia-se a isto certa dificuldade na interpretação de alguns direitos constitucionais, quando estes sofrem as chamadas intervenções jurídicas. Já dizia o jurista Wilson Prêcoma, em palestra no II Seminário Internacional dos Povos Indígenas, realizado em Boa Vista em 1997:

os índios têm direitos naturais, tais como o usufruto da terra. A capacidade jurídica parte do básico, porém, quando diz respeito aos povos indígenas, não põem em fatos concretos, criam as chamadas intervenções, que beneficiam apenas a classe dominante. Os políticos quando discursam, apelam para a soberania nacional (...)  
(CIR, 1997).

Neste contexto, não há como minimizar a influência política das Forças Armadas, cuja posição tem sido, desde o início da ocupação da Guayana,

<sup>13</sup> Idem

marcada pela ideia de "integração do índio", o que caracteriza uma forte oposição à demarcação das Terras Indígenas em áreas de fronteira, pelas óbvias e ideológicas razões da "soberania nacional" e do "perigo da internacionalização da Amazônia".

Em razão dessa situação, os povos tradicionais esforçaram-se por mostrar que seus territórios, à diferença de territórios étnicos em outras partes do mundo, não representam uma ameaça ao Estado brasileiro. Não possuem fins separatistas, não guardam exércitos próprios, consideram-se cidadãos brasileiros" (Littte, 2004).

Não deixa de ser a "soberania" um ingrediente retórico muito forte e com uma imensa carga simbólica que se pereniza, não só no lado norte da Serra de Pacaraima, mas, principalmente, no imaginário roraimense,

reflexo de uma grande influência das Forças Armadas, cuja marca firmou-se ao longo do já referido período em que Roraima foi Território Federal, marcas estas que perduram até os dias atuais, onde os políticos não dispensam a tutela da força federal, sempre que há qualquer ameaça de crise institucional" (Burgardt, 2003).

Pelo que se percebe, sempre que o assunto é a "autodeterminação", invoca-se a questão do perigo da já aludida "internacionalização", que está ligada à questão da "soberania", o que vem chamar a atenção para certas características culturais incrustadas em certos segmentos da sociedade não indígena (e até de algumas parcelas de povos indígenas influenciados pelo poder local) e que, não poucas vezes, acaba gerando certo preconceito contra o estrangeiro e, além de se tornar uma das marcas da nação, firma-se como uma característica identitária regional. Este preconceito não é novo, como novo não é o problema da chamada "internacionalização da Amazônia". Se me refiro em várias ocasiões a esta questão como um "mito", é porque percebo que tal tem servido para representar simbolicamente os interesses de quem não deseja e conspira contra qualquer tipo de demarcação de Terras Indígenas ou de criação

de Parques Nacionais. Segundo Little, "claro que há interesses económicos, que podem ser internacionais como podem ser locais, mas, colocar a mineração como um interesse estrangeiro, acho que não é o caso"<sup>14n</sup>. Refere-se o estudioso à questão das empresas que exploram grandes áreas na Amazónia. Ainda segundo ele,

tem também o problema inverso, ou seja, os garimpeiros brasileiros estão invadindo a área venezuelana. Aqui o argumento é o contrário. Há, também as empresas estrangeiras, por exemplo, a Vale do Rio Doce, que agora é mista. A maioria dos casos de invasão das áreas protegidas é feita por brasileiros<sup>15n</sup>.

Sobre a internacionalização da Amazónia, argumenta o estudioso que,

isto é um debate antigo, que eu considero mal colocado. Por um lado, em termos gerais, a internacionalização da Amazónia começou no século XVI, com a chegada dos europeus. A língua oficial da Amazónia é uma língua europeia, o português, [no caso brasileiro] a religião é asiática, o cristianismo, Cristo nasceu na Ásia. A Amazónia desperta no ciclo da borracha e está vinculada ao mercado mundial desde as primeiras explorações de ouro, ainda em 1580<sup>16</sup>.

Há, nas palavras do antropólogo uma supervalorização da questão económica, portanto, este interesse não é fictício, porém, uma invasão de tropas da ONU para proteger os povos indígenas como "pano de fundo" para a exploração destas riquezas, como se tem apregoado nas falas em circulação e publicado em certo tipo de literatura, é uma visão, aparentemente, um pouco fantasiosa. O interesse, portanto, não é militar e sim económico e há mecanismos constitucionais em ambos os Estados Nacionais para que esta exploração possa ser efetuada, por nacionais ou estrangeiros. Cabe uma

<sup>14</sup>Idem.

<sup>15</sup>Idem.

<sup>16</sup>Idem.

reflexão sobre a forma como ela tem sido processada e como pode ser, para que não haja comprometimento da cultura autóctone nem dos ecossistemas e isto é um compromisso não só dos Estados, mas, das'nações que compartilham estas áreas.

Os governos brasileiros, principalmente os governos militares, favoreceram e até facilitaram este processo de internacionalização. Além dos projetos de desenvolvimento diretamente voltados para a formação de infra-estrutura básica para o capital internacional, fechava-se os olhos para as falcatruas e corrupção endossado por um Regime Ditatorial. Um dos casos de maior repercussão desta "internacionalização permitida" resultou em 1968, na instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a ação de grandes grupos internacionais, na compra de terras na Amazónia brasileira (Rodrigues, 1996).

Refere-se a autora ao conhecido "Caso Sellig", quando dois norte-americanos, adquiriram uma grande quantidade de terras na Amazónia brasileira (20 milhões de hectares), inclusive em Roraima, através de alguns "testas-de-ferro" (id). À época, o caso foi denunciado na imprensa pelo juiz Anísio da Rocha Brito, que havia constatado que 92% do território do município de Ponte Alta, que se localizava na parte do norte do Estado de Goiás e que hoje faz parte do Estado do Tocantins, havia sido vendido.

Divulgada na imprensa, a denúncia de Rocha Brito chegou ao Congresso que, a pedido do deputado Márcio Moreira Alves, criou uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a extensão da venda de terras na Amazónia a estrangeiros. Sellig tinha dois sócios no Brasil, o aventureiro tcheco Aspad Szuecs - segundo Sellig, seu companheiro na busca de metais e pedras preciosas no Alasca, Sri Lanka, Tailândia, África e descobridor de uma mina de esmeraldas em Goiás - e um brasileiro de nome João Inácio. Foi na casa de João Inácio que a Polícia Federal encontrou, além de escrituras de terras fraudadas

e vasto material de divulgação das fazendas vendidas por Sellig, o levantamento aerofotogramétrico de uma vasta região da Amazônia feito pela Força Aérea dos Estados Unidos (Sabatini, 1998).

Ainda segundo Sabatini, "este levantamento fora autorizado em 1965 pelo governo Castello Branco e era considerado, no Brasil, como segredo de Segurança Nacional, vedado até ao Conselho Nacional de Geografia. Já nos Estados Unidos, o acesso a seus resultados era livre a pesquisadores e empresários" (id).

A área da TIRASOL é de 1.680 mil hectares e a área do Canaima é mais que o dobro desta. A "retórica do mito" encobre o verdadeiro interesse, o económico. Com o advento da globalização, ainda não houve uma definição de como tratar a noção de "soberania", já ultrapassada como elemento característico da sociedade política, definida até então como "qualidade do poder supremo do Estado de não ser obrigado ou determinado senão pela sua própria vontade, dentro da esfera de sua competência e dos limites superiores do Direito" (Paupério, 1987). A "autodeterminação dos povos indígenas" causa sempre certo desconforto nos políticos ditos de tendência mais nacionalista que ainda não se habituaram ao trabalho sob a possibilidade de uma nova leitura da "soberania nacional".

A questão da "autodeterminação," não é nova. Há um debate em âmbito internacional sobre a forma como os Estados podem admiti-la, quando estes se dignam a disponibilizar suas agendas governamentais para um estudo. O que me leva a admitir que se trate de um tema antigo é o fato de Levi General, ou Deskaheh, então representante de seis povos indígenas canadenses do Ontário, ter ido a Genebra em 1932, na então Sociedade das Nações, pedir a independência destes povos (Barbosa, 2001), tornando-se pioneiro em procurar apoio nos organismos internacionais. Lembro-me que em colóquio com um Missionário de Roraima este fez uma alusão a estas instâncias no caso da homologação da TIRASOL: "o movimento indígena não deveria ter descuidado do fator "organismos internacionais". Se tivessem continuado a ir a estes, a homologação já teria ocorrido". Lembro-me, também, que a decisão para os recursos em tais organismos foi sugerida em conjunto, pelas lideranças

<sup>17</sup> Cf colóquio com um Missionário da Consolata em uma de minhas viagens de pesquisa.

indígenas brasileiras, venezuelanas e guianesas, durante o II Seminário Internacional dos Povos Indígenas de 1997. Na ocasião, o relatório do evento, no item Legislação Indígena, fez constar uma das propostas cujo teor é o seguinte:

Ressaltou como poderia se utilizar mecanismos internacionais para garantir os direitos humanos no fortalecimento dos direitos indígenas, principalmente no mecanismo que representa a Comissão Interamericana sobre Direitos Humanos, em particular, a Declaração Interamericana sobre Direitos Indígenas, proposta pela OEA. Esta Declaração esboça os direitos indígenas, como os direitos a terra e a participação nas discussões (CIR,1997).

Desde então aumentaram os contatos entre representantes destes povos e dos organismos da OEA. Acho pertinente ressaltar a atuação de uma advogada indígena de Roraima, chamada Joênia Wapichana, junto a esta Organização em 2003, quando apresentou um documento à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Há documentos em foros internacionais que abordam o tema relativo aos povos indígenas, sendo o mais importante a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em vigor desde 1991, do qual Brasil e Venezuela são signatários.

Frente ao direito brasileiro, relativo às populações indígenas, a Convenção 169, grosso modo, não apresenta grandes inovações, posto que não podemos nos esquecer da Constituição brasileira de 1988 que ultrapassou os pontos mais criticados da antiga Convenção 107 e agora também superados pela Convenção 169; ( ... ) (Barbosa, 2001).

À época desta publicação, Brasil e Venezuela ainda não haviam ratificado a Convenção 169 da OIT. Quanto à questão das Constituições, é notório um diálogo entre os dois Diplomas Legais destes Estados Nacionais. Segundo a Lei maior da Venezuela, em seu artigo 119,

el Estado reconocerá la existencia de los pueblos y comunidades indígenas, su organización social, política y económica, sus culturas, usos y costumbres, idiomas y religiones, así como su habitat y derechos originarios sobre las tierras que ancestral y tradicionalmente ocupan y que son necesarias para desarrollar y garantizar sus formas de vida. Corresponderá al Ejecutivo Nacional, con la participación de los pueblos indígenas, demarcar y garantizar el derecho a la propiedad colectiva de sus tierras, las cuales serán inalienables, imprescriptibles, inembargables e intransferibles de acuerdo con lo establecido en esta Constitución y la ley (Constituição da República Bolivariana da Venezuela, 1999).

Pelo que se pode perceber no fragmento discursivo acima transcrito, há um progresso em relação à Constituição brasileira, uma vez que a expressão "o Estado reconhecerá a existência dos povos e comunidades indígenas", não consta na Lei maior do Brasil, pois, o artigo 231 desta estabelece o seguinte: "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens" (FUNAI, 2003). Há um nítido receio, conforme os demais parágrafos deste artigo, em reconhecer os autóctones como "povos". Porém, se por um lado há este reconhecimento por parte do documento venezuelano, por outro, há uma ressalva que o limita: o artigo 126 do referido Diploma Legal é concluído com as seguintes palavras: "El término pueblo no podrá interpretarse en esta Constitución en el sentido que se le da en el derecho internacional" (Constituição da República Bolivariana da Venezuela, 1999)<sup>18</sup>.

Quanto aos mecanismos constitucionais que garantem aos índios às terras tradicionalmente ocupadas e uma série de outros direitos, porém, esta proteção não poucas vezes acaba se tornando uma forma de tutela, o que não resolve o problema principal, ou seja, o não reconhecimento que os povos indígenas possuem uma nação e necessitam da autodeterminação para se

<sup>18</sup> Cf <http://www.1sj.gov.ve/legislacion/constitucionL999.htm>.

tornarem sujeitos de sua própria história.

A autodeterminação reivindicada pelos povos indígenas, segundo eles próprios, não constituiria uma secessão, na medida em que os seus territórios é que foram invadidos. O exercício da autodeterminação por eles nada mais seria do que o inerente poder da soberania ao qual jamais renunciaram (Morris, apud Barbosa, 2001).

O passo inicial para a obtenção desta autodeterminação seria a propriedade da terra. Quanto a esta questão, segundo a Legislação Indigenista Brasileira há um mecanismo na Constituição que, visto por um determinado prisma, aparentemente atenta contra os indígenas, uma vez que não dá a estes a propriedade da terra, mas, "a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes" (FUNAI, 2003). Porém, analisando por outro prisma, percebe-se certa proteção a esta propriedade, uma vez que ao não outorgar um título definitivo de propriedade da terra ao índio, deixando-a como um bem da União, esta não corre o risco de ser vendida a particulares, no caso de algumas comunidades indígenas serem levadas à miséria, muito embora o perigo para a cultura autóctone tenda a continuar, uma vez que a regulamentação da mineração nestas áreas venha a oferecer perigos incalculáveis às comunidades nelas existentes. De todo modo, desmonta-se o argumento da internacionalização destas áreas. Conforme fragmento discursivo anteriormente citado, no artigo 119 da Constituição bolivariana, corresponderá ao Poder Executivo da Venezuela, juntamente com os índios, aqui considerados como "povos", garantir o direito à propriedade coletiva de suas terras. Há, no entanto, mecanismos para evitar que estas terras venham a ser permutadas ou vendidas: "serán inalienables, imprescriptibles, inembargables e intransferibles de acuerdo con lo establecido en esta Constitución y la ley". A meu ver, aos olhos da opinião pública, com estes mecanismos há uma garantia considerável para os indígenas, que poderão ter suas terras, ou como proprietários ou como posseiros, porém, nos moldes do sistema de lotes, bem diferente do sistema previsto na cultura autóctone. Uma garantia maior seria uma lei internacional ratificada pelos países signatários, afinal, penso que é mais difícil haver retrocessos nas instâncias internacionais, uma vez que as Constituições dos Estados Nacionais são passíveis de mudanças, assim como

as políticas aparentam certa passividade em relação a interesses corporativistas e empresariais.

A autodeterminação dos povos indígenas é condição indispensável - ou melhor, posto que ela é um processo e não um estado, um valor e não uma coisa - essa autodeterminação é a arena inescapável na luta pela constituição dos povos indígenas como Sujeitos em uma sociedade democrática" (Viveiros de Castro, 1983).

Antes, porém, de proceder a análise sobre o pensamento indígena sobre "autodeterminação", exposto na ONU, acho interessante acrescentar que a palavra "povo", muitas vezes evitada pelos Diplomas Legais, até mesmo pelo receio de "independência", mas que, jamais poderá ser excluída no contexto da "autodeterminação dos povos indígenas", não é fácil de ser definida. Segundo os conceitos político e jurídico de povo, entende-se este como a expressão do "conjunto de pessoas vinculadas de forma institucional e estável a um determinado ordenamento jurídico" (Bonavides, 1993) e aquele como "o quadro humano sufragante, que se politizou (quer dizer, que assumiu capacidade decisória), ou seja, o corpo eleitoral" (id). Além destes há ainda o conceito sociológico, apresentado pelo mesmo autor e, creio, mais de acordo com este estudo, por estar relacionado, em parte, ao conceito de nação. "É compreendido como toda a continuidade do elemento humano, projetado historicamente no decurso de várias gerações e dotado de valores e aspirações comuns" (id). Acho, também, as argumentações de Stavenhagen, bastante oportunas, na ocasião em que o estudioso reconhece a dificuldade em defini-lo, uma vez que a evolução conceitual pode vir a causar pendências jurídicas que fujam ao controle do Estado Nacional.

Es difícil definir con precisión el término "pueblo" ya que la identificación de un pueblo a la que se aplicara el principio puede presentar problemas extremadamente complejos. Las diversas posibilidades de interpretación y las incertidumbres resultantes, pueden, en muchos casos, convertir el derecho de los pueblos a la libre determinación en un instrumento dirigido contra la integridad territorial y la unidad política de los Estados. En efecto, los pueblos

podrían ser utilizados en contra de sus verdaderos intereses para secundar proyectos de ,agresión o subversión en beneficio de intereses extranjeros. Este derecho, mal entendido, podría también estimular los movimientos de secesión en el territorio de estados independientes, donde cualquier grupo podrfá creer que tiene un derecho inmediato y sin limites a crear su propio Estado. Ningún Estado 'antiguo o reciente' puede estimarse libre de este peligro. Los Estados más homogéneos desde el punto de vista étnico pueden ser objeto de codicia o de intentos de desmembramiento (Stavenhagen, apud Sevilla, 1997).

O jurista aborda a questão dos "temores de uma autodeterminação", as incertezas e as interpretações errôneas que podem evoluir para um problema jurídico de caráter internacional. Ao tempo em que faz um alerta, reproduz um discurso que pode ser considerado bastante atual, no qual reside toda a justificativa para o receio das esferas políticas em aceitar as expressões "povos indígenas" e "autodeterminação", porém, pelos depoimentos que coletei em minha pesquisa, nem os índios do Canaima, nem os da TIRASOL reproduzem qualquer intenção de secessão. Não percebi, portanto, nenhuma liderança indígena com o propósito de ir a Genebra seguir o exemplo de Deskaheh.

Aparentemente, as ponderações apresentadas por Stavenhagen destoam da realidade que percebi no contexto da "Ilha de Guayana". Quando o autor se refere à possibilidade de os povos indígenas serem utilizados contra seus verdadeiros interesses, para secundar projetos de agressão ou subversão em benefício de interesses estrangeiros, veladamente se refere aos grupos estrangeiros, sobre os quais, normalmente, recaem todas as suspeitas, camuflando desta forma a incompetência e as omissão das sociedades políticas. É bem verdade que reconhecer a existência de um povo distinto, no interior do Estado Nação, implica em reconhecer seus direitos, tais como o próprio direito de "autodeterminação". Emerge, portanto, a questão do "perigo para a soberania nacional" como o principal argumento que tem mascarado as verdadeiras razões que contrariam as pretensões dos povos indígenas. A noção de "soberania", ainda tem muito peso políticos na construção da "nação", muito embora haja quem já a considere corroída:

O surgimento das formações supra-nacionais, tais como a União Europeia, é testemunha de uma erosão progressiva da soberania nacional. A posição indubitavelmente hegemónica dos Estados Unidos nesse sistema está relacionada não a seu status de Estado-nação, mas a seu papel e ambições globais e neo-imperiais" (Hall, 2003).

Não poucas vezes o argumento da soberania está subentendido nas expressões "contra a integridadeterritorial" e "união indissolúvel dos Estados".

Aparecendo apenas no discurso político como um ingrediente retórico, a expressão "nação", instância mais ampla, duradoura e sólida do Estado, preexistente a este, da margem a crença que a preocupação da sociedade política não é, aparentemente, com a unidade cultural do povo, mas, com o "território", pois, em um sistema globalizado, as relações económicas neoliberais suplantam as demais relações, uma vez que os recursos existentes no solo e no subsolo aparecem como os verdadeiros objetivos nacionais. Os próprios Diplomas Legais referendam esta preocupação ao evitarem a palavra "povo" quando se referem às "populações indígenas", ao tempo em que, também, se preocupam em proteger os recursos do solo e do subsolo, os quais são colocados como os verdadeiros objetivos da "soberania nacional". Quando, porém, fazem referência aos grupos autóctones na condição de "povo", ressaltam que o sentido desta palavra não é o mesmo interpretado pelo direito internacional, o que em si já se torna uma verdadeira aberração constitucional.

O termo "soberania nacional" caracteriza-se pela ambiguidade, uma vez que nacional vem de "nação" (termo sociológico) e não de "território", e é neste sentido que tem sido utilizada esta tão cara expressão. A meu ver, há que se propor uma nova abordagem a respeito da questão da "soberania" (termo político), ou seja, encontrar uma nova noção que elimine esta ambiguidade do termo. O território constitui a base física da sociedade política, o seu limite geográfico (Paupério, 1987), já a "nação" é mais abrangente que esta, uma vez que o Estado pode ser fracionado ou extinto e até perder seu território, enquanto que a "nação" não, podendo, porém, ser modificada através da cultura. O Estado, ao ser extinto, pode perder todos seus antigos referenciais políticos, o que não acontece com a "nação", que mantém guardados os seus fragmentos culturais, ao longo de um processo dialético, afinal, "estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar" (Hall, 2003). A nação, portanto, será

sempre soberana. A expressão "soberania nacional", a meu ver, como tem sido considerada é, no mínimo, uma redundância.

Com relação à autodeterminação vista pelos grupos minoritários, ressalto a posição dos representantes indígenas que compareceram a II Conferência Mundial de Direitos Humanos das Nações Unidas, em junho de 1993, posição esta que sinaliza para uma supervalorização dos aspectos culturais, ou seja:

Entendemos la libre determinación como el derecho que tienen nuestros pueblos a poseer, controlar, administrar y desarrollar un territorio - actual o ancestral - jurídicamente reconocido y respetado, dentro del cual un pueblo, sin ingerencia de ninguna especie, **desarrolla**, recrea y proyecta todos los aspectos de su cultura particular y específica. En esos territorios **nuestros** pueblos implementan su propio modelo y **opción de** desarrollo, según sus propias concepciones cosmológicas filosóficas de la economía y de su relación **con** la naturaleza, controlando efectivamente, los **recursos del** suelo y del subsuelo (Grefau, apud Sevilla, 1997)".

A respeito da exposição acima, cabem algumas considerações, () ilmi > alegado pelos representantes indígenas se refere a um direito **natural**, diferenciado, uma vez que são culturalmente diferentes. Segundo Lillie, "◀ um direito que já havia antes da existência dos Estados Nacionais, baseado II<M|IIC em termos jurídicos se denomina *leis consuetudinárias*, ou *leis costumeiras*,"" Em geral, "os Estados Nacionais não gostam deste conceito de pluriculturalismo jurídico<sup>21</sup>", e se velem do chamado direito positivo, um sistema jurídico (iiii'In iln 'etira estes direitos dos povos indígenas.

Por outro lado, há no referido fragmento discursivo a expressão "sua ingerência", ou seja, os índios querem ter um desenvolvimento em todos os níveis sendo eles sujeitos do próprio processo histórico, o que em si já rolm nri hipótese de "povos tutelados". Referem-se a escolha de uma opção o do um

"Grifos meus.

"Cf depoimento pessoal do antropólogo, tomado na Universidade de Brasília, como n..... para minha pesquisa.

"idem.

modelo próprio de desenvolvimento, concepções estas adquiridas pela tradição e pelos costumes herdados desde a origem ancestral e tanto com respeito a economia quanto a relação com a natureza, a fim de efetivamente controlar os recursos do solo e do subsolo. A relação com a natureza, conforme cita a referida exposição, é a forma com que os indígenas se propõem a explorar estes recursos.

A autodeterminação, como idéia, sublinha ao contrário o caráter de Sujeito dos povos indígenas, sublinha sua diferença ativa; sua capacidade virtual de definir os rumos da própria história. A autodeterminação implica um direito essencial: o direito à diferença, direito difícil de se conceber; de resto, direito que não se concede, e sim que se reconhece" (Viveiros de Castro, 1983).

Percebe-se que, em momento algum da exposição de Grefau há palavras como "independência", "autonomia", "zona liberada", sequer "secessão". O que se percebe é uma grande preocupação dos povos indígenas, pelo menos nos segmentos engajados na luta pela autodeterminação, com a preservação de seus aspectos étnico e cultural. Reconhecem que já não há mais lugar para culturas nacionais puras ou isoladas, portanto, como nações, não fogem ao processo natural de hibridação, porém, sem a idéia de separatismo, a qual lhes atribuem muitas das correntes políticas da sociedade envolvente.

En torno a esas ideas, los pueblos indígenas exponen que no existe en ninguna de sus argumentaciones, expresiones de separación o rompimiento interno de los Estados, por lo cual tales excusas vienen a conformar la "retórica marginal" de los Estados, con la finalidad de negar todos los derechos a los pueblos indígenas, alegando sin fundamento racional y lógico, que tal situación hipotética les otorgaría independencia a los indígenas, lo que se les traduciría en pérdida de dominio sobre ellos, sustierrasy los recursos natura les habidosen las mismas (Sevilla, 1997)

A autodeterminação, traduzida do índio para o senso comum, conforme as entrevistas e colóquios que mantive com os integrantes dos povos indígenas que tive contato, é apenas possuir, controlar, administrar e desenvolver um território, de acordo com a própria cultura e, como aparenta, também, no domínio antropológico com o qual tive a oportunidade de manter diálogos. "O que procuram é o reconhecimento de seus territórios e do modo de vida que construíram ali" (Little, 2004). O ato de um Estado, garantir os direitos de todos os segmentos da nação não causa necessariamente nenhuma fissura no território sob o qual é soberano. "Em última instância, o que esses grupos [os indígenas] reivindicam são direitos como cidadãos e como povos - sem questionara legitimidade do Estado brasileiro" (id).

Segundo Gonzáles, durante o já referido II Seminário Internacional dos Povos Indígenas, "(...) o Estado usa a soberania para pisotear-nos, sabem que somos povos indígenas da Venezuela, mas, não temos direito como venezuelanos, temos grandes extensões de terras, mas, não temos título nem como venezuelano e nem como índio (...)" (CIR, 1997).

Um grande problema a ser ultrapassado é a questão da interpretação da "soberania", a qual os Estados preferem considerá-la, "uma qualidade de caráter absoluto, que não admite gradações, que é ou não é" (Paupério, 1950). Com tal asserção, o estudioso interpretara Jellinek, para o qual soberania seria "uma propriedade que não é suscetível nem de aumento nem de diminuição" (apud Paupério, id). Esta é uma noção moderna de "soberania" e tem sido a mais acatada pelos políticos dos Estados Nacionais, pois, atende principalmente os interesses económicos que, permanecem camuflados nas entrelinhas dos Diplomas Legais. Apesar disto, há pistas sobre uma necessidade da "revisão do conceito de soberania". Refiro-me a propostas de uma reinterpretação de acordo com a evolução da própria comunidade internacional, com a criação de uma nova ordem, "vindo essa ordem a ter um primado sobre a ordem nacional" (Bonavides, 1993).

Não poderia encerrar este ensaio sem fazer referência a chamada "autodeterminação dirigida", como ocorre no caso dos waimiri-atroari (povo cuja Terra Indígena está localizada entre os Estados brasileiros do Amazonas o de Roraima). Neste caso, a ideia de autodeterminação passa a ser assimilada pelos chamados "capitães", cargo atribuído a um líder, pelo órgão governamental. Por esta ótica,

o próprio conceito de "autodeterminação" foi subordinado

a um conceito de dominação, imposto por funcionários na forma de uma "autodeterminação dirigida", transmitida como ordem da administração indigenista através dos "capitães" Waímiri-Atroari, incorporados em cargos subalternos na sua hierarquia burocrática (Baines, 1992).

Este exemplo, muito embora não tenha ocorrido na região a qual desenvolvi minha pesquisa, reproduz de forma simbólica uma realidade. O fato de a pesquisa em áreas indígenas ser autorizada pela FUNAI só com a permissão das lideranças autóctones é outra sinalização que faculta ao índio o poder decisório e faz com que a opinião pública acredite que está havendo, de fato, uma "autodeterminação". Esta norma, segundo Cardoso de Oliveira, "é retrógrada e demagógica. Deixa claro que todo o arbítrio e ato de força não decorrerão mais da FUNAI ou dos administradores locais, mas serão exercidos no nome do próprio índio" (apud Baines, id). Questiona ainda, Cardoso de Oliveira, este modelo de autodeterminação da seguinte forma:

Quem garante (ou melhor, quem acredita) que possa ocorrer uma livre manifestação de vontade da parte dos índios, uma vez que a consulta será conduzida pelos funcionários da FUNAI, com interesses nitidamente diferentes (quando não antagônicos) aos dos índios? Nada assegura que tal processo seja realizado sem compulsões espúrias, sem a difusão de informações falsas, sem a disseminação de boatos e temores, sem a veiculação verbal de opiniões extemporâneas ... (apud Baines, id).

Percebe-se, portanto, que este tipo de "autodeterminação" não se caracteriza como tal, afinal, uma "autodeterminação", como o próprio termo alude e isto está expresso em todos os documentos de lideranças indígenas, em âmbito mundial, se refere a uma auto-gestão e não a uma gestão partilhada. Uma autodeterminação dirigida é o continuísmo do domínio do Estado e, por conseguinte, das próprias classes que têm interesse nas Terras Indígenas e, este modelo, em nada concorre para uma efetiva transformação cultural, onde o autóctone seja sujeito de sua história e onde a inter-relação favoreça, na voz e na vez da subalternidade, a iminência de uma identidade

nacional híbrida e pluricultural, o que seria a consolidação, só se pode dizer que um dia possa se consolidar, de uma verdadeira "autodeterminação dos povos indígenas".

Pode-se dizer, então, que desde a ida do cacique Deschamps ao fim de pedir o reconhecimento da Confederação das Seis Nações como povos-membros da organização internacional, até os tratados, lutas, incompreensões e documentos têm sido a tônica da "autodeterminação dos povos indígenas". Ao sul da Serra de Pico da Neve o primeiro passo já foi dado: "a demarcação das terras". Ao norte a luta O que, a meu ver, se constitui no problema principal é a fraqueza das Nações na produção de justiça, uma vez que as leis e os tratados destas sociedades políticas continuam a ser escritos tendo em vista os interesses dos segmentos não indígenas, o que vem criando grande dificuldade para o propósito dos povos autóctones, não havendo outra alternativa a não ser a pressão constante através dos movimentos indígenas. Só desta forma se espera adquirir o respeito à cultura dos originários da Ilha de Guayana, sem que para tal haja qualquer questionamento sobre a legitimidade dos Estados Nacionais. A "autodeterminação", ao ultrapassar os mitos que a ela se opõem e as verdades não fundamentadas, deve ser entendida como reconhecimento da diversidade cultural dos índios e dos direitos destes como cidadãos e como originários da grande nação.

**RESUMO:** Analisando o contexto fronteiriço entre Brasil e Venezuela, nos últimos trinta anos do século XX e os primeiros anos do século corrente, chamo a atenção para a "autodeterminação dos povos indígenas", abordando algumas noções antagônicas, refletindo sobre certas visões de mundo já incrustadas no pensamento de boa parcela destas sociedades, fruto de um trabalho muito bem articulado entre mídia e discurso nacional, o que vem mostrar a carência de um melhor entendimento do tema. Ao tempo em que interpreto a "autodeterminação" como uma oportunidade de repensar a questão nacional fortalecendo as culturas autóctones, considero a "internacionalização da Amazônia" um mito político contemporâneo.

**PALAVRAS-CHAVE:** autodeterminação, internacionalização, mito.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARVELO-JIMÉNEZ, Nelly. Indigenismo y el debate sobre desarrollo amazónico: reflexiones a partir de la experiencia venezolana. *Série Antropologia* 106. Brasília: Departamento de Antropologia, 1991.

BAINES, Stephen G. A política indigenista governamental e os waimiri-atroari: administrações indigenistas, mineração de estanho e a construção de autodeterminação indígena dirigida. *Série Antropologia* 126. Brasília: Departamento de Antropologia da UnB, 1992.

BARBOSA, Marco Antônio. Autodeterminação: direito à diferença. São Paulo: Editora Plêiade, 2001.

BHABHA, Homi K. O local da cultura. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

BOFF, Leonardo. Ética e Moral: a busca dos fundamentos. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. 9ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1993.

BURGARDT, Victor Hugo V. Nação, identidade e terras indígenas no Brasil Setentrional. *Revista Brasileira do Caribe*. Goiânia, n. 7, vol IV, p. 89-111, jul./dez. 2003.

CASSIRER, Ernst. El mito del Estado. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

CONSELHO Indígena de Roraima (CIR). CIR/CONIVE/APIR. Relatório do I Seminário Internacional dos Povos Indígenas do Brasil, Venezuela e República Guiana. Boa Vista, 1997. Relatório. Impresso.

CONFERÊNCIA Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Comunicado Mensal. Brasília, out. 1978. Comunicado. Impresso.

DAL BEN, Giorgio. Makuxi: um povo que quer viver. *Revista Missões Consolata*, São Paulo, p. 6-10, mar./abr., 1985.

FOLHA DE BOAVISTA. Antropólogo critica a atuação das Ongs. *Boa Vista*, 04 fev. 2000. Política, p. 4.

\_\_\_\_\_. Marés defende área única e mantém Bios. *Boa Vista*, 02 mar. 2000. Política, p. 4.

FUNAI. Legislação Indigenista Brasileira e Normas Correlatas. 2ª ed. Brasília: CGDOC Funai, 2003.

GIRARDET, Raoul. Mitose mitologias políticas. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

HALL, Stuart. Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

NERY, Isabel Cristina. Consciência étnica e autodeterminação. *Revista Terra Indígena*, Araraquara, n°48, p. 5-16, mai./jun., 1987.

KANAÚ, Abel. Nações indígenas da Amazônia: do contato à busca de autodeterminação. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 147, p. 12-16, mai./jun. 1995.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Anuário Antropológico*. Rio de Janeiro, p. 251-290, 2004.

ORTEGA, Roque Roldán. Para alcanzar la tierra prometida. Una aproximación al régimen legal de tierras indígenas en la Amazonía. In: *Derechos económicos y culturales de los pueblos indígenas. Prevención de impactos sociales y ecológicos de la explotación de recursos naturales*. Quito, 1999, 37-65.

PAUPÉRIO, A. Machado. O conceito polémico de soberania e sua revisão contemporânea. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos, 1950.

\_\_\_\_\_. Anatomia do Estado. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1987.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. "Garimpando" a sociedade roraíense: uma análise da conjuntura sócio-política. 1996. 133 p. Dissertação (Mestrado na Área de Planejamento de Desenvolvimento)- Núcleo de Altos Estudos da Amazônia da UFP, Belém.

SABATIM, Silva no. Massacre. Brasília: Conselho Indigenista Missionário (CIMI), 1998.

SEVILLA, Victor Rafael. El Regimen de Excepción y los derechos Humanos Indígenas. Caracas: Editorial Buchivacoa, 1997.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. A autodeterminação indígena como valor. In: *Anuário Antropológico*. Rio de Janeiro, 1983, n° 81, p. 233-242.

# TEXTOS & DEBATES

A Revista Textos & Debates é uma publicação semestral do Centro de Ciências Humanas - CCH, da Universidade Federal de Roraima - UFRR, e tem como eixo temático geral o estudo de temas relacionados à realidade brasileira, em especial, a amazônica. Orientada por uma perspectiva multidisciplinar, o que a levou a uma ampla diversidade temática, disciplinar e conceitual, a revista se oferece como um espaço para a publicação de trabalhos de sociologia, antropologia, ciências políticas, história e áreas afins. Publicada desde 1995, Textos & Debates visa publicar trabalhos originais de autores da UFRR e de outras instituições, na forma de artigos, comunicações e resenhas, com o intuito de constituir-se como um espaço de apresentação, análise e debate das diferentes maneiras de compreender o Brasil e a Região Norte do país. A proposta de Textos & Debates é ser um órgão de divulgação voltado para a história brasileira, não levando em conta as fronteiras acadêmicas, mas buscando conhecer a realidade nacional e regional, com uma preocupação fundamental com a vida das pessoas que constroem cotidianamente essa realidade.

## **A REVISTA É INDEXADA EM:**

Rede Bibliodata da Fundação Getúlio Vargas e  
Bibliotecas Base do COMUT

## **NORMAS PARA PUBLICAÇÃO - TEXTOS & DEBATES**

1. A Revista Textos & Debates aceita, para publicação, trabalhos inéditos na forma de artigos, comunicações, resenhas, nas áreas de Sociologia, História, Ciências Políticas, Antropologia e áreas afins.
2. Os trabalhos deverão ser encaminhados por meio digital e acompanhados de duas cópias impressas.
3. Os artigos não devem passar de 20 laudas, no editor Word, digitado em espaço simples, letra arial, corpo 12. Figuras, tabelas e outros elementos gráficos devem estar formatados e devidamente integrados ao texto, não sendo permitido anexo.
4. Os trabalhos deverão ser redigidos em português ou espanhol.
5. As referências bibliográficas deverão ser incorporadas no próprio texto - ex: (VARELA, 1993). As notas de rodapé deverão ser reservadas para informações complementares.
6. O título deverá vir em letras maiúsculas e centralizado. O nome do autor deverá vir logo abaixo do título à direita, seguido logo abaixo dos dados sobre o(s) autor(es).
7. Devem constar no artigo resumo na língua do texto (português ou espanhol) e em língua estrangeira (inglês ou espanhol), com no máximo 10 linhas, e três palavras-chave.
8. A bibliografia deverá vir no final do trabalho, obedecendo às normas da ABNT.
9. As resenhas deverão ter no máximo 05 laudas, respeitando a mesma formatação dos artigos.
10. É vedada a reprodução dos trabalhos em outras publicações ou a sua tradução para outro idioma sem a autorização do Conselho Editorial.

11. A revisão gramatical de cada um dos artigos é de responsabilidade do próprio autor.
12. Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores. Os trabalhos que não se enquadrarem nessas normas serão devolvidos aos autores ou serão solicitadas adaptações, indicadas em carta pessoal.
13. Todos os artigos e material enviado, não sendo publicados, poderão ser devolvidos no mesmo local em que foram entregues.
14. Todos os textos serão submetidos à análise de dois (02) ou mais membros do Conselho Editorial.
15. Os artigos deverão ser enviados a Revista Textos & Debates: Centro de Ciências Humanas -CCH- UFRR, Campus do Paricarana. Av. Ene Garcez, n. 2413, Bloco I, Sala 122, , Bairro Aeroporto, Boa Vista-RR. CEP 69.304-000. Telefone/fax (95) 3621-3158

#### **OBSERVAÇÕES:**

•Devem ser incluído endereço e telefone para possível contato durante a fase de editoração. Os artigos publicados na revista poderão também ser disponibilizados em publicação virtual da Revista Textos & Debates. Com a publicação do artigo, o autor receberá um (1) exemplar da revista.

#### **MAIS INFORMAÇÕES:**

- Centro de Ciências Humanas - (95) 621.3158
- Professora Ana Lúcia (Dept<sup>o</sup> Ciências Sociais) - (095)621.3160
- Professor Maria Luiza Fernandes (Dept<sup>o</sup> de História) - (095) 621.3161